

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ANTROPOLOGIA SOCIAL

ARTHUR PIRES AMARAL

EM MEIO AO LIXO, A RISCOS E ESTIGMAS:  
Construindo um lugar chamado Parque Santa Cruz

GOIÂNIA

2012

ARTHUR PIRES AMARAL

EM MEIO AO LIXO, A RISCOS E ESTIGMAS:  
Construindo um lugar chamado Parque Santa Cruz

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia Social, da  
Universidade Federal de Goiás,  
para a obtenção do título de Mestre  
em Antropologia Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Telma Camargo da Silva

GOIÂNIA

2012

ARTHUR PIRES AMARAL

EM MEIO AO LIXO, A RISCOS E ESTIGMAS:  
Construindo um lugar chamado Parque Santa Cruz

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia Social, da  
Universidade Federal de Goiás,  
para a obtenção do título de Mestre  
em Antropologia Social.

Aprovada pela Banca Examinadora em 28 de março de 2012.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Telma Camargo da Silva (PPGAS/UFG)  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gláucia Oliveira da Silva (PPGA/Univ. Federal Fluminense)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Izabela Maria Tamaso (PPGAS/UFG)

*Aos meus pais, José e Nancy.  
À minha irmã, Cynthia.  
Ao João, meu afilhado.*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José e Nancy, por relativizarem os meus momentos de impaciência após inúmeras noites mal dormidas, enquanto eu escrevia esta dissertação.

À minha irmã, Cynthia, e ao meu cunhado, Mário, por me acolherem tão bem em minhas passagens por Campinas-SP.

Quero agradecer à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Telma Camargo da Silva, por me mostrar que tanto a pesquisa quanto o texto precisam ser “tecidos”: feitos, desfeitos e refeitos, assim como um bordado.

Ao meu avô João, à minha tia Nelma e aos primos: Marco Aurélio, Ana Flávia e Ana Cristina, companheiros de longa data. Ao João, meu afilhado tão querido.

Ao meu tio Alberto, por aquela viagem inesquecível a Minas Gerais em um momento tão difícil para mim. O senhor ainda me deve um chocolate quente!

Aos amigos: Dione, Lilian, Diego e Heloiza – pelas inúmeras horas de “conversa fiada” e “papo cabeça”.

Aos colegas de mestrado:

Márcia e Cláudia, interlocutoras nas reuniões de orientação.

Reigler e Rafael, que correram atrás de bolsas para a turma.

Aos professores Izabela Maria Tamasso e Manuel Ferreira Lima Filho, pelas críticas e sugestões levantadas durante a defesa do meu trabalho de qualificação.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFG, por financiar minhas apresentações de trabalho na IX Reunião de Antropologia do Mercosul (Curitiba-PR, julho/2011) e no 35º Encontro Anual da ANPOCS (Caxambu-MG, outubro/2011).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, através da bolsa de Demanda Social, possibilitou a minha permanência no mestrado.

Por fim, um agradecimento especial a todos os moradores do Parque Santa Cruz, que abriram gentilmente as portas de suas casas e de suas lembranças. Para além de uma dissertação, as experiências de vida encontradas naquele bairro, irreversivelmente, passaram a fazer parte de minha história.

*Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação.*

Walter Benjamin  
(“Escavando e Recordando”)

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado foi estruturada ao longo de seis partes: uma introdução, quatro capítulos e as considerações finais. Inicialmente, eu delimito o meu objeto etnográfico: o *Parque Santa Cruz*, bairro da região sudeste de Goiânia-GO, que era um lixão da cidade antes de ser ocupado (capítulo 1). Depois, o difícil processo de transformação desse ambiente inicial em um lugar de moradia será aqui apresentado (capítulo 2). No capítulo 3, eu destaco as diferentes vozes responsáveis por perceber e, sobretudo, definir a habitação naquele lugar: o bairro é ou não uma “área de risco”? Discutir essa questão é, ao mesmo tempo, revelar os múltiplos sentidos contidos na noção de *risco*. No capítulo 4, a descoberta pessoal de uma população estigmatizada tanto pelo alto índice de homicídios no bairro, ligados ao tráfico de drogas, quanto pelo passado do Parque Santa Cruz (“lixão” e “invasão”) será problematizada. Por fim, eu analiso como o imaginário social construído acerca do lugar, e as maneiras como os entrevistados manipulam a sua “identidade deteriorada”, tiveram efeitos sobre a minha própria percepção de risco.

**Palavras-chave:** Parque Santa Cruz (Goiânia-GO), percepção de risco, lixo, lugar, estigma.

## ABSTRACT

This dissertation has six parts: an introduction, four chapters and the concluding remarks. First of all, I define my ethnographic object: the *Parque Santa Cruz* neighborhood, in the southeast region of Goiânia - Goiás (Brazil), that was a city dump before being occupied (chapter 1). Then, I present the hard process through which this initial environment was transformed into a dwelling place (chapter 2). In chapter 3, I highlight the different voices responsible for perceiving and, mainly, defining housing in that place: the neighborhood is or is not a “risk area”? The discussion of this issue is, at the same time, the revealing of the multiple meanings contained in the notion of *risk*. In chapter 4, the personal discovery of a population stigmatized by the high rate of homicides in the neighborhood (related to drug trafficking), and by the past of the Parque Santa Cruz – “lixão” (dump) and “invasão” (encroachment) –, will be problematized. Finally, I analyze the ways by which my own risk perception is affected by the social imaginary constructed about the place, and by the interviewed people manipulation of their “spoiled identity”.

**Keywords:** Parque Santa Cruz (Goiânia-GO), risk perception, waste, place, stigma.

## SUMÁRIO

<b>Lista de siglas</b> .....	x
<b>Lista de imagens</b> .....	xi
<b>Lista de tabelas</b> .....	xiii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1: DELIMITANDO UM PROBLEMA ETNOGRÁFICO</b> .....	17
1.1 <i>Conceitos e métodos utilizados na pesquisa</i> .....	19
1.2 <i>Uma pessoa me levou à outra, que me levou... ao Parque Santa Cruz</i> .....	25
<b>CAPÍTULO 2: DO LIXÃO AO BAIRRO</b> .....	31
<b>CAPÍTULO 3: UMA ÁREA DE RISCO?</b> .....	53
3.1 <i>“Risco” como um conceito polissêmico</i> .....	54
3.2 <i>A “pureza” e o “perigo” nas percepções de risco</i> .....	57
3.3 <i>Risco e moradia</i> .....	62
3.4 <i>O Parque Santa Cruz como uma “arena social do risco”</i> .....	66
3.5 <i>Os riscos do lugar estão sob controle (?): construindo conhecimentos, definindo técnicas</i> .....	73
<b>CAPÍTULO 4: MANIPULANDO OS ESTIGMAS</b> .....	83
4.1 <i>Perigo e sociedade</i> .....	86
4.2 <i>Violência, medo e estigma</i> .....	90
4.3 <i>O lixo e o passado ainda dão as caras</i> .....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121
<b>Fontes</b> .....	124

<b>ANEXO A – Ofício encaminhado à presidência da AGEHAB .....</b>	<b>126</b>
<b>ANEXO B – Carta de apresentação.....</b>	<b>127</b>

## Lista de siglas

AGECOM – Agência Goiana de Comunicação  
AGEHAB – Agência Goiana de Habitação  
AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente - Goiânia  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CEDOC – Centro de Documentação  
DVDOC – Divisão de Biblioteca e Documentação  
FCS – Faculdade de Ciências Sociais  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MP-GO – Ministério Público do Estado de Goiás  
OJC – Organização Jaime Câmara  
ONG – Organização Não Governamental  
PM – Polícia Militar  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PUC-GO – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
SANEAGO – Empresa de Saneamento de Goiás S.A.  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo - Goiânia  
SESI – Serviço Social da Indústria  
SSP-GO – Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás  
UFG – Universidade Federal de Goiás  
UFMA – Universidade Federal do Maranhão

## Lista de imagens

- Mapa 1: Planta de loteamento do Parque Santa Cruz. Destaque (em cinza) aos imóveis das 113 famílias que serão cadastradas pela AGEHAB, para a concessão de escrituras. Fonte: AGEHAB (outubro/2011). Modificado pelo autor.....20
- Mapa 2: Mapa de Goiânia-GO. Destaque (seta vermelha) para o bairro Parque Santa Cruz, localizado na região sudeste da capital. Fonte: Google maps, 2011.....21
- Em meio à água e ao lixo – disputando um espaço.* Imagens disponíveis em FRANÇA, 1983; DIÁRIO DA MANHÃ, 1987. Fonte: DVDOC/SEPLAM (março de 2011).....35
- Com o tempo, os barracos de tábua foram substituídos pelas casas de alvenaria.* Imagem disponíveis em FRANÇA, 1983. Fonte: DVDOC/SEPLAM (março de 2011).....37
- Em época de chuva, os resíduos “brotam” das ruas do Santa Cruz.* Imagem disponível em FRANÇA, 1983. Fonte: DVDOC/SEPLAM (março de 2011).....37
- Às vezes, dá até para ver o que tem do outro lado, através da rachadura – num quarto da residência de Luiz.* Foto: Arthur Pires Amaral. Data: 22/01/2011.....39
- Na casa de Mário, até o piso da casa rachou (esquerda). À direita, parede de outra residência.* Foto: Arthur Pires Amaral. Datas: 22/01 e 26/01 de 2011.....39
- Duas das muitas ruas estreitas do Parque Santa Cruz.* Foto: Arthur Pires Amaral. Datas: 09/04 e 11/04 de 2011.....47
- Duas vielas sem saída.* Foto: Arthur Pires Amaral. Data: 09/04/2011.....47
- Mapa 3: Planta de situação do Parque Santa Cruz e de bairros vizinhos – região sudeste de Goiânia. Fonte: Agência Goiana de Habitação (outubro/2010).....48
- Portaria da TV Brasil Central.* Foto: Arthur Pires Amaral. Data: 09/04/2011.....74
- Cerca de arame na divisa do terreno onde estão instaladas a AGECOM e a Secretaria Estadual de Saúde.* Foto: Arthur Pires Amaral. Data: 09/04/2011.....74
- À esquerda, a Avenida Contorno e o seu movimento intenso – ela é a fronteira que separa o Parque Santa Cruz (ao fundo) da Chácara do Governador. À direita, a “Praça da feirinha”.* Foto: Arthur Pires Amaral. Data: 09/04/2011.....75
- “Eu fico incomodado. Não ter condição d’eu arrumar e vendo a casa quase caindo, né” (Miguel, na entrada de sua casa).* Foto: Arthur Pires Amaral. Data: 05/03/2011.....78

<i>Rachaduras na parede da sala de Luiz. Foto: Arthur Pires Amaral.</i> Data: 22/01/2011.....	79
Mapa 4: Localização dos homicídios registrados no Parque Santa Cruz, entre os anos de 2006 e 2010. Fonte: AGEHAB (outubro/2010) e SSP-GO.....	96
Mapa 5: Distribuição de habitantes nos bairros da região sudeste de Goiânia. Fonte: Extraído de <i>Diagnóstico Projeto Parceiros da Paz – região sudeste de Goiânia</i> (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, 2009:4).....	98
Mapa 6: “Manchas” do Parque Santa Cruz. Fonte: planta de loteamento cedida pela AGEHAB (outubro/2010).....	106
Mapa 7: “O lixo pegava todo o bairro” (Márcia e Ângela). Fonte: planta de loteamento cedida pela AGEHAB (outubro/2010).....	112
Mapa 8: Abrangência do lixo, conforme Nadir. Fonte: AGEHAB (outubro/2010).....	113
Mapa 9: Abrangência do lixo, na percepção de Arlete. Fonte: AGEHAB (outubro/2010).....	114

## Lista de tabelas

Número de homicídios dolosos registrados entre os anos 2006 e 2010, comparativamente à população de bairros da região sudeste de Goiânia. Fontes: SSP-GO e MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS, 2009.....	94
---	----

## INTRODUÇÃO

A pesquisa etnográfica que subsidia esta dissertação é fundamentada em teorias, desenvolvidas no campo das ciências sociais, sobre a construção social de riscos, suas múltiplas formas de percepção e aceitabilidade (DOUGLAS, 1991 [1966]; DOUGLAS e WILDAVSKY, 1983 [1982]; DOUGLAS, 1986; BECK, 1993 [1986]; DOUGLAS, 1996 [1992]), mas, também, sobre as relações de poder presentes em sua avaliação e classificação, centradas numa “arena social do risco” composta por diferentes personagens e interesses em disputa (SILVA, 2007 e 2009; DA SILVA, 1998; ARAÚJO e GÜNTHER, 2009; CARAM e PÉREZ, 2006; MOURA, 2006; ROTENBERG, 1993). Considero, assim, o conceito de *risco* como o eixo central articulador dos dados e argumentos apresentados nas páginas seguintes, e responsável por colocar em evidência um dos bairros de Goiânia-GO: o Parque Santa Cruz.

Localizado na região sudeste da capital, as narrativas sobre suas origens remetem a uma época em que o terreno, então de propriedade do Estado de Goiás, funcionava como um grande lixão. No final dos anos 1970, centenas de famílias pauperizadas, vindas de outras regiões brasileiras e de outras cidades do Estado, e sem condições financeiras de arcar com os custos do aluguel em Goiânia, começaram a tomar posse daquela área. Demarcando os próprios lotes com arame farpado, as pessoas iam aos poucos levantando suas casas, em meio a montanhas de resíduos a céu aberto. Entre os esforços físicos empreendidos nessa tarefa e os incômodos do lixo em decomposição, na primeira metade dos anos 1980, as tentativas do poder público local de remover a população da (não antes) considerada “área de risco” marcaram, igualmente, a transformação do lixão em um *lugar* de moradia (LOW, 1999; ROTENBERG, 1993; RODMAN, 1993; GUPTA e FERGUSON, 1997; MALKKI, 1997; LEONARD, 1997).

Em 1985, o loteamento e parcelamento da ocupação foram finalmente aprovados pela prefeitura, e, com isso, escrituras começaram a ser entregues aos moradores. Vinte e cinco anos mais tarde, a Agência Goiana de Habitação dá início à regularização fundiária dos lotes que não tinham sido ainda regularizados. Encerrava-se assim o longo processo de inserção das famílias do Parque Santa Cruz na cidade legal. Por outro lado, a urbanização do bairro não resultou na retirada, no tratamento ou em um monitoramento do lixo aterrado sob os imóveis construídos. Resultado: os moradores precisam lidar, cotidianamente, com a instabilidade da estrutura de suas casas, provocada pela acomodação do terreno, e com as rachaduras que

tomam conta de paredes e pisos. Somados a esses problemas há uma possível contaminação da água tratada – quando o encanamento estoura – e o mau cheiro no bairro em períodos específicos, lembrando a alguns moradores que gases (inflamáveis) estão sendo formados no interior do solo.

Com o reconhecimento jurídico do Parque Santa Cruz, as autoridades públicas passaram a classificar a moradia sobre o lixo como “segura”? De que modo técnicos, especialistas e agentes políticos definem a habitação no local? Afinal, a população do bairro está, ou não, sujeita a riscos associados ao lixo em decomposição há quase trinta anos? Essas ameaças são percebidas pelos moradores? Se não, por quê? Quais fatores presentes em suas experiências cotidianas no lugar são considerados perigosos?

A fim de responder a tais questionamentos, eu realizei vinte e oito entrevistas entre novembro/2010 e setembro/2011, as quais foram registradas em um gravador digital. Dentre os atores sociais abordados pessoalmente estão: *i*) moradores do bairro e lideranças locais; *ii*) um ex-gerente de regularização fundiária da AGEHAB, e *iii*) um sociólogo e professor, que morou e atuou junto à comunidade do Parque Santa Cruz nos primeiros anos da ocupação. Meus dados também foram obtidos através de pesquisa documental nos arquivos do Centro de Documentação/OJC, da Divisão de Biblioteca e Documentação e da Divisão de Topografia e Cartografia/SEPLAM, e nos sistemas de busca *on-line* disponíveis tanto na página do jornal *Diário da Manhã* quanto no *site* do MP-GO. Recorri igualmente aos registros de boletins de ocorrências (BOs) policiais – fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás –, relativos a crimes ocorridos no Parque Santa Cruz entre os anos de 2006 e 2010.

Para auxiliar minhas entrevistas com os moradores do bairro, o recurso visual por meio de fotografias foi adotado, de modo a transformar as imagens em símbolos intermediários entre os sujeitos da etnografia e o etnógrafo (BITTENCOURT, *op. cit.*; MOREIRA LEITE, 1998). Com esse recurso, eu busquei incentivar os moradores a declararem as atitudes colocadas em prática e as ideias simbolicamente manipuladas por eles, frente aos riscos de moradia percebidos e definidos neste lugar.

Início o capítulo 1 com a delimitação de meu objeto etnográfico. Embora ele esteja vinculado ao contexto habitacional goianiense, o motivo primeiro que me levou ao Parque Santa Cruz está relacionado a um evento ocorrido há milhares de quilômetros dali: o desastre no Morro do Bumba, Niterói-RJ, em abril/2010. Na sequência, a abordagem teórico-metodológica de meu objeto será discutida, destacando outros conceitos presentes na dissertação, como os de: *espoliação urbana* (KOWARICK, 2009a e 2009b), *projeto* (VELHO, 1994a e 1994b), *estigma* (GOFFMAN, 1982), *bairro* e *barrial* (GRAVANO,

2009), *pedaço* (MAGNANI, 1984) e *estranhamento* (DURHAM, 1988; CARDOSO, 1988; MAGNANI, op. cit.). Descrevo por último os caminhos que me levaram à inserção no bairro.

No capítulo 2, eu analiso a transformação do antigo lixão de Goiânia em um bairro regularizado. Essa mudança física e simbólica se deu em meio aos efeitos do lixo em decomposição sobre os moradores e seus imóveis, e às disputas políticas pelo direito de permanecer na ocupação.

Já no capítulo 3, a polissemia da noção de risco será enfocada para trazer uma discussão acerca dos seguintes tópicos: *i*) numa perspectiva histórica, ela é diferentemente concebida pelas ciências sociais em relação às abordagens das ciências exatas e biomédicas; *ii*) as percepções de risco estão emaranhadas em relações de poder, e *iii*) a definição, seleção e aceitabilidade dos *perigos* (DOUGLAS, 1986, 1991 e 1996; DOUGLAS e WILDAVSKY, 1983) estão articuladas à *construção social* de lugares (LOW, 1999). Veremos que as percepções de risco de atores políticos e especialistas, envolvidos no debate sobre a moradia no Parque Santa Cruz, não são convergentes. Cada um se posicionará a favor ou contrário ao *habitar sobre o lixo* lançando mão de justificativas ora médico-sanitárias, ora socioeconômicas. Do ponto de vista dos moradores, eles também desenvolvem esquemas explicativos e técnicas que garantem, em certa medida, um controle dos problemas decorrentes dos resíduos em decomposição e, assim, legitimam seus argumentos quanto à segurança da habitação no bairro.

Finalmente, no capítulo 4 eu coloco em evidência a minha própria percepção de risco. Além de ser uma pessoa estranha às redes de relações sociais mantidas no Parque Santa Cruz, eu era alguém que pretendia tocar em assuntos bastante delicados aos entrevistados, como, por exemplo, os estigmas vinculados ao elevado índice de homicídios no bairro e ao seu passado – enquanto “lixão” e, depois, “invasão”. Quais as consequências dessa abordagem às minhas impressões e análises das experiências vivenciadas naquele lugar e de suas representações?

## **CAPÍTULO 1**

### ***DELIMITANDO UM PROBLEMA ETNOGRÁFICO***

Pouco antes das 21h do dia 7 de abril de 2010, fortes chuvas que atingiam o Estado do Rio de Janeiro durante toda aquela semana, provocaram um enorme desmoronamento de terra numa área urbanizada conhecida como Morro do Bumba, uma ocupação localizada na zona norte da cidade de Niterói. No dia seguinte, a comunidade local começou a contabilizar seus mortos, os desabrigados e desaparecidos, bem como os prejuízos materiais advindos da tragédia. Cerca de sessenta casas e duzentas pessoas foram soterradas, quase três mil moradores desabrigados e mais de trinta foram mortos (FILHO, 2010; O ESTADO DE S. PAULO, 2010; REDAÇÃO ÉPOCA, 2010; REINA, 2010).

Apesar de se caracterizar como uma ocupação juridicamente irregular, que se formou em um terreno com declive acentuado, a intensidade do desastre se agravou devido a uma característica particular daquele espaço urbano: a área sobre a qual a população do Bumba ergueu suas casas abrigava, anteriormente à ocupação, um lixão, que funcionou por quase 16 anos e foi desativado em 1981. Daquela época até a data do acidente, havia toneladas de resíduos em decomposição sob a superfície e os imóveis, produzindo assim gases inflamáveis, como o metano, e substâncias altamente tóxicas e cancerígenas – por exemplo: o chorume, composto por mercúrio –, que podem contaminar o lençol freático e os rios da região (FILHO, 2010; O ESTADO DE S. PAULO, 2010; REDAÇÃO ÉPOCA, 2010; REINA, 2010).

Com as chuvas sucessivas ao longo dos anos, as camadas de lixo e terra do morro acabaram deixando o solo lamacento e instável. O deslizamento de terra e os desastres social e ambiental gerados no início de abril/2010, no Bumba, foram a “ponta do iceberg” de um perigo anunciado quase 30 anos atrás.

Poucos dias após a tragédia em Niterói, a imprensa começou a denunciar que, em outras cidades do Brasil, milhares de famílias moravam há vários anos em casas construídas sobre antigos lixões, cujos terrenos são impróprios para a ocupação humana. Na Grande São Paulo, aproximadamente 17 mil pessoas vivem nessas áreas – dentre elas, cinco mil estão num morro conhecido como Sítio Joaninha, na divisa das cidades de São Bernardo do Campo e Diadema. “Outras 5.600 ocupam a comunidade do Espírito Santo, em Santo André” (REINA, 2010).

Em Mauá, também na região metropolitana de São Paulo (capital), edifícios de um condomínio residencial de classe média foram erguidos sobre os resíduos em decomposição. A morte de um operário em 1990, após a explosão de uma caixa d'água subterrânea provocada pelo gás metano, levou os moradores à descoberta da contaminação do terreno do condomínio (GLOBO.COM, 2010). Já na capital paulista, há mais de 12 favelas (entre elas, algumas localizadas na Freguesia do Ó e no Ipiranga) sobre lixões desativados, ou em áreas vizinhas também consideradas “de risco”. Casos como estes foram igualmente identificados em áreas urbanas no interior do Estado de São Paulo – Franca e Ribeirão Preto – e em Foz do Iguaçu, Paraná (GLOBO.COM, 2010).

Em Goiânia-GO, o jornal *O Popular* publicou, três dias após o desastre em Niterói, uma matéria cuja manchete informava que: “Mais de 5 mil pessoas moram sobre lixões na Grande Goiânia” (MARCOS, 2010). Mais especificamente, a reportagem se referia aos moradores dos bairros Jardim Mariápolis, no município de Trindade, e Parque Santa Cruz<sup>1</sup>, na região sudeste da capital. Neste último caso, o jornalista relatou que a atual área do Pq. Santa Cruz servia como um depósito de lixo a céu aberto, antes das primeiras famílias a ocuparem, e que mesmo sem a retirada dos resíduos e a devida descontaminação do solo, elas apenas aterraram o material e passaram a construir suas moradias no local.

Segundo o engenheiro ambiental<sup>2</sup> consultado pelo jornalista, os resíduos aterrados produzem o gás metano, o que possibilita o risco de explosões. Além disso, o chorume gerado contamina o terreno e a água disponível nos lençóis freáticos do bairro. Como boa parte desse lixo presente no Santa Cruz é constituída por materiais orgânicos, ao sofrerem decomposição, eles liberam gases, formando vazios no interior do solo. Resultado: acomodação da terra, a desestabilização da fundação de imóveis do bairro e, conseqüentemente, a constante formação de rachaduras em paredes e pisos (MARCOS, 2010).

Todos os casos relatados acima têm em comum não apenas o fato de as famílias que habitam sobre antigos lixões estarem submetidas a riscos de moradia, ligados à decomposição dos resíduos sob suas casas. Eles guardam características semelhantes, também, porque no contexto formado, de um lado, pelos moradores numa situação de vulnerabilidade social e, por outro, pelas prefeituras, agências municipais e estaduais de meio ambiente e de habitação, e, até mesmo, pelo Ministério Público, podemos verificar uma negligência destes poderes públicos com relação aos perigos de longa data experimentados pelos primeiros.

---

<sup>1</sup> Daqui para frente, eu uso também as seguintes nomenclaturas ao me referir a este bairro: Pq. Santa Cruz ou, simplesmente, Santa Cruz.

<sup>2</sup> Que também é professor da PUC-GO e do Instituto Federal de Goiás (IFG).

Diante desta observação, surgiu-me o interesse em iniciar uma pesquisa etnográfica no Parque Santa Cruz, que pudesse identificar e analisar as diferentes percepções de risco e os possíveis conflitos de interesses envolvidos na construção do bairro. Para tanto, seria preciso investigar as definições do *viver sobre o lixo*, manipuladas pelos moradores, por representantes dos governos estadual e municipal, e demais atores políticos interessados no assunto. Em abril de 2010, eu passei então a pesquisar informações sobre o Pq. Santa Cruz, disponibilizadas na internet.

### 1.1 *Conceitos e métodos utilizados na pesquisa*

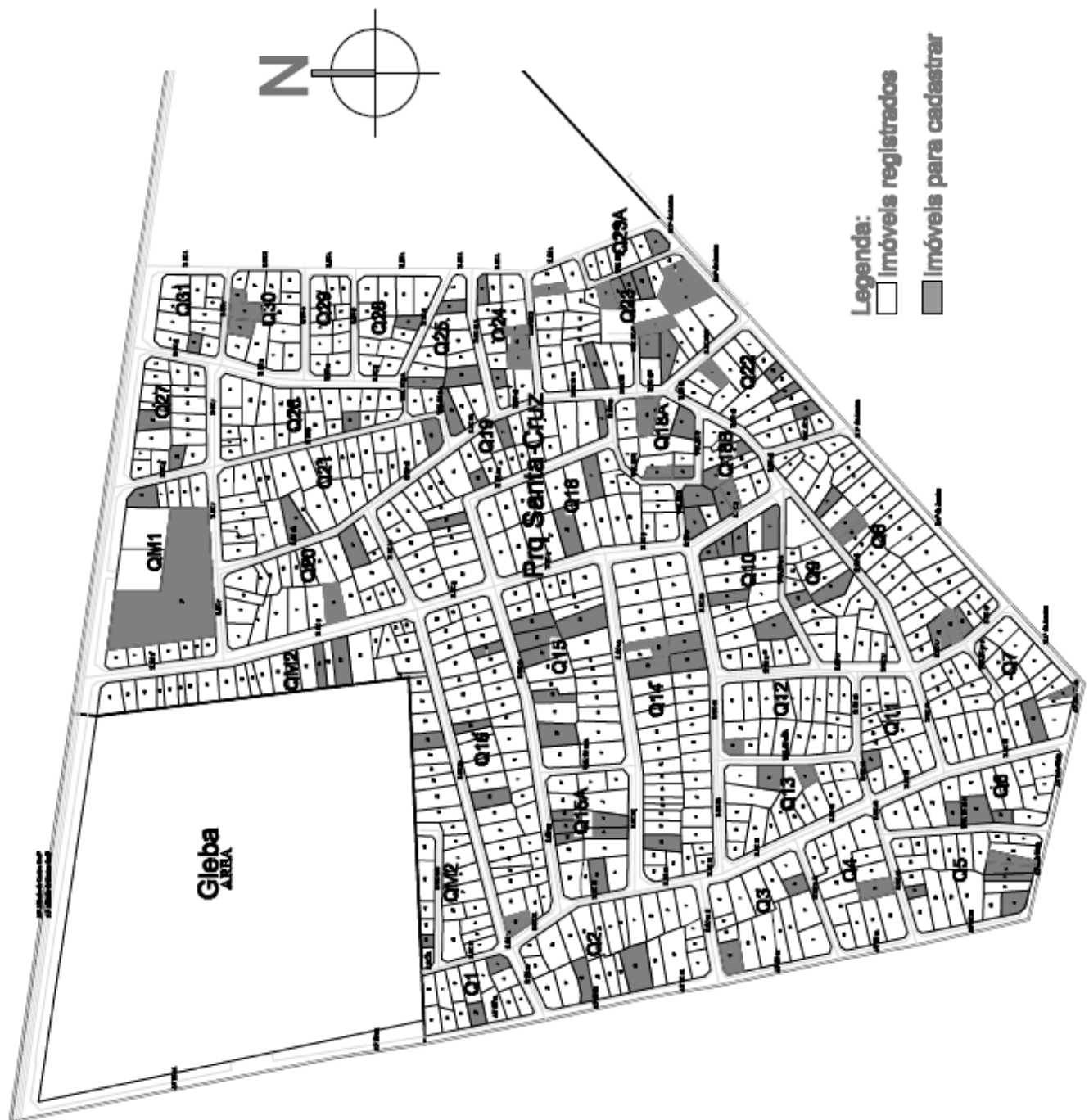
Na busca por essas informações, logo eu encontrei um conjunto de notícias publicadas no *site* da AGEHAB<sup>3</sup>, cujo conteúdo comum chamou minha atenção. Nelas, a assessoria de comunicação da agência informava o seguinte: a partir do mês de abril/2010, 113 famílias que têm a posse, mas não a propriedade legal de seus lotes, iriam ser cadastradas pela AGEHAB, para que suas casas fossem incluídas na política de regularização fundiária coordenada pela agência de habitação, com a participação conjunta da AMMA, da Prefeitura de Goiânia e do MP-GO. Com este procedimento, a AGEHAB concluirá o processo de legalização dos imóveis iniciado em 1985, quando o então prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, aprovou por meio de decreto<sup>4</sup> o loteamento e a urbanização do novo bairro.

Mas será que a aprovação do decreto é uma prova da viabilidade da moradia no Pq. Santa Cruz, assegurada pelos poderes públicos de Estado e município? Na perspectiva dos atores políticos envolvidos na regularização dessa ocupação urbana, eles percebem a contaminação do solo e da água, bem como a instabilidade de muitas edificações do bairro, como riscos que ameaçam a comunidade local? O lixo aterrado e em decomposição representa uma fonte de perigo para os moradores? Se não, por quê? Quais elementos fazem parte do campo de preocupações das pessoas que vivem no Parque Santa Cruz?

---

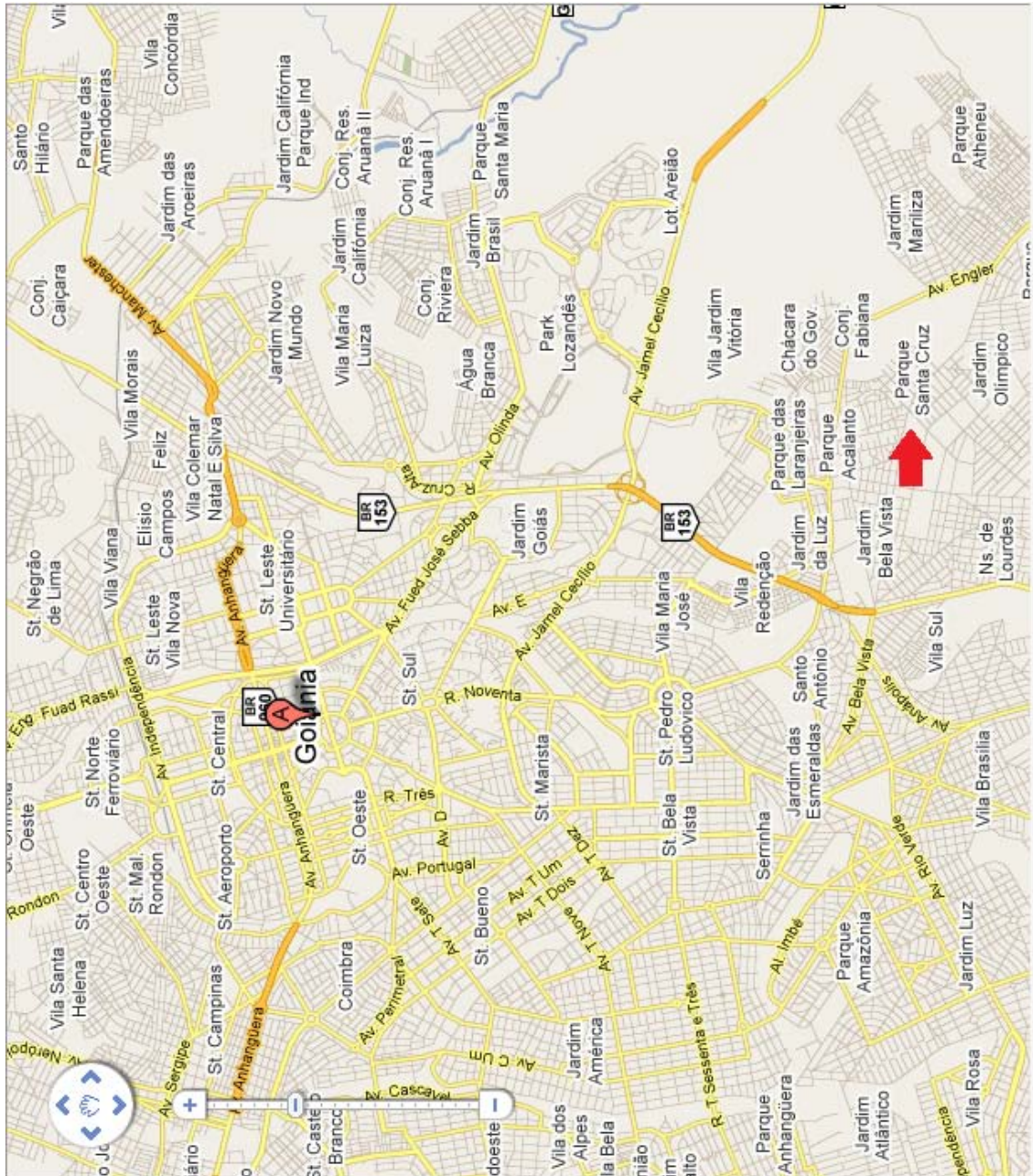
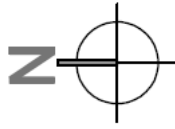
<sup>3</sup> A página da instituição, na internet, se encontra disponível em: <[www.agehab.go.gov.br](http://www.agehab.go.gov.br)>.

<sup>4</sup> Decreto nº 620, de 14 de novembro de 1985, publicado no Diário Oficial do Município (Fonte: DVDOC/SEPLAM).



**Mapa 1: Planta de loteamento do Parque Santa Cruz. Destaque (em cinza) aos imóveis das 113 famílias que serão cadastradas pela AGEHAB, para a concessão de escrituras**

Fonte: AGEHAB (outubro/2010). Modificado pelo autor.



**Mapa 2: Mapa de Goiânia-GO. Destaque (seta vermelha) para o bairro Parque Santa Cruz, localizado na região sudeste da capital**

Fonte: Google maps, 2011.

No intuito de responder às questões formuladas acima, minha pesquisa tomou como eixo teórico central as discussões sobre a construção social de riscos, suas múltiplas formas de percepção e aceitabilidade (DOUGLAS, 1991 [1966]; DOUGLAS e WILDAVSKY, 1983 [1982]; DOUGLAS, 1986; BECK, 1993 [1986]; DOUGLAS, 1996 [1992]), e, também, sobre as relações de poder presentes em sua avaliação e classificação, centradas numa arena social do risco composta por diferentes personagens e interesses em disputa (SILVA, 2007 e 2009; DA SILVA, 1998; ARAÚJO e GÜNTHER, 2009; CARAM e PÉREZ, 2006; MOURA, 2006; ROTENBERG, 1993). A noção de *risco* – com todas as implicações subjetivas, morais e políticas a ela associadas – passa, assim, a ser o princípio articulador que perpassa as estratégias metodológicas, (re)pensadas antes e durante o trabalho de campo, e as análises apresentadas nos capítulos 2, 3 e 4.

Movendo-se ao redor desse eixo principal, outros conceitos também lançam luz sobre a minha etnografia. Primeiramente, o de *espoliação urbana* (KOWARICK, 2009a e 2009b) me ajudará a compreender qual o contexto sócio-habitacional que levou centenas de famílias, no final dos anos 1970, a ocupar e erguer suas casas num antigo lixão de Goiânia. Depois, o conceito de *invasão* permite olhar a posse de uma área pública, por uma população pauperizada e excluída de seus direitos à moradia própria e regularizada, a partir do viés de uma ação legítima, embora ilegal (SANTOS, 2008). Já a noção de *projeto* (VELHO, 1994a e 1994b) pode indicar os motivos pelos quais aquelas famílias decidiram permanecer no Santa Cruz.

O conceito de *lugar* (LOW, 1999; ROTENBERG, 1993; RODMAN, 1993; GUPTA e FERGUSON, 1997; MALKKI, 1997; LEONARD, 1997), por sua vez, permite analisar a configuração territorial do Parque Santa Cruz como resultado e expressão das disputas por significados e usos apropriados do espaço urbano, impostas por diversos grupos de interesse: moradores, agentes políticos pró ou contra a ocupação, a imprensa local, técnicos, especialistas e o poder público municipal e estadual. Estes personagens acabaram constituindo os sujeitos de minha pesquisa. Minha abordagem a essas variadas vozes ocorreu de duas maneiras distintas.

No caso dos moradores do bairro, do ex-gerente de regularização fundiária da AGEHAB, Diogo Paixão, e do sociólogo Horácio Antunes – que, juntamente com um grupo de estudantes, viveu no Pq. Santa Cruz nos primeiros anos da ocupação –, todos eles foram entrevistados pessoalmente. Os depoimentos foram armazenados em um gravador digital, com exceção da fala do ex-gerente, pois este solicitou que a nossa conversa não fosse

gravada. As perguntas eram elaboradas antes e, sobretudo, no momento da entrevista com cada sujeito da pesquisa, seguindo um roteiro estruturado nos seguintes eixos temáticos:

(I) Moradores:

- Motivos da saída da terra natal, da ocupação e permanência no lixão;
- As experiências materiais e simbólicas com o lixo;
- Técnicas utilizadas no processo de confecção de suas casas;
- A percepção da abrangência do lixo dentro dos limites do bairro;
- Possíveis problemas de saúde relacionados ao contato com os resíduos em decomposição;
- O envolvimento em redes comunitárias, bem como os laços de fidelidade aos grupos locais de pertencimento;
- A participação política dos moradores em associações de bairro, que reivindicam o acesso da população do Parque Santa Cruz aos serviços e equipamentos públicos urbanos (saneamento básico, rede elétrica, asfalto, creches, escolas, postos de saúde, segurança, praças de esporte e lazer etc.).
- A percepção dos efeitos do lixo em decomposição sobre a estrutura dos imóveis construídos no local. É perigoso morar nessas condições? Por quê?
- As práticas e representações manipuladas diante dos problemas sociais vivenciados no bairro.

(II) Técnico da AGEHAB:

- A atuação de instituições públicas no processo de regularização dos imóveis do Parque Santa Cruz;
- O conhecimento acerca do contexto social e histórico de formação do lugar, e das possíveis ameaças à saúde dos moradores e ao meio ambiente, geradas pela presença do lixo aterrado;
- Os fatores político-partidários envolvidos na não determinação do Santa Cruz como uma “área de risco”.

(III) Sociólogo:

- Os objetivos da inserção do grupo no Pq. Santa Cruz;

- As relações afetivas e políticas mantidas com os moradores: facilidades e dificuldades;
- Os eventuais conflitos que marcaram a atuação dos estudantes na comunidade, e os seus efeitos sobre os vínculos sociais construídos pelos moradores;
- A percepção dos riscos ligados ao lixo: era um tópico levantado na época? De que forma? Se não, por quê?

Já as narrativas dos demais atores, direta ou indiretamente envolvidos no debate sobre a habitação no Parque Santa Cruz, foram obtidas por meio de pesquisa documental nos arquivos do Centro de Documentação, da Organização Jaime Câmara (que publica o jornal *O Popular*), e da Divisão de Biblioteca e Documentação da SEPLAM. O acesso às notícias referentes ao bairro também se deu através dos sistemas de busca *on-line*, disponíveis tanto na página do jornal *Diário da Manhã* quanto no *site* do Ministério Público do Estado de Goiás<sup>5</sup>.

Para auxiliar minhas entrevistas com os moradores do Pq. Santa Cruz, o recurso visual por meio de fotografias foi adotado de maneira a retratar, por exemplo: o afundamento do piso das casas e as rachaduras de suas paredes, as técnicas e os recursos materiais utilizados pelos habitantes para conter um possível desabamento das edificações. Ao mostrar essas fotografias aos entrevistados, eu levo em consideração a sua capacidade de atribuir diferentes significados às experiências sociais representadas em imagens fotográficas, através da câmera do etnógrafo, e que escapam ao olhar e às perguntas do pesquisador em campo (BITTENCOURT, 1998; MOREIRA LEITE, 1998). Por meio desse recurso metodológico, espero que as imagens se transformem em símbolos intermediários entre os sujeitos da etnografia e o etnógrafo (BITTENCOURT, op. cit.), incentivando assim os moradores a declararem suas ideias, atitudes e os sentidos do que venha a ser um risco de moradia.

Como será visto no capítulo 4, apesar de minha insistência inicial nos problemas relacionados à decomposição dos resíduos sob as casas do bairro, as narrativas dos entrevistados acentuavam dois outros fatores de risco percebidos por eles: a violência resultante do uso e tráfico de drogas, e os preconceitos sobre aqueles que vivem no Parque Santa Cruz. Na tentativa de lidar com essa nova realidade encontrada durante a pesquisa em campo, eu tive de recorrer aos registros de boletins de ocorrências (BOs) policiais, fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. Subsidiando esses dados, mais cinco conceitos vão então compor meu trabalho.

---

<sup>5</sup> Conferir, respectivamente, em: <[www.dm.com.br](http://www.dm.com.br)> e <<http://www.mp.go.gov.br>>.

Ao refletir sobre uma identidade social negativamente marcada pelo grande número de mortes de jovens moradores, me apropriei das noções de *estigma* (GOFFMAN, 1982), *bairro* e *barrial* (GRAVANO, 2009), e *pedaço* (MAGNANI, 1984). A partir delas, eu consigo apreender certas representações discursivas manipuladas pelos entrevistados, em seu objetivo de criar categorias de moradores e, igualmente, diferentes “Parques” Santa Cruz. Já o conceito de *estranhamento* (conforme discutido em DURHAM, 1988; CARDOSO, 1988 e MAGNANI, op. cit.) colocará a minha própria percepção de risco em questão. Poderia eu estar fora dos conflitos relacionados às variadas definições da moradia naquele lugar?

Através de uma abordagem antropológica ao estudo das percepções de risco elaboradas no e sobre o Pq. Santa Cruz, minha principal intenção aqui será a de “tecer” uma etnografia que evidencie:

[...] sociopolitical forces, spatial practices, and efforts at social control that provide insight into the conflicts that arise as different groups attempt to claim and define these urban [space]. Furthermore, these processes elucidate the ways in which the forces and limits of the social production [and] social construction of [places] are engaged and contested in public arena (LOW, 1999: 134).

Mas antes de passar para o próximo capítulo, onde eu faço uma caracterização mais aprofundada do Parque Santa Cruz, será necessário contar como se deu a minha inserção no campo, e quais foram as estratégias utilizadas na aproximação daqueles atores que fizeram parte dele.

## 1.2 *Uma pessoa me levou à outra, que me levou... ao Parque Santa Cruz*

Em agosto de 2010, quando eu havia decidido finalmente desenvolver uma pesquisa junto aos moradores desse bairro de Goiânia, pensei que seria difícil encontrar pessoas que pudessem, num momento anterior à entrada efetiva em campo, me indicar outras com algum conhecimento a respeito do processo de formação do Pq. Santa Cruz, ou da política de regularização fundiária executada pela AGEHAB. Mas eu me enganei. Por sorte, essas pessoas estavam muito próximas a mim. Foi a minha própria orientadora, Prof.<sup>a</sup> Telma Camargo da Silva, quem me deu o contato de sua ex-aluna, Simone Rosa da Silva, que, na última gestão da agência de habitação (agosto/2008 a dezembro/2010), ocupava o cargo de Gerente de Apoio à Gestão e Cooperação Técnica.

Simone auxiliou o meu ingresso na AGEHAB de duas maneiras. Primeiro, ela indicou os meandros legais a serem adotados para que minha presença na instituição, enquanto pesquisador, fosse formalizada. Seguindo suas orientações, eu redigi, protocolei e encaminhei um ofício a então presidente da Agência, a urbanista Silmara Vieira, lhe informando sobre a minha pesquisa de mestrado e a população definida para a realização do meu estudo. Por meio deste ofício, eu também solicitei o acesso a documentos textuais e cartográficos, bem como a relatórios técnicos produzidos pela equipe técnica da AGEHAB, que pudessem auxiliar na elaboração de uma caracterização socioespacial do Pq. Santa Cruz (ver ANEXO A, p. 126). Juntamente ao ofício, anexeï a carta de apresentação escrita pela Prof.<sup>a</sup> Telma, na qual ela pedia a colaboração da presidente em meu acesso aos arquivos da instituição (ANEXO B, p. 127).

Entretanto, apesar de minhas solicitações, os funcionários da AGEHAB não me disponibilizaram os relatórios referentes ao diagnóstico social da comunidade, que tratavam tanto das condições de moradia, da infraestrutura, dos equipamentos públicos e serviços urbanos disponíveis no bairro, quanto dos critérios para a seleção da demanda por escrituras. Eu tive contato apenas com três arquivos digitais: dois contendo as plantas de loteamento (ver **mapa 1** acima, p. 20) e de situação (**mapa 3**, p. 48) do Parque Santa Cruz, e um outro (cf. GOIÁS, 2010) com informações acerca do processo de cadastramento das famílias que ainda não possuem a escritura de seus lotes.

De qualquer maneira, a colaboração de Simone foi importante aos meus objetivos por outro aspecto. Além de ter sido colega de trabalho do então Gerente de Regularização Fundiária da AGEHAB, Diogo Paixão, ela era amiga dele há muitos anos. A proximidade pessoal entre os dois me permitiu (depois de quase três meses de espera, é bem verdade) conhecê-lo e entrevistá-lo em seu escritório, no fim de uma tarde de novembro/2010, após o encerramento de seu expediente. Meu trabalho de campo dava, assim, o seu “pontapé inicial”.

Com a colaboração da Prof.<sup>a</sup> Telma Camargo, novamente, e, depois, do Prof.<sup>o</sup> Manuel Ferreira Lima Filho (PPGAS/UFG), eu pude entrar em contato com Horácio Antunes (sociólogo, docente da UFMA) e Maria José (antropóloga e professora da PUC-GO), a qual também havia atuado e vivido no Santa Cruz, nos anos 1980<sup>6</sup>. Com ela, eu só consegui falar pelo telefone. Já com o primeiro, conversamos por quase uma hora e meia na varanda de sua antiga residência em Goiânia, pouco tempo antes de seu retorno ao Maranhão.

---

<sup>6</sup> O contexto político e social da formação do grupo de estudantes, seus objetivos e os depoimentos dos dois professores serão apresentados e detalhados mais a frente (p. 43).

Estou aqui já nos últimos dias de 2010, sem ter ido ao Parque Santa Cruz e nem entrevistado um único morador. Porém, entre uma conversa e outra pelos corredores da Faculdade de Ciências Sociais (UFG), eu acabei sendo informado sobre uma colega de curso que havia residido no Pq. Santa Cruz há alguns anos atrás. Através dela eu conheci a primeira moradora lá no bairro: Lorena.

Por telefone, nós dois combinamos um encontro: dia 22 de janeiro de 2011, às 9h30 da manhã, na casa dela. Na noite anterior, o nervosismo – finalmente eu iria conhecer o bairro cuja história não saiu mais de minha cabeça. Verifiquei as pilhas do gravador e a bateria da câmera fotográfica; separei o caderno de campo (que nas horas vagas funcionava como agenda), canetas, lapiseira, borracha e o bilhete de ônibus. Por último, ajeitei tudo nos inúmeros bolsos de meu colete. Às 7 horas da manhã do dia seguinte, o despertador tocou: era preciso acordar, apesar da noite muito mal dormida. Tomei o café da manhã, vesti o colete e, às 8h, fui a pé até um ponto perto de casa. Eu tinha que pegar o ônibus 014-Parque Ateneu/Campinas, desembarcar no ponto em frente à TV Brasil Central, na Avenida Contorno (Pq. Santa Cruz) e, finalmente, descer a rua SC-18 até encontrar a residência de Lorena – conforme ela havia me orientado.

Sua abertura fora fundamental para a minha inserção na comunidade. Além de ter disponibilizado o seu tempo comigo, Lorena me apresentou alguns de seus vizinhos logo no primeiro dia. Foi dessa forma que os trinta minutos de entrevista acabaram se desdobrando nas quase quatro horas de permanência no Parque Santa Cruz, me adaptando à disposição espacial das casas, ao traçado de algumas ruas e ao movimento das pessoas.

Partindo das indicações do Prof.º Horácio Antunes e da rede de relações sociais de Lorena no bairro, a técnica conhecida como *snowball* (cf. BERNARD, 1988) permitiu a localização dos indivíduos-chave aos propósitos da pesquisa. De um total de 26 moradores entrevistados entre janeiro e setembro de 2011, eu apresento nas páginas seguintes os depoimentos de 16 deles. Estes são os que com maior riqueza de detalhes iam me descrevendo: *i*) a transformação do antigo lixão em um lugar de moradia; *ii*) os enfrentamentos movidos contra as tentativas de remoção das famílias da ocupação (eventos contextualizados nos capítulos 2 e 3) e frente ao medo do envolvimento de jovens do Santa Cruz no mundo das drogas, *iii*) as suas perspectivas com relação aos estigmas associados a sua imagem (abordados no capítulo 4).

Ao longo dos capítulos, usarei pseudônimos quando eu fizer referências a esses entrevistados. Motivo: a dissertação de mestrado é um documento público e cópias impressas dela serão depositadas nas secretarias do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

e da Faculdade de Ciências Sociais, no acervo de teses e dissertações do Sistema de Bibliotecas, todos da UFG, e na Associação de Moradores do Parque Santa Cruz. Mesmo estando acessível a qualquer pessoa possivelmente interessada nos assuntos tratados neste texto, ou na história do bairro, por exemplo, as citações das informações e denúncias manifestas pelos entrevistados devem garantir a confidencialidade de suas identidades, de modo a não expô-los a qualquer tipo de represália por parte de outros moradores, da polícia militar ou de agentes políticos ligados à regularização fundiária do bairro.

Resguardados os nomes verdadeiros dos moradores entrevistados, é possível ao menos destacar alguns de seus aspectos biográficos. Afinal, essas pessoas existem e se afirmam como autoridades conhecedoras da realidade vivenciada no Pq. Santa Cruz. Vejamos:

- **Lorena:** 30 anos de idade<sup>7</sup>. Mora com os pais e uma irmã há oito anos no Santa Cruz. Antes da mudança para lá, eles moravam de aluguel em um outro bairro da capital. A entrevista foi realizada em 22/01/2011. Através dela eu conheci, no mesmo dia, os próximos quatro moradores.
- **Márcia:** 51 anos. Na companhia da mãe, do marido e de seus filhos, ela foi uma das primeiras moradoras a tomar posse daquele terreno, em 1979. Ainda não possui a escritura de seu imóvel. Nasceu na cidade de Xambioá, em Tocantins.
- **Luiz:** 78 anos. Vive com a esposa e os filhos no bairro, desde 1989. Sua casa foi construída sobre uma camada de, aproximadamente, 7 metros de lixo aterrado.
- **Nadir:** 58 anos de idade. Do Mato Grosso, ela chegou a Goiânia no início da década de 1970. Por dez anos morou em casa alugada até que, por sugestão de um vizinho, se mudou com a família para o Santa Cruz em 1982. Apesar de na época ser uma área de posse, o marido “comprou o direito” do lote onde vivem. Eu a entrevistei uma segunda vez no dia 12/02/2011.
- **Ângela:** 59 anos. Natural de Anápolis-GO, ela e o esposo cercaram um lote no antigo lixão em 1980. Vendia os materiais que podiam ser aproveitados do lixo e, com o dinheiro, ajudava a comprar alimentos e roupas para os filhos.
- **Diogo:** 62 anos. Nascido no município de Pilar de Goiás, ele pagava o aluguel de uma casa em outro bairro de Goiânia. Por aceitar ser o padrinho da filha de um vizinho seu, em retribuição, este lhe “deu” um lote já cercado nos limites do lixão ocupado. No ano de 1980, ele construiu um barracão de madeira no local enquanto, diariamente,

---

<sup>7</sup> As idades e os anos de residência no Parque Santa Cruz foram calculados em relação à data da entrevista.

retirava o lixo encontrado em seu lote. Participou das manifestações a favor da regularização do Santa Cruz, sendo até preso pela polícia. Naquele tempo, ele fez parte das atividades propostas pelo grupo de Maria José e Horácio. Foi este professor quem me indicou Diogo e sua esposa, Dora. Eu o entrevistei em duas oportunidades: 26/01/2011 e 05/03/2011.

- **Dora:** 53 anos. Nascida em São Luiz do Norte, em Goiás, ela também participou dos protestos contra a transferência das famílias do Parque Santa Cruz para outra área estabelecida pelo governo do Estado. Entrevista: 26/01/2011.

- **Maria e Sandro:** 47 e 48 anos de idade, respectivamente. Casal de comerciantes e moradores do Pq. Santa Cruz desde 2004. Os dois foram entrevistados no mesmo dia de Dora.

- **Mário:** 25 anos, é maranhense. Há sete anos ele vive de aluguel com a esposa e o filho pequeno numa casa ao lado de Nadir. A estrutura de sua residência é, dentre as que pude observar por dentro, a mais afetada pelo progressivo desnivelamento da superfície sob o imóvel. Ele e os outros dois moradores listados abaixo foram entrevistados no dia 05/03/2011.

- **Jonas:** 66 anos, nasceu em Ceres-GO. Reside no Parque Santa Cruz desde que se mudou para Goiânia, em 1985, a pedido de dois irmãos.

- **Miguel:** 78 anos, é baiano. Com apenas 10 anos de idade, ele e sua família vieram a pé da terra natal até o Estado de Goiás. Morou de aluguel em vários bairros de Goiânia antes de se estabelecer no Santa Cruz, em 1996. Há enormes rachaduras nas paredes de sua casa.

- **Samuel:** 30 anos, nascido e criado no Pq. Santa Cruz. Organiza e participa de várias ações culturais, artísticas e musicais voltadas à juventude do bairro. Possui um grande círculo de amizades e uma forte identificação com o lugar. Descobri a localização de sua residência, onde mora com a família, através de um vídeo postado por ele no *YouTube*. Conversamos no dia 28/09/2011.

- **Daiane e Darci:** 21 e 22 anos de idade, respectivamente. Elas e mais uma irmã também nasceram no bairro. A entrevista foi realizada minutos após o meu encontro com Samuel.

- **Arlete:** 65 anos, é natural de Maurilândia-GO. Assim como Nadir, ela e o marido “compraram o direito” de um lote na ocupação, em 1982, e mudaram para lá no ano seguinte. Era do círculo de moradores ligados ao grupo de Horácio e Maria José. Com

quatro filhos pequenos, ela dificilmente encontrava alguém disposto a lhe alugar um imóvel. Passou por vários outros bairros até, enfim, se fixar no Santa Cruz e conseguir a escritura de seu lote. Foi Dora quem me indicou sua amiga Arlete – a última moradora entrevistada: 30/09/2011.

A partir de seus depoimentos, no próximo capítulo eu já posso iniciar uma caracterização de mais outro personagem, que é, ao mesmo tempo, o pano de fundo que perpassa todas as etapas de minha pesquisa: o bairro Parque Santa Cruz. Passemos então a ele.

## CAPÍTULO 2

### *DO LIXÃO AO BAIRRO*

Nas ruas e vielas estreitas (por vezes, sem saída) do Parque Santa Cruz, onde hoje vivem cerca de quatro mil pessoas<sup>8</sup>, não foi difícil eu me deparar com moradoras e moradores que por lá se estabeleceram com suas famílias ainda no “tempo do lixão”. Às vezes, os encontrava na calçada em frente a sua casa, no quintal, sentados sozinhos numa cadeira, consertando algum objeto que ainda poderia ser útil a eles, ou apenas conversando com um vizinho no chão mesmo, buscando, entre um papo e outro, se esconder do sol forte e do mormaço que atrapalham a visão.

De maneira geral, os depoimentos desses moradores dão conta de uma época (anos 1970 e início dos 80) em que centenas de famílias oriundas do interior de Goiás e de outros Estados – como Bahia, Maranhão, Ceará, Tocantins, Roraima e Mato Grosso –, pressionadas pelas precárias condições econômicas em sua terra natal, fizeram parte de um fluxo migratório campo-cidade que teve fim com a construção de suas casas no antigo lixão. Mas no caminho até a sua ocupação, todas elas já haviam passado por outras cidades e/ou morado de aluguel em diferentes bairros da capital. Essa trajetória pode ser bem exemplificada através da fala de seu Miguel (78 anos, morador do Santa Cruz desde 1996).

*Eu nasci no Estado da Bahia. Vim a pé em [19]42. Eu tava com 10 anos. Eu gastei dois meses do Estado da Bahia até aqui no Goiás. Veio o meu pessoal. Veio mãe, vó, tio, tia. E aí, nós viajamos esse tempo tudo. Lá [na Bahia] era muito difícil. Hoje não, hoje mudou muito, né. Mas não é fácil também, não. Porque quase não tinha serviço. Nós chegamos em Anápolis. Depois fui pra Ceres, na notícia da Colônia. Eu me casei em [19]52. Adquiri dois filhos. Aí inventei de ir pro Mato Grosso. E aí lá, eu morei dez anos. Eu adquiri três meninos lá. Mas aí, a minha família adoeceu. Eu falei: “Eu vou embora. Voltar [para Goiás]”. Aí vendi os trem lá e vim pra Goiânia. Fiz o tratamento do menino. Quando tava construindo o estádio Serra Dourada, foi a primeira firma que eu trabalhei. Em [19]73, porque ela [a construção do estádio] começou em 72. Quando pensa que não, eu perdi a mulher. Falei: “Agora enrolou. Agora eu tenho é que ficar quieto aqui [em Goiânia]”. [...] Naquele tempo, eu pagava um aluguel danado. Morei no setor Universitário, no Novo Mundo, no Santo Hilário, na Chácara do Governador (Entrevista, 05/03/2011, Goiânia).*

Uma vez estabelecidos em Goiânia, a vida continuava muito difícil. Muitas famílias tinham, em média, dois ou três filhos, o que implicava num gasto maior com a alimentação e o vestuário. Porém, quase todo o dinheiro que os/as chefes de família conseguiam obter, por

---

<sup>8</sup> Segundo o Censo demográfico de 2000 – IBGE (dados trabalhados pela Prefeitura de Goiânia – SEPLAM), o Parque Santa Cruz contava com 3.939 moradores naquele ano.

meio de atividades de baixa remuneração e provisórias, mal dava para pagar o aluguel do mês. E isso num contexto em que os filhos representavam um enorme obstáculo à procura de uma casa para morar, já que ninguém queria alugar seu imóvel para casais com crianças pequenas – como me relataram Arlete, Dora e Nadir.

Num quadro de diminuição das alternativas habitacionais, desemprego, ausência de assistência e direitos sociais, instabilidade financeira e de crescente pauperização – ou seja, de *espoliação urbana* – resta às famílias pobres das grandes cidades brasileiras a construção da casa própria em regiões periféricas e, muitas vezes, irregulares – as chamadas “invasões”, ou áreas de posse (KOWARICK, 2009b: 165-166, 170-171, 187-188).

Ao caracterizar essas ocupações como irregulares, eu me refiro a um ordenamento jurídico-institucional que regulamenta a propriedade urbana e o acesso da população à terra, à habitação e aos serviços e equipamentos públicos (energia elétrica, redes de água e esgoto, transporte, asfalto, coleta de lixo, educação escolar, postos de saúde, segurança etc.). Deste ponto de vista, essas pessoas invadiram uma área, e não a ocuparam, já que sua ação representaria a ilegalidade da posse da propriedade de outrem. Agora, se pensarmos a moradia como um direito social básico da cidadania, mas cujo acesso foi historicamente negado à ampla maioria da população pobre das cidades (KOWARICK, 2009a), então essa ação é legítima:

[...] ocupa-se [...] aquilo] que em algum momento, do passado ou do presente, foi usurpado de um grupo ou classe social, mesmo que não tenha sido “diretamente” usurpado. [...] A] desigualdade de oportunidades, a exploração e a espoliação urbana impediram que [os] cidadãos mais pobres tivessem acesso à propriedade da terra ou à moradia (SANTOS, 2008: 132).

A diferença entre os termos *invasão* e *ocupação* não é, portanto, apenas semântica, mas antes parte da discussão sobre o que é legal e o que é legítimo (ver KOWARICK, 2009a).

Uma situação altamente espoliativa aguçou as expectativas desses primeiros moradores do Pq. Santa Cruz com relação a um terreno de propriedade do Estado de Goiás, que servia como um lixão da cidade e ficava às margens da antiga estrada para o município de Bela Vista – a atual Avenida Contorno. Na verdade, desde 1978 um grande número de pessoas começou a tomar posse daquela área, depois que a própria prefeitura de Goiânia retirou 15 famílias de uma *invasão*<sup>9</sup> no Jardim Botânico e as encaminhou para o lixão

---

<sup>9</sup> A partir de agora, a palavra *invasão* será destacada em itálico. Não a coloco entre aspas porque, embora seja uma categoria própria do discurso jurídico-institucional, ela é também apropriada e reutilizada pelos moradores

(FRANÇA, 1983), dando início assim à “Invasão das Mamoneiras” – nome este que fazia referência aos inúmeros pés de mamona espalhados por todo o terreno, segundo as lembranças de Diogo, Márcia e Ângela.

Chegando ao local, os moradores imediatamente passaram a cercar seus próprios lotes com arame farpado e, em alguns casos, a negociar, vender ou mesmo “doar” outros. Dona Nadir (58 anos, está no Santa Cruz desde 1981) foi uma das moradoras que comprou um lote no antigo lixão:

*Meu marido trabalhava, ganhava um salário [mínimo]. Eu, na época, não trabalhava. Sei que foi muito difícil, muito difícil mesmo. A gente comprou o material à prestação. Eu comprei esse lote aqui na época... Eu paguei 40.000 cruzeiros nele. Quando eu mudei pra cá, já tinha bastante gente, né. E o dono [quem lhe vendeu o lote] entrou aqui e pegou um bucado de lote pra ele, você entendeu? Aliás, ele pegou, acho que uma quadra de lote, e saiu vendendo. Ele já morava aqui há mais tempo, muito tempo. E foi vendendo os lotes, né. Inclusive, quando eu mudei pra cá, ele morava aqui do lado. Ele tinha essa casa aí, do lado, e aquele outro [lote] lá de cima. Vendeu todos. Ele saiu vendendo de lá pra cá. E tinha essa quadra aí, também, que parece, se eu não me engano, era dele também. (Entrevista, 12/02/2011, Goiânia).*

Além das mamoneiras, as primeiras famílias do local se depararam com um espaço constituído por pés de milho, manga, goiaba, limão e de outros frutos (que, inclusive, eram utilizados na alimentação diária), mato, minas d’água e toneladas de lixo a céu aberto, despejadas diariamente por caminhões da prefeitura até o ano de 1981, aproximadamente. Entre os objetos encontrados no lixão, havia muitos resíduos hospitalares como seringas, agulhas, ampolas e luvas cirúrgicas, mas também: pneus, ferro, cobre, alumínio, sacolas e outros materiais plásticos, vidro, restos de alimentos e animais mortos.

Em um primeiro momento, muitos moradores sobreviviam economicamente graças ao lixo sobre o qual moravam. Eles o separavam e aproveitavam aquilo que poderia ser vendido. Dessa forma, conseguiam dinheiro para comprar comida e materiais de construção básicos para erguerem uma casa de tábuas, de adobe ou, se as condições financeiras fossem um pouco melhores, de alvenaria.

*Era lixo, meu filho! Aqui era lixo. Ixi! Quando eu vim de Anápolis pra cá, isso aqui era mato. Era demais. Aí foi chegando gente. Cada um fazia um barraquinho num lugar, outro fazia noutro lugar. Aí foi crescendo. Todo mundo tirava plástico daqui. Eu posso falar, porque eu criei meus meninos mais aqui foi tirando... Daqui a gente tirava cobre, ferro, alumínio. Tirava tudo (Ângela - 59 anos, entrevista, 22/01/2011, Goiânia. Moradora do Santa Cruz desde 1980).*

---

entrevistados, de maneira a alterar o seu sentido. É como se dissessem: “Invadimos sim, mas porque todos nós temos o direito à moradia”.

Quais foram as dificuldades de se habitar num terreno onde havia uma enorme quantidade de lixo em decomposição? Como os moradores reagiram a elas? Talvez as impressões guardadas por dona Arlete (65 anos) possam dar uma boa ideia acerca desse ambiente inicial de moradia em meio ao lixão.

Nascida numa chácara próxima ao município de Maurilândia-GO, ela, seu esposo Lázaro e mais quatro filhos se mudaram para Goiânia em 1964. Na capital, viveram por seis meses no bairro Alto da Glória e cerca de 11 anos no setor Pedro Ludovico, sempre em imóvel alugado. Com muitos filhos e nenhuma condição financeira de comprar uma casa numa área já regularizada, o aluguel se tornou bastante inviável, motivando-os então a tomar posse de um lote em Aparecida de Goiânia. Lá, dona Arlete e sua família moravam num pequeno barracão de tábuas. Entretanto, por ser muito distante do trabalho de seu marido (pedreiro) e, sobretudo, não haver, na época, qualquer expectativa de que a *invasão* seria “beneficiada”, os dois decidiram, em 1982, “comprar o direito” de um lote no Parque Santa Cruz – com um nome oficial, agora, para constar nos registros da companhia de eletricidade que havia, naquele ano, feito a ligação das casas com a rede de energia (FRANÇA, 1983).

Abro um parêntese aqui: com relação a esse nome, apenas Diogo deu uma explicação sobre o processo coletivo que levou a sua escolha. Conforme me contou, certa vez algumas lideranças locais se reuniram e começaram a sugerir nomes definitivos para a ocupação, pois a companhia de energia assim exigia. De uma lista final com mais ou menos cinco nomes (os quais ele não se lembrava), o voto da maioria acabou optando por aquele que permanece até hoje. Porém, sua esposa, Dora, dá uma interpretação ao termo “Santa Cruz”, de forma a expressar não só a sua experiência vivida no bairro, como, também, a de muitos outros moradores: “É por causa da nossa luta aqui. Foi muito difícil. Porque cada um tem uma cruz pra carregar”. As diferentes histórias daqueles que lá conheci retratam uma realidade que, por outros caminhos, acabam confirmando essa interpretação, como é o caso de Arlete. Voltemos então a ele.

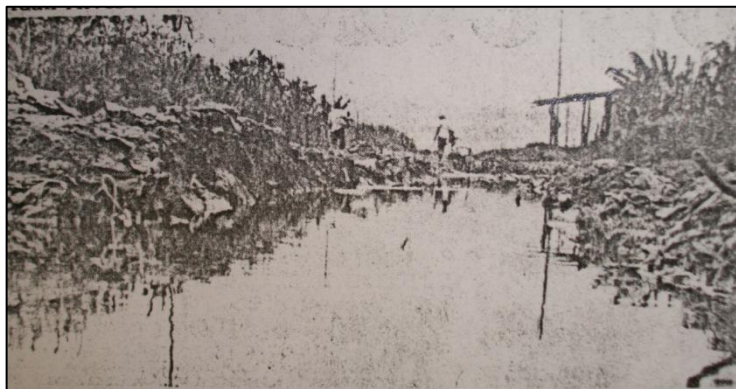
Mesmo residindo em Aparecida de Goiânia, seu Lázaro começou a construir em seu novo lote uma casa de alvenaria de apenas dois cômodos, com as portas e janelas escoradas por madeiras. No dia 15 de fevereiro de 1983, ele e Arlete se mudam definitivamente para o Pq. Santa Cruz, na esperança – segundo afirmava uma comadre sua – de que “lá é uma invasão, mas vai ficar muito bom. Lá tem promessa do Ary Valadão<sup>10</sup> e da primeira-dama de que lá vai melhorar. E o povo tá entrando lá”. O problema é que quando seu Lázaro comprou

---

<sup>10</sup> Ex-governador de Goiás entre março/1979 e março/1983.

o lote, a cidade estava numa estação seca e o lixo, apesar dos inúmeros incômodos, não era um obstáculo intransponível à moradia. Mas no período da mudança já chovia bastante. Por conta disso, os resíduos colocavam em evidência a extrema falta de opções habitacionais e garantias sociais para aquela população pobre.

*O problema era a falta de água e a sujeira das ruas, a imundície, que era demais. Ali na baixadinha da SC-9 [nome de uma rua] empoçava água da chuva, virava uma lagoa. Eu chamava lá de “lagoa do sapo”. Também ali, nesse cruzamento da SC-9 com a SC-12, a água empoçava. E o sapo virava uma cantarola. Mas cantava de noite. Você precisava ver tanto que era divertido, sabe? Aí, quando a chuva parava uns dias e o sol esquentava, aí morria aquele tanto de sapo ali dentro e virava carniça pura. Ninguém aguentava o fedor. Era horrível. A gente penou muito com isso aqui, não foi fácil. Quando a gente veio aqui, que eu cheguei – os dois cômodos construídos já – e vi a narquia que tava, falei: “Gente do céu! É difícil mudar pra cá desse jeito”. Por conta do lixo. Por causa da lama podre na rua, né. E não teve outra saída. Eu doida pra sair do aluguel, tive que vim. [...] Antes de mudar pra cá, nós chegamos a por uma plaquinha de venda aqui. Deixamos seu Itamar, que era o vizinho aqui do lado, encarregado de vender pra nós. Mas não vendeu. Ele falou: “Essa época de chuva é difícil aparecer quem compra” (Arlete, entrevista, 30/09/2011, Goiânia).*



*Em meio à água e ao lixo – disputando um espaço.*

Imagens disponíveis em FRANÇA, 1983; DIÁRIO DA MANHÃ, 1987.

Fonte: DVDOC/SEPLAM (março de 2011).

Em *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil* (2009b), o sociólogo Lúcio Kowarick analisa os significados atribuídos pelos moradores de cortiços das áreas centrais, de casas autoconstruídas em loteamentos irregulares ou de favelas, na cidade de São Paulo, a essas formas de habitação espoliativas. Vantagens e desvantagens são apontadas em cada uma delas.

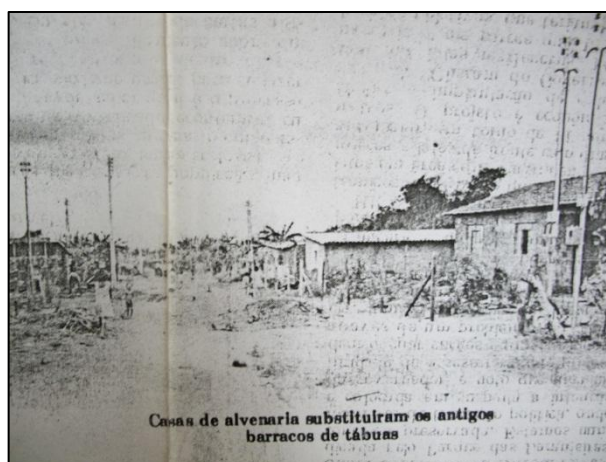
Apesar da falta de higiene, privacidade e do uso comum e problemático de alguns ambientes por pessoas de sexos e idades diferentes, os cortiços “estão perto de tudo”: do trabalho, lazer, hospital, da escola dos filhos. Daí não ser necessário os gastos com transporte público, possibilitando, assim, uma economia da pequena renda familiar. No caso dos loteamentos não legalizados, embora eles sejam servidos por alguns bens de consumo coletivos como rede elétrica, a distância do local de trabalho, bem como as longas e cansativas horas dispendidas dentro de ônibus, representam uma alternativa para quem quer escapar da condição de inquilinato. Já nas favelas, mesmo o direito à propriedade não sendo garantido e de serem vistas como locais perigosos, elas ainda são a forma mais barata de moradia (KOWARICK, op. cit.: 291).

Por outro lado, um desejo comum alimenta as expectativas de todas essas pessoas: a conquista da casa própria e regularizada. Mais do que um abrigo, ela representa reconhecimento social, cidadania, a oportunidade de se escapar do aluguel e um investimento em longo prazo, de tal modo a garantir uma poupança familiar que possibilite o acúmulo de bens, um futuro melhor para os filhos e uma segurança contra as incertezas provocadas por doenças, acidentes de trabalho, desemprego e velhice (KOWARICK, 2009b: 199-200, 212, 220, 290; 2009a: 30-31, 86-90; SANTOS, 2008: 125-126).

Com relação ao Parque Santa Cruz, como seria possível concretizar tal desejo numa situação em que, somada à precariedade econômica daquelas famílias, havia todo um lixão sobre a terra firme? Nos primeiros anos da ocupação, os moradores desenvolveram técnicas próprias a fim de construir suas residências. Além disso, imaginando uma possível regularização da *invasão*, à medida que cercavam seus lotes eles iam deixando espaços vagos e contínuos, por onde deveriam passar as ruas internas do futuro bairro.

Em alguns casos, os moradores faziam uma “vaquinha” e contratavam o serviço de funcionários públicos municipais, com acesso a caminhões da prefeitura, que pudessem trazer quantidades suficientes de terra para aterrar o lixo em seus lotes. Porém, esse recurso não diminuía as dificuldades impostas pela presença dos resíduos: cisternas eram abertas, mas quando o morador finalmente encontrava o lençol d’água, ela era imprópria para o consumo e para o banho – tinha coloração escura, aspecto oleoso, “um gosto horrível [e] um cheiro

insuportável. Não dava pra fazer nada!” (Márcia, entrevista, 22/01/2011, Goiânia.). Na lembrança de alguns entrevistados, raros eram os lugares onde se podia abrir uma cisterna em que a água não estivesse contaminada. Quando isso fosse possível, ela era então compartilhada com várias outras famílias.



*Com o tempo, os barracos de tábua foram substituídos pelas casas de alvenaria.*

Imagem disponíveis em FRANÇA, 1983.

Fonte: DVDOC/SEPLAM (março de 2011).



*Em época de chuva, os resíduos “brotam” das ruas do Santa Cruz.*

Imagem disponível em FRANÇA, 1983.

Fonte: DVDOC/SEPLAM (março de 2011).

Quanto aos imóveis de alvenaria, cuja estrutura exige uma fundação mais resistente, os moradores tiveram que fazer perfurações profundas para conseguir atravessar a camada de

lixo e, em seguida, fixar os alicerces em terra firme. O interessante é que aqui, a percepção da profundidade do lixo aterrado no bairro vai variar segundo a experiência de cada morador na confecção de sua casa, ou segundo as histórias que circulam a respeito do lixo retirado por “fulano”, ou “beltrano”, de seu lote.

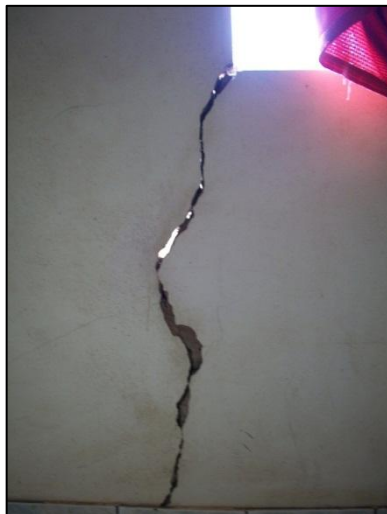
A percepção de seu Luiz (78 anos), por exemplo, variava a quantidade de lixo conforme eu lhe questionava. Num primeiro momento, havia em seu lote entre 4 e 5 metros de resíduos sob a superfície. Em seguida, quando se referiu à estrutura dos alicerces utilizados na fundação da casa, ele contou que foram necessárias quatro colunas de concreto, com 7 metros de comprimento cada, embora houvesse mais lixo para baixo.

E essa quantidade de lixo no bairro pode ser ainda maior, de acordo com uma reportagem do jornal *O Popular*, de 21/10/2006, acerca da reforma feita no prédio de dois andares do Centro de Formação Humana e Promoção Social Polivalente São José. O *Polivalente* é uma organização não governamental (ONG) de assistência social, vinculada à Igreja Católica, que atende a população mais carente do Pq. Santa Cruz desde 1997. Com o apoio de voluntários (moradores ou não do bairro), a ONG sempre oferece cursos profissionalizantes de corte e costura profissional, cabelereiro, computação básica, manicure, bordado e artesanato (POLIVALENTE SÃO JOSÉ, 2010 e 2011).

Como o prédio da instituição estava bastante comprometido por ter sido construído sobre o lixão, para que o problema fosse resolvido:

[...] foi necessária a construção de 16 colunas de concreto, espalhadas por todo o edifício. Além das vigas de concreto, foram instaladas colunas metálicas em algumas salas, obra que resultou em um custo total de cerca de R\$ 50 mil. [...] durante a reforma, os operários chegaram a *cavar 9 metros de profundidade para sair do lixo* e fixar a nova fundação. “Caminhões e caminhões de lixo saíram desse terreno. Era algo inacreditável”, lembra a coordenadora [da ONG] (ASSIS, 2006; grifo meu).

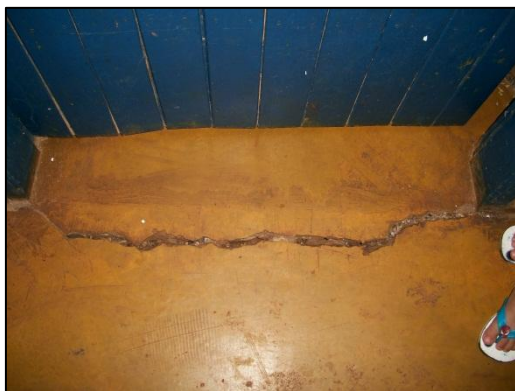
As residências que eu pude conhecer ao longo da pesquisa de campo, e que hoje em dia apresentam diversas rachaduras nas paredes de diferentes cômodos, são aquelas construídas por cima dos resíduos aterrados. Isso ocorre porque mesmo com uma fundação bem feita (na qual o morador utilizou grandes quantidades de cimento e ferro), a base sobre a qual elas foram erguidas é instável: com a decomposição do lixo, o solo afunda, provocando o desnivelamento do piso e, conseqüentemente, das paredes.



*Às vezes, dá até para ver o que tem do outro lado, através da rachadura – num quarto da residência de Luiz.*

Foto: Arthur Pires Amaral

Data: 22/01/2011.



*Na casa de Mário, até o piso da casa rachou (esquerda). À direita, parede de outra residência.*

Foto: Arthur Pires Amaral

Datas: 22/01 e 26/01 de 2011.

Em minha opinião, a possibilidade de uma dessas casas, ou parte delas, cair sobre as pessoas que nelas habitam não é remota. Mário (25 anos), vizinho de dona Nadir, vive de aluguel no Parque Santa Cruz com a esposa e o filho de três anos desde 2006. A casa onde moram já é a terceira erguida no mesmo lote. A primeira, de adobe, caiu; a segunda, de tijolo comum, também. Ele me contou que se dispôs a fazer algumas reformas na casa para reforçá-la, mas o proprietário o proibiu, afirmando que vai deixá-la cair para, depois, erguer outra novamente.

Em outros casos, a confecção da casa própria no antigo lixão demandou um esforço fora do comum. O depoimento de Diogo (62 anos) – que, juntamente com Dora (53 anos),

tomou posse de um lote em 1980 – retrata bem um segundo modelo de construção da moradia no bairro, caracterizado pela remoção de todo o lixo do lote para, em seguida, depositá-lo em grandes valas onde hoje passa a rua em frente ao imóvel. Apesar de este procedimento ser muito demorado (por volta de um ano, como me contou Diogo), as casas assim confeccionadas parecem ser aquelas que não, ou pouco, apresentam rachaduras.

*Isso aqui era um monte de lixo, sabe? Mas a terra firme, né. Aqui [no seu lote] não foi escavado pra cobrir o lixo, não. Comprei madeira velha, essas coisas, né, tal, telha. Fiz um cômodo e passei pra dentro. Aí eu comprei um carrinho de ferro, uma pá e uma peneira, e eu fui coando essa terra, esse lixo, né. Levantava de madrugada, coava um pouco, tomava banho e ia pro serviço. Eu saía do serviço às quatro horas [da tarde]. Chegava aqui e aí, ia até dez horas da noite coando terra, né. Então eu fui coando e jogando onde já tinha coado. Aí foi se tornando terra firme, né. E assim eu fui vivendo. Depois, eu fui comprando o material [cimento, areia, tijolo etc.] devagarzinho (Diogo, entrevista, 05/03/2011, Goiânia).*

Como se não bastassem os diversos percalços que as famílias do Santa Cruz tiveram que enfrentar ao longo de seus caminhos da terra natal até a ocupação do lixão, mas também, durante o penoso processo de construção da casa própria a partir da manipulação dos resíduos, elas ainda se depararam com mais um obstáculo altamente espoliativo movido contra aqueles que *invadem* uma área pública ou privada: as tentativas de remoção por parte dos governos de Estado e Município. Durante a administração do ex-governador Ary Valadão, foi proposta a transferência da população da chamada “área de risco”<sup>11</sup> para a Chácara do Governador, loteamento que estava sendo preparado em um terreno de propriedade do Estado, vizinho ao Pq. Santa Cruz – a Avenida Contorno é a fronteira entre os dois bairros. Entretanto, poucos foram aqueles que se deslocaram voluntariamente para lá.

Quase todos os moradores permaneceram onde estavam; eles não queriam se arriscar. Na época, o governo estadual disponibilizou a infraestrutura urbana necessária ao loteamento, prometeu distribuir gratuitamente os lotes da Chácara aos interessados, e se dispunha a conceder empréstimos para a construção da casa própria no novo bairro. Porém, quem fosse para a Chácara deveria erguer casas de alvenaria conforme a planta cedida pela prefeitura e, sobretudo, arcar com as despesas com material e mão-de-obra (FRANÇA, 1983). Assim, como era possível “entrar nessa”, num contexto em que a maior parte dos moradores não ganhava nem um salário mínimo<sup>12</sup> e muitos outros estavam desempregados?

<sup>11</sup> Assim classificada pelo engenheiro Homar Rassi, pessoa autorizada pelo então governador a negociar a transferência dos moradores. A definição do Pq. Santa Cruz como uma “área de risco” pelo poder público na época, assim como a sua contestação tanto pelos moradores quanto por aqueles que os apoiavam, serão discutidas no capítulo 3.

<sup>12</sup> Naquele ano (1983), o salário mínimo variou entre 23.568 (janeiro) e 57.120,00 (dezembro) cruzeiros.

[Os moradores] temem entregar a casa onde vivem e ficar sem nada. “E se, de repente, eu perco o emprego e não consigo pagar o financiamento da nova casa e sou despejado, como aconteceu com minha tia”, pergunta [L. B. de Souza], morador do Parque Santa Cruz há mais de cinco anos. [...] “Quem se recusaria a sair para um lugar melhor onde a gente pudesse furar cisterna à vontade? Mas como entregar o meu barraco que ficou em mais de Cr\$ 400 mil – foi construído em quatro anos – para o governo, sendo que ainda estamos devendo parte do material?” [questionou uma moradora]. Outros, que também desejam mudar-se, desistiram de acatar a proposta, desconfiados das vantagens reais que a transferência para a Chácara Ihes traria (idem, 1983).

A única opção foi então permanecer numa ocupação que já estava se consolidando<sup>13</sup>, na qual as pessoas tinham investido dinheiro na aquisição do “direito do seu lote” e feito dívidas na compra de tijolos, cimento, areia, ferro e telhas. A mudança para a Chácara do Governador significava uma aventura na qual os moradores não teriam qualquer garantia de sobrevivência. Vale lembrar que estamos aqui no final de 1982 e início de 1983. As campanhas eleitorais para o governo do Estado de Goiás já tinham começado, levando a reboque um grande número de políticos da oposição – representados pelo então candidato Iris Rezende Machado (PMDB) – para as periferias de Goiânia, onde prometiam, em cada comício realizado no interior de uma *invasão*, regularizá-la “caso fossem eleitos” (Arlete).

Até o ano de 1985, quando o impasse da remoção ou não dos moradores do Parque Santa Cruz ainda não tinha sido resolvido, a decisão de transferi-los acabou gerando uma reação truculenta da polícia militar contra aqueles que protestavam e impediam a derrubada de casas pelos tratores da prefeitura.

*A gente enfrentou a polícia. Veio o pessoal pra tirar, né, e a gente resistiu. A gente juntava as crianças, assim, punha na frente. Eles [funcionários da prefeitura] chegaram a vim com máquina, com patrôla. A gente falava: “Passa em cima”. Eu era, assim, meio doidona de tudo, senão... Depois da conquista, a gente sair? Não dava não. A gente fazia cerca de criança, mesmo. “Vamos ver se eles vão levar”, “Então a gente vai prender os homens” [retrucavam os policiais]. “Então vai levar nós também. Que a gente vai levar nossos filhos pra comer lá na cadeia, todo mundo” (Dora, entrevista, 26/01/2011, Goiânia).*

Como destacaram os moradores que viveram no período em que os resíduos ficavam a céu aberto, as toneladas de lixo dispostas no terreno eram algo que prejudicava enormemente a habitação. Pois, além das dificuldades de se construir num local desses e da contaminação da água retirada de cisternas domésticas, havia a discriminação social duplamente sofrida por

---

<sup>13</sup> Em 1983 o Santa Cruz contava com cerca de 800 famílias (FRANÇA, 1983). Um ano antes, “os moradores conseguiram do governo a ligação de energia elétrica” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1987). Quatro anos mais tarde, a população do bairro já girava “em torno de cinco mil habitantes” (idem, 1987).

quem reside numa *invasão* e, também, no lixão – conforme discutirei no capítulo 4. Por outro lado, a precariedade de recursos financeiros, o peso da moradia alugada, assim como a falta de empregos formais disponíveis naquele momento, se tornaram condições cruciais a sua decisão de permanecerem no Pq. Santa Cruz.

Mas se o Santa Cruz foi mais uma das “[várias] ocupações de áreas urbanas que proliferaram no final da década de 70 e início de 80” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1987) na cidade de Goiânia<sup>14</sup>, quais os motivos da posse daquela área específica, e não de outra que jamais serviu como depósito de lixo? Quando eu fazia esta pergunta aos entrevistados, eles respondiam: *É porque a vida era muito difícil naquela época; A gente não tinha condições de voltar para o aluguel*, ou como me disse Diogo em um segundo encontro: “Eu acho que foi a necessidade mesmo de morar, de sobreviver, [... de] segurar um pouco da moradia para a família. Hoje a gente fala e se emociona” (Entrevista, 05/03/2011, Goiânia).

Talvez seja preciso levar em consideração, neste caso, a eficácia da promessa política de que o Santa Cruz, ao contrário de muitas outras áreas de posse na região, seria “beneficiado”. Ou melhor, as declarações de que a *invasão* iria ser legalizada e receberia infraestrutura urbana básica, acabaram se constituindo num discurso que passou a fazer parte do imaginário dos moradores e, portanto, do campo de possibilidades sobre o qual eles ressignificavam as alternativas para a concretização de um *projeto* (VELHO, 1994a e 1994b) simbolizado pela casa própria e escriturada, e pelo direito aos serviços urbanos básicos.

O que a noção de projeto procura é dar conta da *margem relativa de escolha* que indivíduos e grupos têm em determinado momento histórico de uma sociedade. Entendo projeto como Schutz o definiu – *conduta organizada para atingir fins específicos* [...]. Na prática social aparecem contradições e complicações que vão, por sua vez, atuar sobre os projetos originais transformando-os. De qualquer forma, o sujeito do projeto pode conscientemente mudá-lo, renegociando a realidade, em confronto com outros sujeitos [...]. O projeto [...] implica sempre algum tipo de seleção em função de experiências, necessidades e estratégias particulares (VELHO, 1994a: 107-109; grifos do autor).

Porém, somente as promessas de que o Santa Cruz seria regularizado não sustentavam, por si só, os projetos dos moradores. As ameaças de remoção e o desconforto cotidiano provocado pelo lixo eram realidades difíceis de negociar. Daí ser necessário compreendermos, neste instante, as ações de determinados grupos sociais inseridos na comunidade, os quais

---

<sup>14</sup> A exemplo de muitas outras cidades brasileiras no mesmo período, tais como: São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, municípios da Baixada Fluminense, Recife e Salvador (cf. SANTOS, op. cit.: 132-136).

defendiam a permanência dos moradores no lixão, sem antes propor uma crítica aos possíveis riscos advindos dessa decisão, ou apresentar alternativas habitacionais seguras à população.

Refiro-me aqui às inúmeras organizações populares mobilizadas pelas Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica (sob a influência da Teologia da Libertação), e por partidos políticos de oposição ao regime ditatorial (PMDB e PT, por exemplo), que, nos anos 1970 e 80, atuavam junto às camadas pobres das periferias de grandes cidades brasileiras (cf. SANTOS, 2008). Com o apoio jurídico e político de jornalistas, advogados, engenheiros, estudantes universitários, militantes, deputados estaduais e vereadores, esses movimentos sociais agiam na perspectiva de luta pelos direitos à moradia das comunidades que ocupavam áreas de posse, de tal maneira a “[impedir sua] remoção; [a propor] a urbanização destas, a concessão do direito real de uso [...] e o usucapião urbano” (SANTOS, op. cit.: 79-80).

Neste contexto, surgiu em Goiânia um grupo de jovens católicos ligados à pastoral da juventude e à militância do PT, com o objetivo de inserção no Parque Santa Cruz. O grupo era composto pelos então estudantes Horácio Antunes (Júnior), Benedito Rodrigues (Bené), José Olímpio e Maria José (Zezé), que viveram na ocupação entre os anos de 1980 e 1983. Segundo Zezé e Horácio – em depoimentos concedidos a mim em 20/11/2010 e 28/12/2010, respectivamente –, dentre as atividades desenvolvidas pelos quatro estudantes, eles se concentravam: no apoio à associação de moradores, no acompanhamento e fortalecimento de suas reivindicações pelos direitos à moradia própria e legal, mas, também, na evangelização das famílias.

*A nossa ação era muito no sentido de operar visando a organização dos moradores, através de algumas experiências. Então, uma delas em que pra gente tinha uma importância muito grande era associação de moradores, [...] tentando assessorar, dar instrumentos, orientar no sentido de uma ação junto aos poderes públicos, né. A outra [experiência] era o núcleo do PT. Nós fundamos o PT lá no Parque Santa Cruz. Nesse momento, o PT era organizado por núcleos. Então a gente tinha o nosso núcleo lá. Tinha um grupo de teatro. Eu trabalhava mais com o grupo de teatro, tentando envolver a juventude, muito voltado pra igreja. A gente fazia uma encenação. Chegamos a fazer dois anos a via sacra, ou outras coisas menores do cotidiano. Tinha as CEBs, que atuavam no centro comunitário. Lá foi construído um centro comunitário pela igreja. O padre da paróquia ia celebrar a missa, mas quando ele não ia, nós que fazíamos a celebração, discussões sobre a bíblia, sobre o evangelho e tal. [Havia] O grupo de mulheres, também, que a Zezé coordenou a criação. A gente tinha bem claro qual era nosso papel lá. Nosso papel não era dirigir, mas dar apoio, estimular a formação, acompanhar. Então, a gente não tinha nenhuma intenção de assumir direção. Na associação de moradores, a gente não assumia cargos. A gente sempre operava como assessor mesmo (Horácio, entrevista, 28/12/2010, Goiânia).*

Entretanto, embora na visão do grupo sua atuação no Santa Cruz não implicasse numa tomada de decisões *para* os moradores, mas sim num suporte às reivindicações *deles*, como se

os estudantes tivessem um papel coadjuvante em um cenário no qual os moradores fossem os principais autores e atores, não foi bem isso o que aconteceu. Mesmo os entrevistados que possuíam forte vínculo afetivo com “os meninos”<sup>15</sup>, além de uma participação ativa junto a eles – a exemplo de Arlete, Diogo e Dora –, me descreveram, indiretamente, o quanto a presença daquele grupo gerou um forte conflito de interesses e um racha dentro da associação de moradores.

Antes de uma maior interferência nos processos decisórios tomados no Pq. Santa Cruz, ou enquanto suas atividades eram restritas apenas à igreja, os estudantes estavam do lado de José Rodrigues, presidente da associação e a maior liderança local durante muitos anos. Com o tempo, “os meninos” optaram pelo trabalho de base na comunidade, que resultaria na formação de representação política para o PT em Goiânia. Já Rodrigues e seu grupo se aproximaram do PMDB – partido do então prefeito Nion Albernaz e do futuro governador Iris Rezende –, como uma estratégia que viabilizaria tanto as demandas dos moradores por arruamento, água tratada, rede de esgoto, energia elétrica etc., quanto a obtenção de votos para os candidatos do partido. Dessa maneira, o que era para ser a luta *dos moradores* por seus direitos à cidade, tornou-se uma disputa partidária pelo controle da associação e por um mesmo *eleitorado*. A regularização fundiária da ocupação e o seu atendimento através de serviços e equipamentos públicos viraram, pois, moeda de troca.

Fora alguns atritos pessoais e recorrentes entre os moradores ligados a um desses dois grupos em disputa no Santa Cruz, a tensão provocada por eles teve sua maior expressão em setembro de 1985<sup>16</sup>, após a elaboração de um projeto pela Comissão do Posseiro Urbano<sup>17</sup>, definindo normas voltadas ao ordenamento dos lotes, das quadras, ruas e vielas da ocupação, para que o novo bairro *Parque Santa Cruz* fosse definitivamente aprovado. Segundo consta no documento, o parcelamento do solo deveria obedecer alguns critérios. São eles:

- (I) Manter a totalidade das habitações já construídas;
- (II) Relocar dentro dos limites da própria área as famílias cujas casas fossem demolidas, devido à abertura de uma rua ou ao remanejamento do lote;
- (III) Dividir os lotes ocupados por mais de uma família, propiciando, quando possível, lotes individuais e a manutenção das residências;

---

<sup>15</sup> Maneira pela qual Diogo, Dora e Arlete se referem a Horácio, Zezé, Bené e José Olímpio.

<sup>16</sup> Neste ano, Iris Rezende Machado (PMDB) já era o governador do Estado de Goiás.

<sup>17</sup> Composta por parlamentares e técnicos, a comissão intermediava as discussões entre os poderes públicos municipal e estadual, e as lideranças dos moradores de áreas de posse em Goiânia.

(IV) Promover a abertura de ruas que permitam o melhor acesso de serviços como coleta de lixo, ambulância e bombeiros ao interior do loteamento;

(V) Padronizar a largura de ruas e vielas, variando entre 5 metros (mínimo) e 15 metros (máximo);

(VI) Criar espaços comunitários e de lazer para o uso comum dos moradores, onde se deveriam instalar *playgrounds*, quadra poliesportiva, igreja, escola etc.<sup>18</sup>

Com o objetivo de atender à “reivindicação principal e mais legítima da comunidade [...] a titulação definitiva dos lotes”, a execução do projeto deveria “permitir a participação da população, [de forma que ele] representasse o interesse da maioria dos moradores dentro do princípio democrático”<sup>19</sup>. Porém, poucos foram os envolvidos no processo político que culminou na elaboração deste documento. Na perspectiva de Arlete e Diogo, a maioria dos moradores era “acomodada” – não participava do movimento pela regularização – e como eles confiavam na liderança de José Rodrigues, devido a sua forte credibilidade no Santa Cruz, acabaram aceitando os critérios (acima) para a demarcação dos lotes.

Mas se de um lado havia os “acomodados”, do outro, isto é, a minoria composta pelos quatro estudantes e por aqueles que os apoiavam, havia os “subversivos”, “agitadores”, “comunistas” ou “petistas”<sup>20</sup>. Estes contestavam a forma como estava sendo feita a demarcação pelos técnicos da então secretaria municipal de Ação Urbana, denunciando que ela beneficiaria a “turma do Rodrigues” em detrimento de vários moradores que perderiam parte da casa, do muro e/ou da cisterna, construídos em seus lotes. Conforme Diogo e Arlete, os lotes estavam sendo medidos “de baixo para cima” (ver **mapa 1**, p. 20) e repartidos em pequenas áreas de 250m<sup>2</sup> cada, de modo arbitrário, não se atendo aos critérios apontados anteriormente. Por que isso? Para que Rodrigues e sua “turma” pudessem comprar os lotes que ficariam vagos na parte norte do bairro. Como era a área onde o lixo estava menos concentrado<sup>21</sup>, esses lotes seriam mais valorizados e, portanto, mais fáceis de vender.

O clímax dos protestos promovidos pelo grupo “petista” contra a prefeitura e a associação de moradores, durante o período das demarcações, aconteceu no momento em que Diogo e Arlete foram levados presos pela polícia militar. Naquele dia, seu Diogo ficou

---

<sup>18</sup> Conforme o projeto localizado nos Arquivos da Divisão de Topografia e Cartografia/SEPLAM. Acesso em 23 de março de 2011.

<sup>19</sup> Citações retiradas do mesmo documento.

<sup>20</sup> Segundo Arlete, esses termos classificatórios eram utilizados pelos próprios moradores naquele tempo.

<sup>21</sup> A percepção da localização e concentração do lixo no Santa Cruz será problematizada no capítulo 4.

incumbido de, às 7 horas da manhã, ir até uma das entradas da ocupação e soltar três fogos de artifício, alertando aos moradores para que ficassem de prontidão à chegada de dois caminhões: um da Ação Urbana e o outro cheio de “bate-paus” – policiais de cassetete em mãos, convocados para conter os manifestantes. Todavia, Diogo não conseguiu acender os dois foguetes restantes, porque os policiais logo o prenderam e, a socos e pontapés, o jogaram dentro do camburão. E tudo isso na frente de sua esposa Dora e suas três crianças – que, chorando e gritando, saíram correndo atrás do automóvel.

Após o incidente, o pequeno grupo de moradores organizados por Bené, Zezé, Horácio e José Olímpio, se dispersou pela ocupação. Como conheciam advogados, repórteres, parlamentares e outras pessoas influentes no meio político, os estudantes começaram a entrar em contato com elas através de telefones públicos disponíveis, buscando divulgar o conflito. Enquanto isso, Arlete, Dora e alguns moradores faziam um piquete em volta de uma quadra, de maneira a impedir a passagem dos funcionários da Ação Urbana. Nesse instante, um policial a paisana os aborda:

*E aí, quando é fé, chega esse com um fusca amarelo. Foi eu, a Dora [e mais outros três moradores]. Levaram nós num fusquinha. Com o motorista, seis. Levaram nós lá pra um quartel no setor Pedro [Ludovico]. Falando que tava levando nós no Goiânia Urgente [um programa de TV da época] pra denunciar, porque os policiais tinha pegado o Divino, né, levado no camburão. Levou ele preso. E tava levando nós pra ser preso, também, nos enganando! Aí quando foi chegando, de longe eu vi aquele tanto de viatura da polícia. Eu falei: “Quê que nós viemos fazer aqui? Isso aqui é quartel. Olha lá o tanto de carro da polícia”. Aí ficamos quietinhos. “Vamos ver o que é que eles vão fazer com a gente”. Aí chegou lá numa sala enorme. Levou nós pra falar com um senhor lá. Ele ficou, assim, olhando pra gente. Aí olhou pro agente policial e falou assim: “Fulano, por que você trouxe esse pessoal aqui?”. Aí, ele foi falou que a gente tava brigando, negócio de lote, por causa de demarcação de lote e não sei o quê. Ele [o senhor da sala] falou: “Ó, você vai fazer um favor pra mim. Você vai pegar esse pessoal, vai por no carro, vai levar eles e deixar onde você pegou. Porque esse caso aí não é pra nós resolver, não. Isso aí é briga entre moradores lá. Eles resolvem lá. Nós não temos nada a ver com isso”. Aí ele trouxe nós de volta (Arlete, entrevista, 30/09/2011, Goiânia).*

Com as denúncias geradas na contestação do processo de demarcação, os funcionários da Ação Urbana interromperam as medições dos lotes. Pouco daquilo que estava previsto no projeto de loteamento da ocupação foi, de fato, executado, deixando então espaço para que os próprios moradores fossem moldando o seu território.

Na segunda metade dos anos 1980, após a regularização definitiva do Parque Santa Cruz, o grupo dos “meninos” acabou se dispersando. Eles já haviam terminado a faculdade e, por isso, “precisaram tocar a própria vida” (Diogo). Na ausência dos quatro estudantes, a liderança política do bairro passou então a se concentrar na figura de José Rodrigues, na

associação de moradores, restando aos “petistas” as atividades comunitárias desenvolvidas pela igreja.

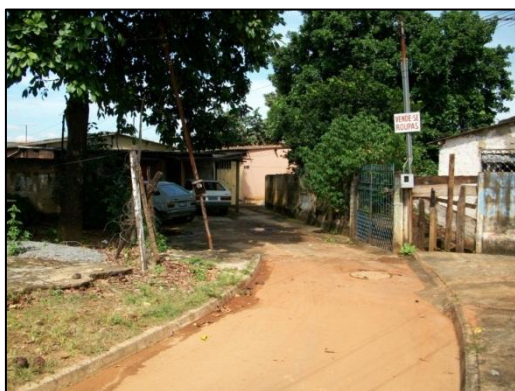
Certas características da “fisionomia” do Santa Cruz me chamaram a atenção. Suas casas foram dispostas ao longo de ruas estreitas e não perpendiculares. Algumas delas são bem extensas em comprimento, como a SC-18 – referencial para muitos moradores, onde se localiza o prédio do Polivalente São José e o Centro Comunitário Dom Oscar Romero –, a SC-9 e a SC-11, que cortam grande parte do bairro. Outras têm poucos metros; são as denominadas *vielas* (VEL). Dentre estas, existem as com “entrada” e “saída” (VEL SC-D, VEL SC-E, VEL SC-F, VEL SC-A, VEL SC-B, VEL SC-3A, VEL SC-5A, VEL SC-9A, VEL SC-16A), e as vielas “sem saída”, que desembocam no portão ou quintal de alguma casa (VEL SC-10B, VEL SC-17A, VEL SC-18).



*Duas das muitas ruas estreitas do Parque Santa Cruz.*

Foto: Arthur Pires Amaral

Datas: 09/04 e 11/04 de 2011.



*Duas vielas sem saída.*

Foto: Arthur Pires Amaral

Data: 09/04/2011.



Os lotes com dimensões de 250 m<sup>2</sup> (como o de Diogo e Dora) parecem ser, na realidade, em menor número. Como ilustra a planta de loteamento do bairro (ver **mapa 1**, p. 20), há lotes enormes como os localizados nas quadras: Q20, Q21, Q23, Q19, Q14, Q6 e Q16, podendo inclusive atravessar o quarteirão. Já outros são muito pequenos, a exemplo daqueles nas quadras QM1, Q29, Q24 e Q26. Quanto às quadras, nenhuma delas tem um alinhamento em eixos transversais e longitudinais. Como não foram concebidas por um planejamento técnico prévio, suas formas e tamanhos seguem o movimento estabelecido pelos moradores durante a confecção de suas casas, de maneira que é possível encontrar desde quadras com 35, 40 ou 50 imóveis cada uma, até outras com 5, 10 ou 15 imóveis cada.

Ao contrário de bairros vizinhos como Parque Acalanto, Jardim Bela Vista, Parque das Laranjeiras, Chácara do Governador, Conjunto Fabiana e Parque Flamboyant, com suas ruas e avenidas dispostas em eixos retilíneos horizontais e verticais, e seus lotes e quadras padronizados, o Parque Santa Cruz apresentou uma dinâmica urbanística própria onde se destacam suas curvas e as ruas estreitas.

Suas formas decorrem de uma série de fatores, entre os quais se destacam: *a)* as necessidades urgentes de moradia na cidade de Goiânia; *b)* os vínculos de amizade – por exemplo, foi um compadre de Diogo que lhe “presenteou” com um lote no Santa Cruz, após o batizado da filha do primeiro; *c)* as relações locais de poder – definindo os “proprietários” de alguns lotes, em determinadas áreas, bem como os seus preços; *d)* a relação das pessoas com o lixo a céu aberto – uns construíram suas casas sobre os resíduos. Outros moradores coavam o lixo, separando-o da terra. Muitos selecionavam os materiais que podiam ser aproveitados e os vendiam para um ferro-velho; por fim, *e)* os conflitos de interesses envolvidos nas tentativas de remoção das famílias e na demarcação dos lotes.

Comparativamente aos outros bairros da região, o traçado do Parque Santa Cruz é expressão singular de um território profundamente marcado pelas experiências vividas por aquelas famílias, desde a ocupação do lixo até hoje, como revela o **mapa 3** acima. Diante dessa consideração, minha pesquisa de campo no Pq. Santa Cruz teve de apreendê-lo a partir do conceito antropológico de *lugar* (LOW, 1999; ROTENBERG, 1993; RODMAN, 1993). Daí a preocupação em compreender a sua formação através de duas perspectivas mutuamente complementares – a produção social e a construção social de espaços urbanos:

The materialist emphasis of the term *social production* is useful in defining the historical emergence and political and economic formation of urban space. The term *social construction* may then be conveniently reserved for the phenomenological and symbolic experience of space as mediated by

social processes such as exchange, conflict and control (LOW, op. cit.: 112; grifos da autora).

Por um lado, o Santa Cruz é fruto de uma série de configurações sociopolíticas, históricas e econômicas, que culminou na forma tangível à minha observação direta, revelando o seu aspecto socialmente produzido. Aqui, eu estou no âmbito de sua materialidade: ruas estreitas e irregulares; becos sem saída; cisternas domésticas desativadas (porque a água retirada daí “não presta”) e imóveis de alvenaria com diferentes tamanhos, design, acabamentos e finalidades<sup>22</sup>, cuja estrutura é, em muitos casos, afetada por diversas e profundas rachaduras em consequência da presença persistente de uma grande quantidade de lixo aterrado e em decomposição.

Por outro, sua existência é possível graças a um conjunto de práticas cotidianas e conhecimentos, compartilhado por seus habitantes em suas tentativas individuais, ou coletivas, de compreender e dar significados a um contexto de vulnerabilidade socioeconômica e civil que se lhes apresenta e, por isso, foram/são impelidos a agir, transformando-o (ROTENBERG, op. cit.: xi-xiii). É o Santa Cruz socialmente construído “[by] people as social agents constructing their own realities and meanings” (LOW, 1999: 112). Essa *vulnerabilidade* está relacionada:

[...] à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania. Entre eles destaca-se a questão habitacional [... em que muitos] estão submetidos a um processo que denomino *espoliação urbana* [...]. O outro lado da vulnerabilidade [...] refere-se à integridade física das pessoas, ou seja, ao fato de vastos segmentos da população estarem desprotegidos da violência praticada por bandidos e pela polícia (KOWARICK, 2009b: 19; grifo do autor).

Analisando-o sob a óptica do lugar, o Parque Santa Cruz passa, então, a ser entendido como um processo social ininterrupto e conflitivo de ocupação do espaço físico (“*built form*”) e simbólico (“*experience of place*”) de Goiânia, que envolve “an extension of the self, the state, or many interests, individuals, and institutions in between” (RODMAN, op. cit.: 137). Nesta perspectiva, eu posso considerar que os diferentes nomes atribuídos a ele, ao longo dos anos, também são uma outra forma de expressar o seu aspecto socialmente produzido e

---

<sup>22</sup> Lar, comércio (bar, drogaria, açougue, panificadora, mercado de secos e molhados, butique, ferragista etc.), culto religioso (igrejas evangélicas e uma católica, centro kardecista), educação escolar (o Colégio Estadual Parque Santa Cruz e duas creches) e assistência social à comunidade (Polivalente São José, Centro Comunitário Dom Oscar Romero), entre outras.

construído. É assim que vemos a transformação do “lixão” em “Parque das Mamoneiras” – nominações ainda ligadas à paisagem física encontrada. Depois, em “invasão” (refletindo as disputas pelo direito à cidade e, ao mesmo tempo, os preconceitos associados a quem ali habita<sup>23</sup>). E, finalmente, em “Parque Santa Cruz”, símbolo das dificuldades enfrentadas – da “cruz” carregada, como diria Dora – pelos primeiros moradores do lugar, mas, igualmente, da conquista da “terra prometida que Deus enviou pra gente” (Arlete).

Além disso, é preciso ainda analisar o Santa Cruz a partir das representações que ele suscita no imaginário coletivo (GRAVANO, 2009) das pessoas que nele habitam ou não, através da forma conjuntural específica assumida dentro da dinâmica social e urbanística da cidade de Goiânia. Em outras palavras, observar o Parque Santa Cruz enquanto um *bairro*, cuja composição física e discursiva cria e movimenta valores – resumidos pelos moradores em termos como: pertencimento, solidariedade, tranquilidade ou trabalho –, comportamentos efetivos e identidades (positivas e negativas), adquirindo o estatuto de referente e símbolo: *lo barrial* (idem, 2009).

En síntesis, el barrio aparece [...] como realidad tangible y material y como parte del imaginario; como práctica y como representación, como valor cultural, identidad colectiva, especificidad espacial, polo de disyunción ideológica y sede social de las más variadas relaciones y dinámicas. Podemos aglutinar tres sentidos de lo barrial: *a*) el barrio como componente de la reproducción material de la sociedad, como espacio físico, parte de la ciudad; *b*) el barrio como identidad social, atribuida y adscripta por los actores sociales; y *c*) el barrio como [...] conjunto de valores condensados y compartidos socialmente (GRAVANO, op. cit.: 43).

Uma proposta desta dissertação é trazer a dimensão do conflito que constitui e perpassa as noções de lugar e bairro, e que a meu ver é o motivo pelo qual diferentes grupos sociais foram responsáveis por definirem diferentes “Parques” Santa Cruz. Eu me refiro aqui à ideia de que o Santa Cruz é e sempre foi concebido como um *espaço contestado* (LOW, 1999: 133-134). Num primeiro momento, contestado pelos poderes públicos locais que o definiram como uma “área de risco”, cuja moradia no local – por conta do lixo aterrado – é “impossível”. Em outro, contestado pelo julgamento de moradores da região, que ao classificá-lo como uma “favela”, o vê como um “bairro violento, onde ninguém presta”. Enfim, por alguns habitantes, que enxergam no “comodismo” incapaz de reivindicar uma praça, uma quadra poliesportiva, postos de saúde e policial, ou atividades artísticas e de lazer

---

<sup>23</sup> O imaginário que relaciona a precariedade e irregularidade das condições de moradia a espaços “caóticos”, onde vivem pessoas “potencialmente perigosas” (cf. KOWARICK, 2009a e 2009b; GRAVANO, op. cit.), será problematizado no último capítulo.

para o Pq. Santa Cruz, a causa da baixa autoestima dos moradores e de sua falta de apego ao bairro – passando a considerá-lo, muitas vezes, como um “lugar ruim”.

Uma vez envolvidos na tensão gerada por estas representações em choque, é difícil percebermos “[the] multiplicity of attachments that people form to places through living in, remembering, and imagining them” (MALKKI, 1997: 72). Em contrapartida, a investigação dos motivos que levam à contestação do Parque Santa Cruz poderá revelar certas formas de *resistência* contra as categorizações que imobilizam as identidades sociais e as relações entre pessoa e lugar (GUPTA e FERGUSON, 1997; LEONARD, 1997). Como os moradores manipulam o seu pertencimento ao bairro e, também, suas ideias acerca da habitação numa área que já foi um lixão?

Este capítulo colocou em evidência mais um dos personagens de minha etnografia: o próprio Parque Santa Cruz. Foi a partir dele que giraram todas as histórias sobre os caminhos percorridos até a chegada à ocupação, a relação dos moradores com o lixo e a sua transformação num lugar de moradia, em meio a disputas e rachaduras. Com base na dinâmica estabelecida na contestação e reivindicação desse espaço urbano, nas páginas seguintes eu passo à discussão dos diversos significados atribuídos à habitação no bairro, os quais estão vinculados às percepções de “risco” e de “segurança”. É o Santa Cruz uma área de risco?

### CAPÍTULO 3

#### *UMA ÁREA DE RISCO?*

Como foi descrito no capítulo anterior, na primeira metade dos anos 1980, o Santa Cruz havia sido definido pelo governo do Estado de Goiás como uma “área de risco”, o que justificaria a transferência das famílias do antigo lixão para o bairro Chácara do Governador. Porém, o desemprego, a instabilidade de uma fonte de renda, os compromissos financeiros assumidos na compra de materiais para a construção das casas na *invasão*, a inviabilidade do retorno a uma moradia de aluguel e as promessas eleitorais de “doação” de escrituras dos lotes, foram condições suficientes para que a maior parte dos moradores do Pq. Santa Cruz temesse deixar suas casas. Não havia qualquer garantia de que eles viveriam em melhores condições na Chácara do Governador.

Em novembro de 1985, por meio de um decreto municipal autorizando, finalmente, a regularização fundiária do Parque Santa Cruz e as obras de urbanização no local, o governo estadual e a prefeitura de Goiânia passaram a não mais considerar o lixo como uma ameaça à comunidade – os moradores agora podiam permanecer onde estavam. Entretanto, 25 anos depois, o desastre que atingiu centenas de famílias do Morro do Bumba, em Niterói-RJ, fez reacender uma discussão na mídia acerca dos perigos de se “viver sobre o lixão”, colocando em dúvida, mais uma vez, a viabilidade da habitação no Pq. Santa Cruz (ver MARCOS, 2010). Afinal, as famílias desse lugar estão, ou não, sujeitas a riscos de moradia provocados pelo lixo aterrado? Esses riscos são percebidos pelos moradores? Se não, por quê? Quais elementos presentes em suas experiências cotidianas no bairro são classificados como perigosos? Quanto aos gestores públicos e especialistas que, direta ou indiretamente, participaram da política de legalização da ocupação, como eles definem a moradia no Parque Santa Cruz?

Com o objetivo de dar um tratamento às várias percepções de risco elaboradas a partir de vozes e circunstâncias diversas, eu discuto a seguir como a categoria *risco*, numa perspectiva histórica, é diferentemente tratada pelas ciências sociais em relação às abordagens das ciências exatas e biomédicas, e como a sua percepção está emaranhada em relações de poder. Mais ainda, analiso como a construção social de *perigos* pode se dar em conformidade com a construção e produção de lugares. Refletir acerca desses problemas será, inevitavelmente, pensar sobre a própria formação do Parque Santa Cruz.

### 3.1 “Risco” como um conceito polissêmico

Até o século XIX o conceito *risco* era associado aos cálculos de probabilidade relativos, por exemplo, às chances de perdas e ganhos de um jogador numa aposta; aos custos e benefícios relativos ao investimento financeiro de um empresário no mercado, que aplica seu capital em negócios incertos; à empresa colonizadora de um Estado que visa ampliar seus domínios políticos e econômicos além-mar, em terras desconhecidas; ou à mensuração de eventos físicos, químicos e biológicos para que sejam previstos, manipulados e, se possível, controlados em laboratório (DOUGLAS, 1996).

Durante a Segunda Guerra Mundial, esse conceito adquire um forte impulso no vocabulário do campo das engenharias, as quais buscavam elaborar estimativas dos danos provocados pelo manuseio de materiais radioativos, explosivos e combustíveis (CASTIEL, 1996). A partir dos anos 1960, a biomedicina, a toxicologia, a epidemiologia e as ciências atuárias<sup>24</sup> foram responsáveis pela proliferação de estudos de determinação e avaliação de riscos, ligados às práticas médicas e ocupacionais, à saúde pública, tecnologia e à utilização de produtos industrializados. Ao mesmo tempo, é preciso levar em conta que a ampliação destes estudos não se deu apenas por meio do aprimoramento de dispositivos estatísticos para a verificação e administração dos “fatores de risco”, mas, também, através de uma crescente demanda pública pelos resultados do *risk assessment*, promovida pelos meios de comunicação de massa (CASTIEL, op. cit.).

No panorama mais amplo do século XX, o avanço científico e tecnológico – sobretudo nas áreas nuclear e química – trouxe consigo uma ameaça em escala global à natureza e à vida humana (BECK, 1993; DOUGLAS e WILDAVSKI, 1983). A poluição da água, do ar e dos alimentos, e as consequências de um desastre ambiental provocado pela produção de energia nuclear, ou pelo armazenamento de lixo radioativo, por exemplo, se constituem enquanto problemas socioambientais que ultrapassam as fronteiras nacionais e geracionais. Mesmo aqueles que ainda não nasceram, ou que moram distantes dos locais ameaçados de contaminação, estão suscetíveis aos efeitos negativos de uma possível tragédia.

Nesse novo contexto de interações sociais e destruições globalizadas, a necessidade de um vocabulário comum que seja capaz de traduzir as angústias públicas da sociedade

---

<sup>24</sup> Campo da ciência voltado aos “cálculos e análise dos riscos de fundos de bens privados e seguros de vida de indivíduos. [O profissional dessa área, o atuário,] estabelece previsões financeiras de aposentadoria, pensões e reposição de imóveis, automóveis e produtos assegurados” (CIÊNCIASATUÁRIAS.ORG. “Profissionais de atuária estão bem requisitados no mercado”. Disponível em: <<http://www.cienciasatuarias.org/2011/02/profissionais-de-atuaria-estao-bem.html>>. Acesso em: 14 de maio de 2011).

contemporânea face ao medo de acidentes sem limites, trouxe a noção de risco para o âmbito dos debates político e jurídico internacionais, e, também, para o campo de reflexões das ciências sociais (DOUGLAS, 1996). A palavra risco perde então a sua ênfase quantitativa, em termos da probabilidade de certo evento ocorrer, e passa agora a significar *perigo* – escapando assim a qualquer controle preciso e objetivo do cálculo estatístico:

Risk would have become the idiom of politics as part of the homogenizing process of moving to a new world level of interaction. However, the risk that is a central concept for our policy debates has not got much to do with probability calculations. The original connection is only indicated by arm-waving in the direction of possible science: the word *risk* now means danger; high risk means a lot of danger. [...] To perform well in a new culture, a word must have a meaning consistent with the political claims in vogue (idem, 1996: 23-24).

Para além das análises técnicas de risco produzidas pela química, economia, epidemiologia, matemática e pela engenharia, que acabam por abstrair os indivíduos de seus contextos e valores culturais, seus vínculos familiares e das experiências sociais cotidianas – reduzindo esses elementos a um cálculo de custos e benefícios (FREITAS, 2006) –, na década de 1980, as reflexões da antropóloga Mary Douglas e do sociólogo Ulrich Beck, por exemplo, começaram a indicar outros caminhos aos estudos sobre percepção de risco. Desde então, não era mais possível ignorar que os riscos e a sua avaliação são construções sociais envolvendo relações de poder entre uma *expertise* e a população em geral. E mais, que a sua aceitabilidade não pode ser expressa em “taxas médias” ou “níveis”, mas, antes, são definidas em um processo sociocultural de classificação e seleção de riscos (FREITAS, op. cit.; CASTIEL, 1996).

Minha pesquisa é fundamentada em teorias no campo das ciências sociais que tratam da construção social de riscos na sociedade contemporânea, conforme desenvolvidas em: DOUGLAS, 1991 [1966]; DOUGLAS e WILDAVSKY, 1983 [1982]; DOUGLAS, 1986; BECK, 1993 [1986]; DOUGLAS, 1996 [1992]. Dessa maneira, eu considero aqui que o processo de definição, seleção e aceitação de riscos escapa a qualquer tentativa de construção livre de julgamentos morais e políticos. Ou seja, que embora o saber técnico-científico advogue para si a possibilidade de uma gestão objetiva e neutra de riscos, ancorada em cálculos matemáticos, o modo como as pessoas convivem com o perigo, o percebem e reagem a ele está intimamente relacionado aos diferentes sentidos subjetivos atribuídos ao risco, às maneiras como cada organização social e cada cultura lida com as ameaças aos seus valores

coletivos mais preciosos e, por fim, às disputas de interesses envolvidas na elaboração daquilo que é “seguro” ou “perigoso”.

Meu trabalho de campo no Pq. Santa Cruz é orientado, também, por estudos empíricos sobre a dinâmica política e as relações de poder envolvidas nas percepções especialista e leiga de risco, bem como na atribuição de sentidos ambivalentes aos riscos ambiental e social por diferentes atores, que buscam uma identidade vinculada ao lugar onde vivem e redefinem constantemente.

Dentre tais estudos estão as etnografias referentes às Comissões Locais de Informação na França (SILVA, 2007) – comissões compostas por representantes da sociedade civil com o objetivo de fiscalizar o funcionamento das usinas nucleares francesas – e às percepções de risco em conflito no caso do desastre radiológico de Goiânia (DA SILVA, 1998). Para se pensar a relação entre ambiente, resíduos perigosos e moradia, eu abordarei o trabalho de Araújo e Günther (2009) acerca das contribuições da teoria social a um estudo de caso realizado pelas autoras num bairro do município de São Paulo, contaminado por resíduos químicos. Trago em seguida a etnografia de Caram e Pérez (2006) em dois assentamentos no município argentino de San Carlos de Bariloche, frutos de ocupações irregulares, cujos moradores estavam sujeitos a riscos de moradia.

O artigo de Moura (2006) problematiza o fenômeno da “fortificação preventiva” – a multiplicação de arranjos espaciais conforme padrões de segregação residencial e de sistemas de vigilância – em áreas metropolitanas, a partir de pesquisas etnográficas em condomínios horizontais de Goiânia. Finalmente, tratando da produção de espaços urbanos “salubres”, trago a discussão de Rotenberg (1993) acerca da proliferação dos *garden plots* em ambientes residenciais na cidade de Viena, Áustria.

À luz das discussões apresentadas por esses estudos, neste capítulo eu abordarei o Parque Santa Cruz enquanto uma “arena social do risco”<sup>25</sup>. Nela, os agentes políticos e *experts*, envolvidos no debate sobre a moradia no antigo lixão, expressaram suas percepções de risco por meio de argumentos ora médico-sanitários, definindo o Santa Cruz como um espaço inabitável, ora sócio-habitacionais, priorizando as necessidades econômicas e de moradia da população local em detrimento dos problemas relacionados à sua saúde. Do ponto de vista dos moradores, eles também oferecem uma explicação sobre a própria condição, de maneira a desenvolver, em contrapartida, conhecimentos e técnicas que deem conta de justificar e reagir à irreversibilidade dos danos provocados pela decomposição do lixo

---

<sup>25</sup> Conforme a discussão de Araújo e Günther (2009) levantada abaixo.

aterrado. Mas antes disso, voltemos mais uma vez à problematização dos processos de identificação, seleção e aceitabilidade de riscos.

### 3.2 A “pureza” e o “perigo” nas percepções de risco

Este subtítulo faz referência a duas categorias que se vinculam primordialmente ao discurso religioso. A pureza remeteria ao sagrado e à capacidade de classificar e distinguir de forma clara, coerente e visível, a matéria e as relações sociais, por meio da execução de rituais, da prescrição e manutenção de tabus. Já o perigo, ao desarranjo/transgressão de um ordenamento que diferencia e separa os elementos não apropriados, pois inclassificáveis, a alguma norma moral (DOUGLAS, 1991)<sup>26</sup>. Entretanto, o discurso científico da sociedade ocidental moderna se apropriou dessas noções, secularizando-as, quando o assunto é a definição, a classificação e a gestão de riscos.

De um lado, estaria a “pureza” da atividade objetiva do analista de riscos, com sua percepção “real” das ameaças que enfrentamos (DOUGLAS, 1996: 11). Aqui, o cientista e o técnico se veem como pessoas que estão acima da política e da cultura, cuja prática, portanto, não poderá ser influenciada por um *cultural bias*, pois possuem ferramentas (teorias, experimentos, cálculos estatísticos e métodos de medição) que garantem e legitimam uma objetividade e neutralidade “intocáveis”. Do outro, tem-se o “perigo” da percepção subjetiva de riscos determinada pelo modo como a cultura lida com os infortúnios e culpa seus responsáveis. Julgamentos morais, políticos e ideológicos seriam o reflexo da ansiedade do público leigo em relação ao desconhecido e, portanto, distorceriam a “realidade” dos fatos (idem, 1996).

A purificação da percepção de riscos passa, então, a trabalhar na perspectiva de uma *sociedade sem pessoas*, na qual os problemas ambientais e humanos são tratados em termos das ciências naturais, desconsiderando o fato de que a seleção de riscos é social e adquire diferentes sentidos de acordo com certos atributos, tais como: idade, gênero, hábitos alimentares, o tipo de ocupação (trabalho), as informações oferecidas e a educação (BECK, 1993: 26).

---

<sup>26</sup> As noções de *impureza* e *perigo* serão discutidas mais detalhadamente no capítulo 4, no qual pretendo discutir como a percepção de risco articula e seleciona aqueles elementos (pessoas, animais, ideias, atitudes ou instituições, por exemplo) que ameaçam os principais valores morais e políticos – expressos num sistema cultural ordenatório/classificatório – de determinada forma de organização social.

Specialized risk analysis impoverishes the statement of a human problem by taking it out of context. The notion of risk is an extraordinarily constructed idea, essentially decontextualized and desocialized [pela percepção expert de riscos]. Thinking about how to choose between risks, subjective values must take priority. [...] One salient difference between experts and the lay public is that the latter, when assessing risks, do not conceal their moral commitments but put them into the argument, explicitly and prominently. [...] but the risk expert claims to depoliticize an inherently political problem (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1983: 73).

Ao desconsiderar os valores subjetivos, morais e políticos agregados à construção e aceitabilidade de riscos, o *expert* acaba se transformando na única figura socialmente reconhecida capaz de identificar e avaliar os chamados “fatores de risco”. Ao mesmo tempo, para que a eficácia de seu discurso perito seja garantida, será preciso desqualificar as preocupações e os argumentos da população leiga diante das ameaças percebidas e levadas ao debate público. Quais os conflitos de interesses envolvidos nesse processo? Vejamos.

Na França, a partir da década de 1970, a sociedade civil passou a contestar a implantação estatal de centrais nucleares em diversas partes de seu território. Foi necessária uma mobilização pública no sentido de criar algum mecanismo institucional que fiscalizasse as atividades do Estado francês nessas fábricas e, igualmente, mantivesse a população em geral informada sobre o funcionamento das usinas. Produto tanto de uma iniciativa governamental quanto da auto-organização da sociedade francesa, as primeiras Comissões Locais de Informação (CLI) surgiram com esse propósito já no final daquela década<sup>27</sup> (SILVA, 2007).

Embora represente a percepção coletiva que associa o risco à atividade tecnológica, a *gestão da desconfiança* feita pelas CLI se dá conforme uma etiqueta privilegiada: a da ciência. Durante as audiências públicas promovidas nos encontros das CLI, é esperado de seus integrantes o uso de uma linguagem técnica no duelo verbal com os representantes das Centrais Nucleares (SILVA, op. cit.). Dessa maneira, se houver discordâncias quanto aos laudos técnicos apresentados pela Autoridade Nuclear, exige-se das Comissões que estas lancem mão de uma *contra expertise*, apoiada numa *outra expertise*, através de comparações entre diferentes fontes e métodos de mensuração dos níveis de substâncias radioativas liberadas no meio ambiente, adotadas por peritos independentes e contratados pelas Comissões.

---

<sup>27</sup> Informa Silva (2007: 446): “Em Fessenheim, os manifestantes tiveram sucesso ao implantar, em 1977, a primeira comissão – que ainda hoje guarda o nome de Comissão Local *de Vigilância* – para acompanhamento das atividades da central”.

A ideia é que assim a explicitação dos conflitos ideológicos e morais – sobretudo por parte dos participantes antinucleares – seja abafada pela “neutralidade” do debate científico. Seja do lado governamental ou das direções das CLI, a discussão política a respeito da utilização da energia nuclear é evitada, desestimulada e considerada imprópria ao debate nas assembleias das Comissões Locais de Informação.

[...] [a] subministra da Indústria, Nicole Fontaine, afirmou em seu pronunciamento na décima quinta conferência dos presidentes de CLI: “A questão nuclear deve ser abordada de maneira objetiva, *sem tabus, sem ideias preconcebidas e sem ideologia*” (SILVA, 2007: 452; grifo meu).

[Durante a primeira assembleia da CLI de Nogent, em 2005], um sindicalista e empregado da usina, que não é membro da CLI, ali chegou com o propósito de ler e de distribuir uma carta, denunciando o que o sindicato que a assinava chamava de “falta de segurança na operação do reator” devido a demissões na central. O presidente [da Comissão] não demorou a assinalar a impropriedade da atitude e desencorajou a discussão (idem, 2007: 453).

Ao atribuir para si uma autoridade sobre o *risk management*, de forma a criar uma imagem de credibilidade em suas ações, o saber perito acaba provocando uma distinção (política) entre o risco cientificamente definido e a percepção pública/leiga de risco, de tal maneira que a validade desta seja desconsiderada e mesmo desacreditada. Sendo assim, por um lado teríamos um conhecimento especialista confiável e, por outro, uma consciência “equivocada” do perigo, já que influenciada pelo medo “desproporcional” da realidade da ameaça.

No contexto brasileiro, essa diferenciação em dois tipos de definição e percepção de riscos é analisada por Silva (2009) em sua pesquisa sobre as audiências públicas para o licenciamento ambiental prévio da usina nuclear Angra 3, na qual ela discute a especificidade da participação de cidadãos no monitoramento de riscos nucleares. Neste trabalho, a antropóloga levanta importantes considerações sobre as limitações da participação popular na gestão de riscos e da capacidade dos fóruns de negociação – entre autoridades públicas (da Procuradoria-Geral da República e do Ministério Público), membros da comunidade científica (administradores, engenheiros e cientistas da Empresa Eletronuclear – ETN) e representantes da sociedade civil – de se tornarem espaços com vistas ao debate democrático, possibilitando que o risco seja um tema de domínio coletivo, e não apenas restrito ao conhecimento técnico e à sua linguagem específica.

As discussões de Da Silva (1998) também evidenciam o embate entre o saber perito nuclear e as experiências de risco radioativo, vivenciadas por determinados setores da

população goianiense. Em setembro de 1987, durante a fase emergencial do desastre radiológico de Goiânia, policiais militares foram convocados para a guarda do Depósito Provisório de Rejeitos Radioativos, no município de Abadia de Goiás<sup>28</sup>, e a contenção das áreas definidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) como foco de radiação (DA SILVA, 1998: 1). Sem qualquer treinamento especializado e nem equipamentos adequados para lidar com os efeitos físicos, biológicos e psicossociais da contaminação pelo céσιο-137, esses profissionais agiram conforme o código de conduta previsto em sua categoria: a disciplina militar.

Quase uma década depois, em 1997, alguns dos policiais que participaram da contenção do desastre, passaram a denunciar o seu adoecimento em decorrência da radiação a que foram expostos durante o exercício de isolamento das áreas consideradas de risco e a manutenção da ordem pública. Mas suas reivindicações não encontraram respaldo no sistema perito nuclear – as denúncias foram desacreditadas pelo parecer médico feito por uma comissão de especialistas da CNEN. Os problemas emocionais derivados dessa exposição obrigatória à radiação foram considerados consequências das “condições de stress” próprias da atividade do policial militar – ou seja, uma doença ocupacional.

Uma comissão, formada por cinco médicos, examina cento e quinze PM's [policiais militares] durante dois dias e conclui que não há relação de causa e efeito entre as queixas e as exposições às radiações ionizantes (conforme o Relatório de Avaliação Médica de Militares da Polícia Militar do Estado de Goiás, apud DA SILVA, 1998: 13).

Contudo, essa pretensa objetividade incondicional do discurso científico passou a ser sistematicamente criticada e revista à medida que as instituições que deveriam proteger as pessoas das ameaças físicas começam a ser, elas mesmas, fontes de perigo. A construção científica de *níveis aceitáveis* de risco (BECK, 1993; DOUGLAS e WILDAVSKY, 1983), ao ignorar as implicações éticas, sociais e políticas da exposição da população aos riscos tecnológicos, é apontada como um mecanismo que permite e legitima (do ponto de vista legal) intoxicar, envenenar ou contaminar o meio ambiente e as pessoas “até certo ponto”.

Algumas dúvidas emergem do debate público: será que os perigos experimentados na vida cotidiana podem ser colocados dentro de parâmetros (técnicos) aceitáveis? Se sim, a pretensa segurança garantida pelos peritos pode desacreditar a percepção de risco da população em geral? Quão suficiente seguro é o valor de segurança definido por especialistas?

---

<sup>28</sup> A 24 km de Goiânia.

Um importante aspecto para a análise das percepções de risco é a compreensão das maneiras como cada sociedade reage às ameaças a sua estrutura e aos seus membros: quais e por que determinados riscos serão privilegiados e aceitos, enquanto outros, evitados ou até mesmo ignorados, não sendo motivos de uma angústia coletiva? A associação entre perigo e culpa moral não pode ser vista como resultado de uma falta de conhecimento e informação científicas, que ligam um infortúnio provocado pelo homem, ou por uma natureza “moralizada”<sup>29</sup>, a sua causa, mas antes como uma característica cultural inerente à determinação e seleção dos riscos. Tal relação é revelada através do estabelecimento de *sistemas acusatórios* em diferentes organizações sociais (DOUGLAS, 1996).

Cada cultura possui seus próprios mecanismos de enfrentamento dos perigos. A todo infortúnio se ligam: *a*) um corpo padronizado de causas possíveis (a quebra de um tabu, o pecado cometido por um indivíduo, o desvio de um padrão de normalidade socialmente concebido etc.); *b*) um conjunto de explicações plausíveis, e *c*) medidas compensatórias que devem ser acionadas, visando restabelecer o equilíbrio anterior ao dano. De acordo com a forma dominante de explicação causal dos infortúnios, seguem-se reações e/ou punições coletivas específicas aos culpados, sejam elas: rituais de purificação (expição), vinganças, segregação física e social, entre outras. Os sistemas acusatórios garantiriam assim uma coesão social – um aumento do nível de solidariedade – por meio da coerção moral (cf. DOUGLAS, 1996 e 1986).

Mesmo na sociedade ocidental contemporânea, onde as análises técnicas de risco contam com avançados cálculos estatísticos e instrumentos de medição, pessoas ou grupos sociais são responsabilizados moralmente pelos desastres e perigos, naturais ou não. E isso porque as novas tecnologias, bem como os impactos gerados por elas, provocam reavaliações culturais sobre os conceitos de normalidade e naturalidade (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1983: 35).

Daí ser necessário refletir sobre a ideia de Beck (1993) segundo a qual caminhamos rumo a uma nova modernidade, a uma *sociedade de risco*, onde a distribuição social de riscos ocorreria de uma forma menos desigual – não privilegiando muito os espaços políticos concedidos conforme as diferenças de classe social, grupo étnico e opção sexual ou religiosa, etc. – comparativamente à distribuição da riqueza na sociedade industrial. Uma teoria cultural

---

<sup>29</sup> “[...] most institutions tend to solve some of their organizational problems through public allocation of blame. Naturally, these problems and the blaming procedures vary according to the kind of organizations. [...] Under these procedures, nature can be made into a sensitive gauge of morality – sometimes seen as a *heavy-handed judge* of moral disorder in general [...], and sometimes as a *discriminating assessor* [...]. We [os “modernos”, assim como os membros das sociedades ditas “primitivas”] also use *nature’s powers* as a technique of social coercion” (DOUGLAS, 1986: 56; grifos meus).

da percepção de risco, como elaborada por Mary Douglas e Aaron Wildavski (1983), nos mostra, ao contrário da sugestão de Beck, que as organizações sociais selecionam e classificam as pessoas mais prováveis a estarem em risco e, ao mesmo tempo, aquelas que serão culpabilizadas por colocar outras em perigo. E isto se deve às concepções culturais de *pollution beliefs*, ou *danger ideas*, responsáveis por um ordenamento moral que distingue e separa os elementos classificados como perigosos do restante da “boa sociedade”.

[Pollution beliefs] function to keep some categories of people apart so that others can be together. By preserving the physical categories, [danger ideas] uphold conceptual categories dividing the moral from the immoral and so sustain the vision of the good society. [...] they reveal who is being kept out and who is being kept in (DOUGLAS e WILDAVSKI, op. cit.: 37; grifos meus).

Apesar da sofisticação científica, *pollution beliefs* dão explicações a diferentes ameaças – tais como doenças, crises econômicas, epidemias, desastres naturais, conflitos armados e o desemprego – baseadas, por exemplo, em comportamentos étnicos, sexuais e em estereótipos sociais. Assim, nem todos estão em risco em nossa sociedade, mas, muito provavelmente, os pobres, homossexuais, membros de uma confissão religiosa ou etnia, os negros ou um grupo político específico, serão aqueles apontados como bodes-expiatórios.

### 3.3 Risco e moradia

Procurando explorar à luz da teoria social<sup>30</sup> uma experiência de riscos à saúde e ao meio ambiente em áreas contaminadas, Araújo e Günther (2009) analisam as diferentes interpretações elaboradas sobre o conceito de *situação de risco*, entre moradores e trabalhadores de uma área urbana – bairro Vila Carioca, no sudeste da cidade São Paulo – contaminada por resíduos perigosos provenientes de indústrias do setor químico, os quais foram dispostos de forma inadequada na localidade ao longo de, aproximadamente, trinta anos.

A pesquisa<sup>31</sup> se deu após uma intensa mobilização da população local, que resultou na instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Câmara Municipal de São

---

<sup>30</sup> Elaborada por autores que trataram das dimensões sociais e culturais do risco, como Anthony Giddens, Mary Douglas, John Hanningan e, sobretudo, Ulrich Beck.

<sup>31</sup> Desenvolvida entre 2003 e 2005.

Paulo, para que se investigasse o caso, e na deflagração de uma ação civil contra o órgão estadual de meio ambiente e a empresa poluidora (ARAÚJO e GÜNTHER, 2009: 313). Os moradores e as pessoas que trabalhavam no bairro queriam comprovar, junto ao poder público, a relação entre a contaminação ambiental da região e os casos de mortalidade e morbidade ali observados.

Ao tomar os riscos ambientais como uma construção social de atores políticos que interagem numa espécie de *arena social do risco* (idem, 2009: 316), as pesquisadoras elaboram uma categorização analítica dos papéis sociais dos atores envolvidos na área contaminada por resíduos químicos. São seis os papéis (ARAÚJO e GÜNTHER, op. cit.: 316-317):

- I) Portadores de risco → aqueles que arcam com as consequências negativas da exposição às ameaças provenientes de ambientes perigosos. São as vítimas. No caso da população estudada pelas autoras, os portadores de risco são os moradores e trabalhadores da área contaminada.
- II) Defensores dos portadores de risco → indivíduos ou setores da sociedade civil organizada que dão visibilidade pública à busca dos direitos dos atingidos. Com relação à Vila Carioca, encaixam-se nesse papel profissionais do campo do direito, organizações e movimentos locais e externos atuantes na defesa jurídica dos portadores de risco.
- III) Geradores de risco → as empresas e indústrias responsáveis pela contaminação ambiental e, dessa maneira, por ameaçar a saúde das pessoas. No estudo de caso, esta categoria é representada pelas organizações empresariais responsabilizadas na ação civil pública pela má deposição dos resíduos químicos.
- IV) Investigadores do risco → cientistas, laboratórios e agências delegados pelo poder público e responsáveis por definir e selecionar as possíveis vítimas, bem como instituir determinados níveis aceitáveis de risco. Foram assim classificados pelas autoras: os órgãos estaduais de saúde e de meio ambiente, os laboratórios de análise e diagnóstico recrutados por estes órgãos, e pesquisadores de universidades.
- V) Árbitros do risco → os tribunais, as agências reguladoras e representantes parlamentares, os quais determinam as medidas necessárias a serem efetivadas no gerenciamento das ameaças físicas à população e ao ambiente atingidos. Na pesquisa em questão, a justiça pública e a representação parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo, que instaurou e fez parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, se encaixam nessa categoria.
- VI) Informadores do risco → os meios de comunicação social que tornam os assuntos referentes às ações sobre a situações de risco visíveis para a opinião pública.

Araújo e Günther (2009) afirmam que no contexto das ações e negociações tomadas por todos esses atores para que o problema da contaminação do terreno de Vila Carioca fosse resolvido, o que se presenciou foi um desacordo à proposta de Beck, segundo a qual são os geradores de risco e os peritos que estão “obrigados a apresentar publicamente as justificativas no tocante aos danos causados” (idem, 2009: 320). Contudo, na realidade observada, houve uma inversão daqueles que assumiram a responsabilidade de provar o nexo causal entre a contaminação pelos resíduos perigosos e os problemas de saúde. Ao invés dos agentes industriais comprovarem o efeito inócuo das substâncias químicas antes de usá-las, foram os portadores de risco e seus defensores os responsáveis por exigir maior segurança nas atividades do empreendimento industrial, e por demonstrar que tal associação causal tinha fundamentação em dados empíricos e metodologia científica.

Ao longo do processo de contra *expertise*, observou-se que os discursos de vários membros da comunidade local promoviam o reconhecimento social do saber perito acerca dos riscos e, inversamente, a desqualificação da percepção leiga sobre o assunto (ARAÚJO e GÜNTHER, op. cit.). Apesar dos encontros promovidos na localidade entre especialistas e demais atores envolvidos no debate acerca dessa situação de risco, o fato dos acordos ali firmados não terem uma validade jurídico-legal implicou na não participação de representantes dos empresários durante as reuniões (idem, 2009: 321-322). Nenhuma negociação direta entre portadores e geradores de risco foi, então, possível, mas somente encontros mediados pela justiça pública e parlamentares – os árbitros do risco.

O modo como as definições de riscos ambiental e social, assim como a classificação de “população sujeita a riscos”, podem assumir sentidos variados e contraditórios na vida cotidiana, é discutido por Caram e Pérez (2006) na análise de um processo de transferência de famílias de dois assentamentos localizados numa zona de vulnerabilidade ambiental. A pesquisa foi realizada nas comunidades de San Cayetano e Barda Este<sup>32</sup>, cujas origens estão ligadas a *invasões* de terra no município argentino de San Carlos de Bariloche, por volta do ano de 1994, que se formaram ao longo da margem leste do rio Ñireco – uma região inundável, na época das fortes chuvas, e situada num terreno de declive (CARAM e PÉREZ, 2006: 52).

Em outubro de 2002, o rio inundou. Algumas casas foram levadas pela correnteza e outras, destruídas com o desmoronamento de terras, ameaçando assim a segurança física dos assentados. Uma comissão local de moradores foi organizada para formular estratégias de

---

<sup>32</sup> Que contavam com 88 famílias na época do trabalho de campo.

mudança da população para uma área mais segura, enquanto o Poder Executivo Municipal ficaria responsável pela promoção e acompanhamento da remoção daquelas pessoas. Durante o primeiro semestre de 2003, houve uma busca por áreas desocupadas nas imediações das duas comunidades atingidas.

Estos emprendimientos resultaron en la localización de tierras en el llamado Pinar de San Francisco IV, propiedad del Instituto de Planificación y Promoción de la Vivienda [Habitação] (IPPV), de [la ciudad de] Río Negro (idem, 2006: 52).

Entretanto, a procura pela nova moradia foi frustrada, uma vez que o convênio entre os poderes executivos de San Carlos de Bariloche e de Río Negro nunca foi firmado. Alternativas de habitação foram oferecidas pelo poder público como, por exemplo, as quase trinta moradias do IPPV em Pinar, no bairro *34 Hectáreas*, para aqueles que possuísem renda superior a 600 pesos mensais comprovados. Mas elas destoavam da realidade financeira das famílias e contrariavam as expectativas dos moradores afetados de permanecerem juntos como uma comunidade (CARAM e PÉREZ, op. cit.: 53).

Esse quadro de incertezas quanto ao destino dos assentados fez com que eles ressignificassem os riscos ambientais e sociais percebidos, conforme os valores e interesses dos atores expostos aos perigos, e envolvidos no conflito pela legalização de seus imóveis. Diante do fracasso das negociações com o governo, a situação de vulnerabilidade social, provocada pelo risco ambiental e pela instabilidade das construções, foi posta de lado. Os moradores passaram a reivindicar os direitos de ocupar e regularizar os terrenos em que viviam, mesmo eles estando numa área sujeita a mais inundações<sup>33</sup>. Além disso, em vista da possibilidade de uma mudança para outra região – “o Alto” da cidade –, os assentados redefiniram o seu lugar de moradia como uma espécie de refúgio “tranquilo”, face aos problemas de insegurança e violência urbanas presentes (ou melhor, percebidos neste contexto) nos bairros “do Alto” (idem, 2006: 59).

Segundo as autoras, o que se pode concluir dessa maximização dos riscos sociais – uma ênfase maior nas situações de violência em áreas vizinhas à região investigada – e, por outro lado, da minimização dos riscos ambientais? Que a percepção de riscos trabalha como um marcador de identidade e diferença.

---

<sup>33</sup> Em julho de 2004, uma nova inundação ameaçou os assentamentos de San Cayetanito e Banda Este. Dessa vez, a resposta do governo municipal ao risco ambiental foi considerá-lo um fenômeno natural e imprevisível (CARAM e PÉREZ, op. cit.: 54), naturalizando, portanto, os perigos.

[...] mudarse a un barrio del Alto implicaría [...] [en] *el temor a compartir el espacio con desconocidos*, perder el lugar céntrico que ocupan en la barda del río Ñireco y *romper los circuitos habituales de trabajo, estudio, vida cotidiana*. [...] importa destacar que, detrás de estos argumentos, se está construyendo y defendiendo *una identidad barrial* que se define en el ser habitantes del lado este del río y *diferenciarse* de la población del Alto de la ciudad (CARAM e PÉREZ, 2006: 59; grifos meus).

Mas essa atribuição de significados diferentes aos perigos gerou um dilema para a própria comunidade: se as noções de risco ambiental e risco social são manipuladas e utilizadas como dispositivos políticos na luta dos assentados pelo reconhecimento público de suas reivindicações (que se concentram na regularização dos imóveis), isto não os impede, todavia, de estarem vulneráveis às ameaças de novas inundações e desmoronamentos de terra, à instabilidade do terreno e de suas edificações.

Essa situação se assemelha bastante à própria formação do Parque Santa Cruz, onde os moradores tiveram de optar entre o problemático retorno à moradia de aluguel, a transferência para o bairro Chácara do Governador, e a permanência no lixão – mantendo a esperança de que, um dia, ele seria “beneficiado” pelo poder público. A exemplo dos casos paulistano e argentino, é também possível analisar o Santa Cruz sob o ponto de vista de uma arena social do risco, na qual uma variedade de atores tiveram entendimentos conflituosos a respeito do que seja o habitar no lixão. Qual o papel dos governos municipal e estadual na construção desse lugar? Quais os argumentos foram escolhidos na defesa ou nas tentativas de remoção daquelas famílias? Que interesses estavam por trás dessas escolhas?

### 3.4 O Parque Santa Cruz como uma “arena social do risco”

O processo que culminou na regularização fundiária do Pq. Santa Cruz foi marcado pela atuação contraditória dos poderes públicos locais. É preciso lembrar que, no final dos anos 1970, a própria prefeitura de Goiânia havia encaminhado várias famílias de outras partes da capital para o lixão. Até o início de 1982, a ocupação não fazia parte das preocupações de autoridades locais com respeito aos riscos que aquela condição de moradia poderia trazer aos moradores. Além disso, cerca de 800 famílias viviam no Santa Cruz e já contavam com a luz elétrica disponibilizada por uma companhia estatal (FRANÇA, 1983)<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Conferir capítulo 2.

Naquela época, dois grupos locais aparelhados ao PT e ao PMDB atuavam na comunidade, com o objetivo de mobilizar as reivindicações dos moradores pela legalização e urbanização da área de posse<sup>35</sup>. Porém, o apoio à permanência da população acabou se revelando um mecanismo político que visava à consolidação do Santa Cruz como uma base eleitoral para um dos partidos, de maneira que em momento algum os possíveis problemas de contaminação pelo lixo foram postos em pauta. No viés do grupo “dos meninos”, da associação de moradores formada por José Rodrigues e sua “turma”, mas, também da prefeitura até aquele momento, a habitação no lixão a céu aberto não era, portanto, um objeto de atenção.

Mas em fins de 1982, quando o governo estadual passou a exigir a reintegração de posse da área ocupada, o estatuto do Pq. Santa Cruz como “local habitável” é invertido: ele agora passa a ser considerado uma “área de risco”. Pela primeira vez o Estado posiciona-se a favor da transferência dos moradores para outro terreno, a Chácara do Governador, segundo critérios relacionados à saúde das pessoas. Numa entrevista concedida ao jornal *Diário da Manhã* em janeiro de 1983, o engenheiro Homar Rassi veio então justificar essa decisão:

“HR – Estou defendendo a preferência dos favelados do Parque, porque tenho consciência da necessidade de se retirar aquela população de cima do lixo. [...] As entidades que oferecem apoio a essa população no sentido de ficar lá – de certa forma sem conhecer o problema – não percebem o risco de contaminação a que estão expondo aquelas famílias.

DM – Os riscos que os moradores correm, morando lá, hoje, são maiores do que os enfrentados por eles ali há cinco anos?

HR – Ninguém tem a condição de definir a hora do risco. Ninguém pode afirmar categoricamente que aquela população está imunizada ou contaminada. Porque na definição de imunização existe um ponto crítico. Mas quem pode definir o ponto-limite se a recomendação para o aproveitamento do solo de um aterro sanitário é de 15 anos depois de sua desativação, quando [...] é feito corretamente. O que não se sucedeu com esse aterro. Não posso definir a intensidade dos riscos que corre esta população, mas que eles existem, tenho certeza” (Homar Rassi, entrevista, apud FRANÇA, 1983).

A preferência dos “favelados” era, de fato, deixar suas casas no Santa Cruz e se mudar para a Chácara do Governador? Em outra passagem, o engenheiro afirma que a transferência dos moradores de forma alguma ocorreria sob imposição de força, mas, antes, deveria representar um trabalho de conscientização para que eles a aceitassem por conta própria e

---

<sup>35</sup> Conforme discutido no capítulo anterior, p. 43-47.

estabelecessem garantias para sua execução. Entretanto, não foi isso o que aconteceu. Frente à decisão das famílias de permanecer em suas casas, a prefeitura reagiu com funcionários guiando tratores, enquanto ameaçavam passar por cima das moradias já construídas. Como me contou Dora, três ou quatro casas chegaram a ser derrubadas. Diante da resistência da população, uma segunda tática foi posta em ação por Homar Rassi: arregimentar, às escondidas, uns poucos moradores para que eles iniciassem a coleta de assinaturas na ocupação, com o suposto pedido de reivindicar “do governador a mudança” (idem, 1983). A lista com 27 nomes logo foi descoberta por membros da associação de moradores e destruída.

Mas se a atitude violenta tomada pela prefeitura – a mando do governo de Goiás – foi absurda, por outro lado, a defesa dos moradores, por determinados grupos da sociedade civil, não pode deixar de ser criticada. É o mesmo engenheiro quem faz uma grave denúncia. Recordando: estamos aqui no primeiro mês de 1983, em plena época de transição política, quando o então governador Ary Valadão passaria o cargo (em março) ao candidato da oposição Iris Rezende Machado. Na campanha de 1982, este havia prometido regularizar todas as áreas de posse urbana da capital caso fosse eleito, entre elas o Pq. Santa Cruz.

Durante o impasse gerado pelas tentativas de remoção da população, especialistas ligados ao Sindicato dos Engenheiros (SE) e à Associação Médica de Goiás (AMG) apresentaram pareceres técnicos e argumentos que “comprovavam” as condições “favoráveis” de habitação naquele terreno, apesar das toneladas de lixo ali presentes.

O estudo realizado pelo [SE], acompanhado de uma análise físico-química e de um exame bacteriológico da água feitos pela Saneago<sup>36</sup>, conclui que “pequenos investimentos poderão recuperar integralmente a área, reabilitando-a e adequando-a para uma possibilidade de ocupação com maior nível de conforto e segurança”. Diz ainda que a “pequena incidência de moscas e a ausência de roedores são índices que conferem condições de habitabilidade ao local”. O relatório recomenda, entretanto, que “os poderes públicos instalem [...] torneiras públicas para atender à população [...], já que a perfuração de poços não pode ser feita em toda a área”.

Ivan Magalhães de Araújo Jorge, presidente do [SE], defende a permanência dos invasores na área, porque *as condições sanitárias do Parque*, na sua opinião, *são superiores a de outros setores da cidade* onde predomina a ocupação por pessoas de baixa renda. [...] Ivan disse conhecer bem a área e, por isso, acredita que a atividade de fermentação do lixo já ultrapassou o período médio, “reduzindo consideravelmente os efeitos nocivos do aterro desativado há mais de dois anos” (apud FRANÇA, 1983; grifos meus).

Continua ainda a matéria:

---

<sup>36</sup> Empresa de Saneamento de Goiás S.A.

Elias Rassi Neto, da Comissão de Saúde da [AMG] e especialista em medicina do trabalho e medicina preventiva social, [...] ressalta que resolvidos esses problemas de solução simplificada [o tratamento do lixo e a descontaminação daquela área], *as condições econômicas e de moradia teriam influência superior aos fatores diretamente ligados à saúde destas famílias.*

[...] o médico conclui que embora o bairro apresente *condições precárias de moradia*, a mudança para outro local só deveria ocorrer se não onerar mais ainda estas famílias. “Se esta comunidade perder todo seu patrimônio [...] para assumir um financiamento agora, se sacrificando durante alguns anos e talvez não conseguindo uma habitação nas condições que já possuem, não haverá contribuição para a melhoria de seu nível de saúde” (grifos meus).

Para além do profissional da engenharia ou da medicina, Ivan Magalhães e Elias Rassi eram pessoas com fortes vínculos políticos no PMDB, partido do próximo governador. É com base nisso que Homar Rassi passou, então, a levantar suspeitas sobre a real intensão desses dois técnicos, assim como a de outros especialistas – da área do Direito, por exemplo –, em defender a permanência dos moradores no Santa Cruz. Segundo ele (cf. FRANÇA, 1983), as conclusões indicando a baixa intervenção do lixo sobre a saúde e a habitação daquelas famílias, não vislumbravam a criação de medidas que permitissem a melhoria da qualidade de vida dos moradores da *invasão*. Elas buscavam, antes, fundamentar o compromisso de Iris Rezende de legalizar e urbanizar a ocupação, e, num outro momento, permitiam que seus autores pudessem vislumbrar uma assessoria e mesmo um cargo de terceiro, ou quarto escalão, na nova administração estadual.

De lá para cá, pouca mudança houve em relação à influência partidária nas políticas habitacionais voltadas ao Parque Santa Cruz. Afirmo isto depois de meu encontro com Diogo Paixão, ex-Gerente de Regularização Fundiária da AGEHAB. Seu depoimento me possibilitou visualizar o modo como a percepção da “moradia segura”, ou do “risco de moradia”, está, no âmbito governamental, envolvida em relações de poder que ultrapassam qualquer pretensão de análise objetiva de riscos.

Do ponto de vista jurídico<sup>37</sup>, a regularização fundiária funcionaria como um instrumento institucional de Estados e Municípios, que garante o uso da terra urbana de acordo com os interesses e a qualidade de vida da coletividade, diminuindo assim o déficit

---

<sup>37</sup> Conferir entre outros: o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que garante o direito a moradia ao povo brasileiro; o Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de julho de 2001) e a Lei nº 11.977, de julho de 2009, que estabelece as diretrizes para a regularização fundiária. Em Goiás, temos a Lei 12.229 (de dezembro de 1993) que estabelece as diretrizes e os critérios para a regularização da ocupação de imóveis do Estado, em loteamentos implantados para fins de assentamento de famílias carentes; e a Lei 16.269 (de maio de 2008) que objetiva a regularização da ocupação de imóveis do Estado de Goiás, incluídos seja em loteamentos planejados e destinados à implantação de programas habitacionais de interesse social, ou em assentamentos não planejados, constituídos de forma pacífica e espontânea, até 31 de dezembro de 1988 (GOIÁS, 2010).

habitacional e as desigualdades sociais e econômicas da população no acesso à infraestrutura urbana (saneamento básico, asfalto, energia elétrica, coleta de lixo), aos espaços comunitários e aos serviços públicos como educação, saúde, lazer, transporte e segurança. A propriedade urbana teria, assim, uma função social: conceder aos cidadãos o direito à moradia digna e a sua cidade.

A chamada *Regularização Fundiária Plena* do Pq. Santa Cruz deveria ser composta por três etapas: *a)* Regularização Jurídica – execução de procedimentos cartoriais e jurídicos com o objetivo de facilitar a transferência de domínio da terra urbana do Estado às famílias beneficiadas; *b)* Regularização Urbanística – preparação de diagnóstico urbanístico e de propostas de melhorias para o bairro (infraestrutura, equipamentos públicos, serviços urbanos, arborização e acessibilidade), além da elaboração e aprovação de projeto do loteamento, se necessário; *c)* Regularização Social – fase na qual se elabora, executa e monitora determinados projetos de intervenção social como: mobilização e organização comunitárias, educação sanitária, ambiental e patrimonial, geração de trabalho e renda (GOIÁS, 2010).

Mas como é possível conceder moradias *dignas* a uma população que vive sobre uma enorme quantidade de lixo aterrado e em decomposição? Oficialmente, os técnicos da AGEHAB não reconhecem os riscos da desestruturação de imóveis do bairro e, também, da contaminação de solo e água no Parque Santa Cruz. A concessão de títulos de propriedade às famílias que ainda não têm a escritura de seus imóveis ocorre sem a elaboração de um projeto voltado ao tratamento do lixo, ao monitoramento da fundação das edificações e à assistência médica dos moradores. O Ministério Público de Goiás, que deveria ser o principal agente na fiscalização do processo de regularização, tornou-se um de seus principais colaboradores. Estariam a agência de habitação e o MP-GO atuando como instituições geradoras de risco, ao invés de serem árbitras do risco?

Durante a conversa com Diogo Paixão<sup>38</sup>, perguntei ao gerente se ele tinha conhecimento da denúncia, publicada no jornal *O Popular* (MARCOS, 2010), sobre os possíveis riscos sociais e ambientais presentes no Parque Santa Cruz. Ele respondeu que desconhecia a reportagem e (o mais grave), a existência e os efeitos do lixo aterrado. Depois, eu recuperei a lembrança do desastre no Morro do Bumba, em Niterói-RJ, e questionei se uma tragédia (anunciada) não poderia também ocorrer naquele bairro de Goiânia, pois tanto o Santa Cruz quanto o Bumba foram construídos num lixão. Todavia, a sua resposta *expert* a minha dúvida se resumiu na confirmação, através de um programa de computador, de que ao

---

<sup>38</sup> Realizada no dia 5 de novembro/2010. Em outubro daquele ano, ele havia deixado a Gerência de Regularização Fundiária para assumir a Gerência de Habitação.

contrário do declive acentuado da geografia do Bumba, o terreno do Pq. Santa Cruz é bastante plano e, por isso, não representa uma ameaça de deslizamento de terra.

Lembro-me que, em casa, enquanto eu formulava perguntas a serem feitas ao Diogo, minha intenção era a de captar em seu discurso a presença de um sistema perito que, por deter conhecimentos especializados do urbanismo e da arquitetura, entre outros, nega a existência de riscos de moradia no Parque Santa Cruz ou, mesmo, estabelece “níveis aceitáveis” de exposição aos riscos, permitindo assim a regularização dos imóveis daquele bairro. Porém, durante a entrevista seu discurso caminhou para um rumo diferente do que eu imaginei.

Pressionado pela minha insistência em discutir os problemas relacionados à decomposição do lixo, o ex-gerente da AGEHAB começou a dizer que o Estado de Goiás nunca havia implementado uma política habitacional tão ampla quanto aquela promovida na gestão da então presidente Silmara Vieira, sob o mandato do ex-governador Alcides Rodrigues (jan./2007 – dez./2010), filiado ao Partido Progressista (PP)<sup>39</sup>. Para Diogo, não havia um comprometimento dos governos anteriores com a garantia do direito à moradia e com uma política de habitação efetiva, o que acabou permitindo o aumento das ocupações irregulares, acompanhado pelo crescimento da região metropolitana de Goiânia. Fato esse agravado, sobretudo, por interesses eleitorais divergentes entre o poder executivo municipal e o estadual.

Para ilustrar tal embate, ele me contou que no intervalo entre os anos de 1982 e 2010, apenas em uma única oportunidade, 2009-2010, o partido que ocupava a prefeitura (PT) possuía aliança política com o partido do executivo estadual (PMDB). Em circunstâncias anteriores, mesmo quando o PT e o PMDB eram os partidos do prefeito de Goiânia e do governador de Goiás, respectivamente, projetos de habitação eram sempre emperrados ora por um, ora pelo outro.

Há outro elemento significativo em toda essa história. Como em qualquer outra secretaria ou agência de Estado, as principais funções da AGEHAB (presidente e gerentes) não são preenchidas via concurso público, mas são, na realidade, cargos de confiança. Ou seja, muda-se o governante/partido político, muda-se o corpo diretor e gestor da instituição. No final do ano de 2010, em Goiás, a presidente e os gerentes da agência de habitação participaram da campanha eleitoral do candidato a governador apoiado por Alcides Rodrigues, no primeiro turno. No segundo turno, uma vez que o candidato do PP saiu da

---

<sup>39</sup> Porém, vale ressaltar que esta ação local foi beneficiada por um contexto político de alcance nacional: (I) a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001; (II) a criação do Ministério das Cidades em 2003; (III) em 2004 foi instituída a Política Nacional de Habitação, e (IV) em 2005, houve a criação do SNHIS (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social) e do FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social).

disputa, o corpo diretor e gestor da AGEHAB passou então a apoiar o candidato do PMDB, tendo como adversário o PSDB. Como o candidato deste último partido acabou ganhando as eleições estaduais de 2010, todos os cargos de confiança da agência foram, inevitavelmente, substituídos. Refletindo sobre este conjunto de fatos, será que as políticas habitacionais desenvolvidas pela AGEHAB para o Parque Santa Cruz não passariam a ser definidas, também, segundo interesses articulados durante o último período eleitoral em Goiás?

Desviando-se dos questionamentos relacionados à segurança da moradia sobre o lixo, a fala de Diogo Paixão demonstrava uma outra realidade dos processos de construção e aceitabilidade de riscos. Na realidade, ela revelou um contexto no qual os governos de Estado e município estariam funcionando como sistemas peritos que se utilizam da moradia como uma moeda de troca – legalizar para conseguir o maior número de votos – e que, assim, não colocam em questão a presença de riscos nas comunidades beneficiadas. Enquanto uma ferramenta institucional do poder estadual, a AGEHAB poderia então estar se valendo da autoridade de seu conhecimento especialista para negar, *a priori*, o risco de moradia no Parque Santa Cruz com base em determinações eleitorais, e não em critérios técnicos.

Portanto, a exemplo das discussões apontadas anteriormente em SILVA, 2007 e 2009; DA SILVA, 1998; ARAÚJO e GÜNTHER, 2009; CARAM e PÉREZ, 2006, a “pureza” da objetividade assumida pela percepção *expert* de riscos é, mais uma vez, posta em questão.

Assim como a Agência Goiana de Habitação, os especialistas e gestores da AMMA se ausentaram de uma crítica à maneira como a regularização do bairro está sendo executada, sem que haja o devido conhecimento e controle dos resíduos por parte dos poderes públicos envolvidos. Apesar de a agência de meio ambiente ser uma das instituições a ter autorizado tal procedimento, em dois momentos seus representantes se posicionaram contrariamente à ocupação de qualquer área que já tenha sido um depósito irregular de lixo.

Em 2006, a bióloga e chefe da Divisão de Pesquisas e Projetos da antiga secretaria de meio ambiente, Geórgia Ribeiro Silveira de Sant’ana, alegou que: “a urbanização desses espaços, com parcelamento de lotes para moradia, não é indicada do ponto de vista ambiental e da saúde da população. [...] *O terreno jamais deveria ter sido habitado*” (apud ASSIS, 2006; grifo meu). Já em abril de 2010, poucos dias após a tragédia no Morro do Bumba, Ramiro Menezes, na época gerente de monitoramento ambiental da AMMA, apresentou o seu posicionamento com relação à situação do Pq. Santa Cruz:

“A água de um lugar desses não pode ser usada. É preciso de um *monitoramento constante* da qualidade do líquido. Afinal, o chorume filtra

no solo e se deposita na área. Há risco, inclusive, de contaminação de córregos da região. [...] Para resolver o problema não basta cobrir o lixo com terra, [é] preciso retirar o material e fazer uma descontaminação do local. *Não é possível construir sobre uma área dessas da forma como ocorreu [no] Parque Santa Cruz [...]. É um risco constante para o meio ambiente e para a saúde*” (apud MARCOS, 2010; grifos meus).

Por outro lado, um levantamento realizado pelo Comando de Operações de Defesa Civil/Corpo de Bombeiros em Goiânia mostrou que, em 2010, existiam dez áreas de risco na capital, correspondentes a um total de 775 pessoas – 527 adultos e 248 crianças – vivendo em 187 moradias. Essas áreas estariam localizadas “nas Vilas Coronel Cosme 2, Santa Efigênia, Fernandes, Monticelli, Nossa Senhora de Aparecida e nos Setores Urias Magalhães, São José e Celina Park, invasão Emílio Póva e no Jardim Guanabara 2” (apud BARBOSA 2010 e 2011). Entretanto, o Parque Santa Cruz não figura nessa lista porque ela indica, somente, as áreas sujeitas à ação das águas, onde se encontram casas construídas em beiras de rios e córregos, ou próximas a erosões.

### 3.5 *Os riscos do lugar estão sob controle (?): construindo conhecimentos, definindo técnicas*

E os moradores do Pq. Santa Cruz, quais explicações eles atribuem aos efeitos do lixo em decomposição? Juntamente com a falta de alternativas habitacionais e as baixas condições econômicas<sup>40</sup>, as percepções de risco dos entrevistados estão articuladas às decisões incoerentes dos agentes políticos, com respeito à viabilidade ou não da instalação de infraestrutura básica no bairro. No início da ocupação, além de classificá-la como uma área de risco, o poder público justificava a não permanência dos moradores através da suposta impossibilidade tecnológica de se atender a comunidade com obras de saneamento básico e asfalto, por conta da instabilidade do terreno. Todavia, com o passar dos anos, eu penso que a população assistiu à legitimação do *viver sobre o lixo* pelo mesmo Estado, cujas ações também contribuíram para a formação de suas representações sobre essa condição de moradia.

Desde 1985, com o decreto municipal autorizando o loteamento do bairro, o tratamento do material sob a superfície e a descontaminação do terreno nunca foram sequer realizados. Mesmo assim, serviços e equipamentos coletivos começaram a beneficiar os moradores – concretizando, de uma forma tortuosa, a antiga promessa que levou dona Arlete e centenas de outras pessoas a tomar posse e a permanecer no lixão. Em 1987, o bairro já

<sup>40</sup> “62,4% dos responsáveis pelos domicílios têm renda mensal média entre meio e três salários mínimos” (ASSIS, 2006).

contava com sistema de água tratada, e as tubulações da rede de esgoto tinham sido instaladas, embora ainda não coletassem o esgoto doméstico que corria a céu aberto (DIÁRIO DA MANHÃ, 1987). Na gestão do ex-prefeito Darci Accorsi (1993-1996), pelo PT, deu-se início ao asfaltamento de todas as ruas do Santa Cruz. Como observaram Jonas e Diogo, elas estão bem conservadas até hoje, apresentando quase nenhuma rachadura ocasionada pela compactação gradual do solo.

Atualmente o Parque Santa Cruz conta com coleta regular de lixo, transporte público e um colégio estadual. Ele está próximo às instalações da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e do Memorial do Cerrado/PUC-GO. As sedes da Agência Goiana de Comunicação (AGECOM) e da Secretaria Estadual da Saúde foram construídas na gleba localizada no limite noroeste do bairro (ver **mapa 1**, p. 20). Há uma agência bancária na comunidade, bem como um comércio diversificado ao longo da Avenida Contorno e no interior do bairro.



*Portaria da TV Brasil Central.*

Foto: Arthur Pires Amaral

Data: 09/04/2011.



*Cerca de arame na divisa do terreno onde estão instaladas a AGECOM e a Secretaria Estadual de Saúde.*

Foto: Arthur Pires Amaral

Data: 09/04/2011.



À esquerda, a Avenida Contorno e o seu movimento intenso – ela é a fronteira que separa o Parque Santa Cruz (ao fundo) da Chácara do Governador. À direita, a “Praça da feirinha”.  
Foto: Arthur Pires Amaral  
Data: 09/04/2011.

Grande parte dos moradores que eu conheci no Pq. Santa Cruz<sup>41</sup> associa as rachaduras nas paredes, o desnível de pisos e rodapés, e a dificuldade de se plantar no quintal ou cavar uma cisterna, aos resíduos que se decompõem há quase três décadas no bairro. Essa relação era apontada por eles quando eu lhes exibia imagens fotográficas retratando, por exemplo, o afundamento do piso e as rachaduras de algumas casas.

À medida que os moradores se acostumavam a minha aproximação e ao meu interesse pela vida deles no Santa Cruz, suas lembranças iam resgatando de maneira fragmentária e, muitas vezes, discreta, mais problemas ligados ao lixo. Entre outros moradores, Diogo e Nadir me contaram da enorme quantidade de mosquitos presente não somente na época do lixão, mas ainda hoje – evidência que, inclusive, contraria o estudo do Sindicato dos Engenheiros. Infecções de pele, alergias, vômito e diarreia parecem ter acometido aqueles (sobretudo as crianças) que mantinham maior contato com os resíduos a céu aberto, ou ingeriam a água contaminada. Também, o mau cheiro no bairro em dias quentes, logo após um período chuvoso, dá sinais da existência de gases sendo expelidos do interior do solo.

Encontrei duas opiniões divergentes relativas a este processo, durante a primeira entrevista com dona Nadir. Eu a conheci através de sua vizinha Lorena, residente no bairro desde 2003, que acompanhava toda a nossa conversa e fazia intervenções sempre que possível. A fala de Lorena acabou servindo como um interessante contraponto ao depoimento de Nadir, pois a primeira possui uma visão positiva do bairro, enquanto a outra admitia não gostar de morar naquele local. Prova disso é a sua antiga vontade de sair do Santa Cruz, nunca realizada por não ter condições de comprar um novo imóvel, ou pagar aluguel em outra região

<sup>41</sup> Dentre os 26 moradores entrevistados.

de Goiânia. Devido a esse descontentamento, dona Nadir não estabeleceu vínculos afetivos fortes com o lugar e nem mesmo com os vizinhos, apesar de residir no bairro há 30 anos.

De um lado então estava Lorena, nos assegurando que não havia riscos de gases se acumularem “debaixo da terra”, uma vez que o mau cheiro e os vários buracos abertos na construção de cisternas eram responsáveis por sua liberação. Na contramão dessa hipótese, havia o medo de uma futura explosão no Parque Santa Cruz, sustentado pelas histórias que circulam no bairro e na mídia, e contadas por Nadir:

*O povo diz que isso aqui, com o tempo, pode formar uma camada de gases embaixo do chão, junto com o lixo. Eles falam. Isso era muito comentado aqui na época. Agora, pra falar a verdade pro senhor, eu não sei o motivo e se isso acontece, entendeu? Mas eu já vi uma reportagem na televisão sobre um bairro, não sei se é em Belo Horizonte, que foi construído no lixo, e que se abrisse um buraco lá e colocasse um cano, que saía gases e pegava fogo. Chegaram a riscar fósforo pra por fogo. Queimava mesmo, como um gás. Teve gente, na época, que falou assim que isso aqui podia vim a explodir, né. Acumular uma quantia de gases embaixo e explodir. Inclusive, até aqui na minha frente morava um conhecido da gente, que quando eu mudei pra cá, ele já morava aí. Tava sentado ele e um senhor desse outro lote aqui de baixo. Sentado, e eles escutaram um gemido que saiu de dentro do chão, aonde eles tavam. Pra você ver o medo que eles ficaram, que eles saíram de lá. Ele largou as portas abertas e foi ficar lá no lote do vizinho. Falou assim: “Vamos ver o que vai sair de lá”. Porque gemeu horroroso, gemeu muito forte. Eles escutaram o gemido. Sabe, assim, um barulho. Aí eles ficaram com medo. Falaram que havia alguma coisa aqui, sair explodindo aqui, “a gente tá aqui, vai acabar morrendo”, né. Saíram. Mas esperou, esperou, não aconteceu nada, eles voltaram. E aí eles começaram a comentar isso, né. E o povo tinha muito medo dessas coisas acontecer, desse acúmulo de gases, que pode dar uma explosão. Eu não quero tá viva pra ver isso (Nadir, entrevista, 22/01/2011, Goiânia).*

Uma dúvida minha, que eu sempre expunha aos moradores, era saber se, atualmente, existiam casos de contaminação da água e problemas de saúde relacionados aos materiais aterrados no bairro. Infelizmente, durante a pesquisa de campo não houve tempo de ir atrás dos registros de atendimento médico nos postos de saúde mais procurados pelos moradores do Pq. Santa Cruz – como o localizado na Chácara do Governador. Meu objetivo era comparar os casos diagnosticados com a avalanche de afirmações (praticamente unânimes) dos entrevistados sobre a inexistência de qualquer tipo de adoecimento pelo lixo, depois que a rede de água tratada e o asfalto chegaram ao bairro. Mas esta percepção se mostrou problemática pela seguinte consideração: as ruas do Santa Cruz surgiram de grandes valas que eram abertas pelos moradores, ou pelas máquinas da prefeitura, no tempo do lixão, para que os resíduos retirados de seus lotes fossem nelas depositados.

Quando o encanamento da rede de água foi instalado pela SANEAGO em 1987, o lixo das valas não tinha sido removido. Por conta disso, os canos foram dispostos entre os resíduos e muito próximos à superfície do solo, provocando assim frequentes estouros e “um lamaçal

danado [nas] ruas”, apesar dos inúmeros reparos realizados pela empresa de saneamento básico. Uma solução encontrada e reivindicada pela associação de moradores, na época, consistia no “rebaixamento da rede como um todo” (apud DIÁRIO DA MANHÃ, 1987). Mas acredito que o pedido nunca foi atendido, pois o mesmo problema foi destacado nas falas de alguns moradores durante o meu trabalho de campo, em 2011. Como então não suspeitar de uma contaminação da água tratada do Parque Santa Cruz<sup>42</sup>, se nos vazamentos de canos há o contato entre ela e o lixo?

Em outras oportunidades, eu sempre interrogava os moradores: “É perigoso morar aqui no bairro?” ou “O lixo traz algum risco para as pessoas?”. Contudo, ao contrário do que eu supunha, suas respostas apresentavam uma grande semelhança: “Eu não acho que é perigoso morar aqui”, ou como era recorrente: “Nunca aconteceu nada comigo. Se tivesse que acontecer alguma coisa, já tinha acontecido”. Há, portanto, uma contradição entre o reconhecimento de certos efeitos do lixo em decomposição e a minimização dos riscos a ele associados? Embora tal questão sugira outros modos de reflexão sobre o problema<sup>43</sup>, num primeiro momento, penso ser necessário compreender essa possível contradição como um reflexo dos obstáculos transpostos na improvável urbanização do lixão e, também, dos conhecimentos e técnicas que os moradores desenvolveram no lidar diário com uma situação de habitação bastante adversa.

Com base nas experiências adquiridas na *produção* (material) e na *construção* (simbólica)<sup>44</sup> do Parque Santa Cruz, os moradores vão desenvolvendo causas razoáveis diversas para o aparecimento de rachaduras na estrutura de muitos imóveis do bairro, sem que a decomposição do lixo faça parte do esquema explicativo. Assim, a parede de determinada casa é toda rachada porque “às vezes fura a encanação. Daí vai lavando a terra que tem [por baixo dela]. A água forma um buraco” (Diogo); “tem uma pedreira aqui perto do Santa Cruz” (Miguel); “as pessoas não cuidam da casa, [pois] não têm condições [financeiras]. Então a casa não tem estrutura. Vem uma chuva e leva. Mas não é por causa do lixão, não” (Lorena).

Por trás das explicações alternativas parece estar a ideia de que o lixo foi *controlado* pelos próprios moradores, de maneira a não mais oferecer riscos a eles. Controle que se dá, primeiramente, no aterramento dos resíduos – eles estão cobertos; a terra já “comeu” (Luiz)

<sup>42</sup> Segundo o Censo Demográfico de 2000 (IBGE/Dados trabalhados pela prefeitura de Goiânia – SEPLAM), 97,2% dos domicílios do bairro são atendidos pela rede de água tratada, enquanto que 2,6% deles utilizam poços artesianos (cf. ASSIS, 2006).

<sup>43</sup> Como eu analiso mais à frente, no capítulo 4.

<sup>44</sup> Conferir LOW (1999) e, também, p. 49-51 desta dissertação.

muito do que tinha. Depois, através de uma fundação reforçada, “bem feita” (Miguel), com muito cimento e ferro, cujos alicerces pegam (se possível) a “terra firme” (Diogo). Enfim, nos recursos técnicos disponíveis que as pessoas lançam mão a fim de ir “corrigindo” (Luiz) a casa, à medida que as rachaduras comprometem seriamente a estrutura dos imóveis.

*Eu, se pudesse, comprava cimento, areia. Eu ia era cavar ali por baixo [da parede mais afetada – ver a imagem seguinte] pra ver se tem um buraco e dar uma revisão. Mas, eu agora não posso. Pra fazer aquele remendo, eu tenho que cavar embaixo, trazer uma terra e socar bem socado. Quando acabar, aí passa um concreto pra poder firmar e, depois, vou mexer naquele rebentado. [Em seguida,] Você põe a tela acompanhando a rachadura. Quando acabar, você joga a massa. A massa forte. E aí não deixa ela [a parede] abrir, né. [Coloca a tela] De um lado e de outro. Assim meu cunhado me falou. Disse que pra rachadura, não tem como uma tela, né. Agora, eu tenho que saber dele que tipo de tela, né. Se é da mais fina, se é a média, ou se é daquela grossa (Miguel, entrevista, 05/03/2011, Goiânia).*



*“Eu fico incomodado. Não ter condição d’eu arrumar e vendo a casa quase caindo, né” (Miguel, na entrada de sua casa).*

Foto: Arthur Pires Amaral

Data: 05/03/2011.

.....

**Luiz:** *A casa não para sem rachadura. Você conserta, ela torna a rachar. Porque, também, [o lixo] não cede duma vez. Ele vai cedendo, mas ele cede compacto. Ele vai é achatando. Aí, baixa tudo. Não adianta. No baixar, racha a parede. Eu fiz um alicerce com 7 metros de fundura, com concreto até em cima. E olha aí. Eu tô esperando [o lixo] ceder até onde tem que ceder, daí eu vou amarrar [os alicerces com] ferro. Mas eu ainda não arrumei porque, se eu arrumar agora, amanhã ele pode... Eu vou deixar ele [o lixo] ceder até onde ele tem que ficar. Agora, se eu construir outra parede aqui, ela racha. Na hora que eu ver que ele chegou no ponto, aí eu amarro com ferro grande. Aí, eu que vou corrigindo desse jeito. Corrigindo a casa inteira.*

**Arthur:** *Pro senhor, o lixo representa um risco?*

**L:** *Não. Risco, assim, de cair casa, não. Risco de saúde eu nunca ouvi falar, porque se a pessoa não cuidar direito do lixo... É lógico que tem muito mais perigo aonde tem lixo, do que aonde não tem. Aqui, por exemplo, na minha casa, eu não corro esse risco porque eu botei cimento em tudo (Entrevista, 22/01/2011, Goiânia).*



*Rachaduras na parede da sala de Luiz.*

Foto: Arthur Pires Amaral

Data: 22/01/2011.

Diante de diferentes projetos (cf. VELHO, 1994a e 1994b), interesses e falas, as várias percepções do *viver sobre o lixo*, mobilizadas nessa arena social do risco – representada pelo Pq. Santa Cruz –, acabam convergindo em uma mesma conclusão, independentemente se o ator que nela atua é o antigo técnico da AGEHAB, Diogo Paixão, um morador ou o ex-militante do grupo dos “meninos”, Horácio Antunes. Nas três perspectivas há uma naturalização dos possíveis riscos de moradia no bairro, de modo a impossibilitar a comparação entre a situação do Parque Santa Cruz e aquela do Morro do Bumba, em Niterói-RJ: tanto aqui quanto lá, o risco é pensado pelos entrevistados como uma função da declividade do terreno, e não das omissões do Estado com respeito à habitação da população pobre das cidades.

No caso do Santa Cruz, investigadores, árbitros e defensores dos portadores de risco transformaram-se, direta ou indiretamente, em geradores de risco? Tudo indica que sim se pensarmos, por um lado, na negação das ameaças dos resíduos em decomposição expressa pelo “eu não sei disso” (Diogo) ou, então, na justificativa de que “a gente estava menos preocupado em realçar o perigo do lixo, e mais o direito das pessoas de ficar” (Horácio). E, por outro, nas explicações sobre a geografia do bairro, em que o argumento do ex-gerente de regularização fundiária da AGEHAB coincide com o do ex-agente pastoral: “Quando você faz

menção lá do Morro do Bumba, uma diferença fundamental é que lá [no Pq. Santa Cruz] você tem um terreno plano, muito menos suscetível a desastres daquele tipo” (Horácio, entrevista, 28/12/2010, Goiânia).

Na indefinição do quão seguro é a moradia no antigo lixão, os moradores do Pq. Santa Cruz, por sua vez, corroboram a justificativa dominante:

**Arthur:** *Você acha que é perigoso construir uma casa em cima do lixo?*

**Daiane:** *Em vista do que aconteceu no Rio de Janeiro...*

**A:** *No Morro do Bumba?*

**D:** *É, que veio abaixo. A diferença tá nisso aí, que lá era morro, né, e aqui não. No meu pensar não é tão perigoso assim. A diferença tá nisso, que lá naquele morro era descida. Aqui não. Se fosse que nem no morro lá, com certeza seria bem arriscado* (Daiane, 23 anos, entrevista, 28/09/2011, Goiânia).

Vale destacar nesse momento, que a associação entre temas como risco e moradia pode ser encontrada em contextos etnográficos bem diferentes dos apresentados acima, onde predominam uma população urbana espoliada, vivendo em condições habitacionais precárias. Neste sentido, o trabalho de Rotenberg (1993) sobre a produção de espaços urbanos “purificados” em Viena, Áustria, oferece um ótimo exemplo.

A partir de uma pesquisa de campo sobre a proliferação dos *garden plots* em ambientes residenciais na capital austríaca, o autor analisou como esses espaços expressam a concretização de determinados ideais etnomédicos, que diferenciam os lugares considerados “salubres” daqueles “prejudiciais” à saúde da população de cidades industriais. Em Viena, as narrativas dos diversos *gardeners* (moradores que mantinham um tipo de jardim doméstico) entrevistados definiam a salubridade dos *private gardens* em termos de uma suposta ação terapêutica, capaz de transformar seus proprietários em pessoas mais saudáveis.

[Para cada um deles] The garden was like a fountain of health, somehow. [...] Here the garden life returned to the man a sense of peace. [They] agreed that their gardens were [...] “gardens that make one whole”, filled with health-sustaining qualities of [...] fresh air, sun, suspending of activity, relaxation, unrestricted movement, regeneration and similar praxis] (ROTENBERG, op. cit.: 21).

Porém, a noção de *salubridade* não cria apenas uma qualificação positiva de determinados espaços na cidade, de acordo com a proximidade de suas características físicas com elementos do meio ambiente culturalmente valorizados, tais como “a body of water, a

view of the mountains, [and] the higher elevations [...] of an urban valley” (idem, 1993: 28). No caso dos vienenses, ela extrapola o sentido construído no âmbito dos discursos sobre a natureza para tornar-se o parâmetro da avaliação sociopolítica, econômica e estética dos lugares – sua forma espacial, seus habitantes e as relações afetivas e sociais aí engendradas – da cidade.

Assim, naquelas áreas definidas como *healthful places* irão se concentrar os imóveis mais caros, esteticamente valorizados, bem como os moradores ricos e poderosos. Elas se desenvolverão enquanto enclaves protegidos, cercados, responsáveis por separar e distinguir seus moradores dos pejorativamente chamados *pestilential* (ou *dangerous*) *places*, onde podem ser encontrados os grandes aglomerados urbanos próximos a aterros sanitários, brejos, rios contaminados pelo esgoto doméstico ou de fábricas, e onde estão presentes a população mais pobre e as moradias mais precárias das cidades (ROTENBERG, 1993: 27-28).

Sob a óptica da análise de riscos em espaços urbanos oriundos de uma reapropriação valorativa de áreas públicas, onde fatores como a instabilidade do terreno e das edificações, a inundação de rios, o deslizamento de terra, ou a contaminação do solo por resíduos perigosos, não fazem parte do leque de ameaças aos seus moradores, vale também destacar a etnografia de Moura (2006), na qual a autora problematiza as “fortificações preventivas” – condomínios horizontais fechados – em Goiânia. A motivação desses arranjos espaciais, seguindo padrões de segregação residencial e de sistemas de vigilância, vem da preocupação com um “viver entre muros”, que expressa menos uma necessidade de segurança face à violência urbana, por si só, do que a liberdade de se viver com quem se deseja, evitando assim presenças e contatos indesejáveis (MOURA, 2006: 9).

Em outras palavras, a segurança buscada na aquisição de um imóvel em um condomínio fechado não é uma reação imediata ao medo das ameaças à integridade física, na vida fora dos muros, mas antes, uma resposta ao perigo da perda do status social diferenciado e à incapacidade de fazer distinções claras e visíveis.

[...] a única maneira de assegurar essa clareza é a atribuição de identidades distintas a pessoas que, por passarem a portar tais identidades, passam a ser (aparentemente) facilmente mapeáveis.

Se, para alguns, morar num condomínio é um sinal de ascensão social, para outros o condomínio é um refúgio em um mundo onde não é mais possível identificar quem é quem. O maior perigo, então, passa a ser [...] a “mistura”, responsável por toda a “desordem” do mundo atual (MOURA, op. cit.: 12).

A exemplo dos *gardens plots* vienenses, as fortificações preventivas se transfiguram em ambientes “purificados”, cuja homogeneização de seus moradores advém de um forte controle classificatório que expõe as diferenças entre os indivíduos “de dentro” (residentes) e os “de fora” (possíveis desviantes), consolidando fronteiras tanto materiais quanto simbólicas.

Segundo Moura (2006: 7-8), é preciso considerar aqui que as noções de perigo, realidade e necessidade são socialmente construídas. A proliferação de condomínios horizontais não pode ser tomada como uma reação “necessária” à “realidade perigosa” da violência urbana. Para a pesquisadora, não há correlação direta entre uma cultura do medo – processos simbólicos e narrativas de vitimização – e os “fatos concretos”, pois as informações e estatísticas dadas por peritos em segurança pública fabricam uma confiança em seu saber e, ao mesmo tempo, vendem sentimentos de insegurança através de um lucrativo mercado de vigilância particular.

Neste capítulo, eu busquei analisar as maneiras como as percepções de risco adquirem sentidos diversos, para as diferentes pessoas envolvidas numa arena social do risco, devido a uma série de motivações subjetivas, políticas e culturais. Dentre elas, destacam-se: *i*) as experiências cotidianas de indivíduos e grupos face aos perigos socialmente construídos; *ii*) as relações sociais e afetivas que eles estabelecem no/com o espaço onde vivem; *iii*) as reivindicações pelos direitos à moradia regularizada e aos serviços e equipamentos urbanos básicos – direitos à cidade; *iv*) o papel ambivalente exercido pelo poder público e por grupos políticos locais quanto à definição da “moradia segura”, e *v*) os mecanismos de classificação elaborados pelos moradores de um determinado *lugar*, responsáveis por selecionar os riscos que devem ser priorizados ou minimizados, e por imprimir marcas sociais ora de identidade, ora de diferenciação.

Tais marcas também estão presentes no Parque Santa Cruz? Se sim, por meio de quais categorias elas são expressas? Essas marcas tiveram influência sobre a minha percepção de risco? O próximo capítulo será dedicado à discussão dessas questões. Para isso, conceitos como os de *perigo* (DOUGLAS, 1991; DOUGLAS e WILDAVSKY, 1983), *bairro* e *barrial* (GRAVANO, 2009)<sup>45</sup>, *pedaço* (MAGNANI, 1984 e 1996) e *estranhamento* (DURHAM, 1988; CARDOSO, 1988; MAGNANI, 1984), orientarão as minhas reflexões a seguir.

---

<sup>45</sup> Estes dois conceitos foram definidos anteriormente, na p. 51.

## CAPÍTULO 4

### *MANIPULANDO OS ESTIGMAS*

Antes de dar início à minha pesquisa etnográfica no Parque Santa Cruz, eu imaginava encontrar vários moradores insatisfeitos com o lugar onde vivem, e que esse sentimento fosse, em grande medida, provocado pelos efeitos do lixo em decomposição na saúde da população (devido a uma possível contaminação da água naquela área) e na estrutura de suas casas. Pensei até que os entrevistados manifestariam enfaticamente esses problemas através de suas percepções de risco, de modo que o lixo pudesse ser o principal elemento formador de suas ideias e atitudes relativas a um risco de moradia existente no bairro.

Contudo, ao longo das 26 entrevistas, os moradores foram me apresentando uma imagem diferente do bairro, bem mais complexa do que eu supunha previamente. Sejam os moradores que se estabeleceram no Pq. Santa Cruz após a sua regularização e urbanização, ou, principalmente, os que por lá se fixaram antes de aprovado o loteamento, em 1985, quase todos eles expressaram a sua satisfação em viver num bairro que é “bem localizado” e “perto de tudo”: da escola, de igrejas e supermercados, do local de trabalho, da região central de Goiânia etc.

Uma frase repetida várias vezes, por muitos entrevistados, resumia o seu sentimento em relação à vivência no lugar: “Eu adoro morar aqui!”. Ou, como me respondeu Dora em uma tarde no quintal de sua casa, após eu lhe entregar cópias de duas matérias sobre o bairro, (publicadas num jornal local nos anos 1980<sup>46</sup>) e questionar sobre o porquê do nome ‘Santa Cruz’ dado à *invasão*: “É por causa da nossa luta aqui. Foi muito difícil. Porque cada um tem uma cruz pra carregar”. Luta essa que buscava concretizar a oportunidade única de construção da casa própria e regularizada para, assim, garantir aos filhos um futuro bem diferente daquele pelo qual passaram, com enormes dificuldades e sofrimento, antes de e durante a ocupação do antigo lixão.

*Eu tenho um amor muito grande nisso aqui. Aqui é uma história, assim, uma conquista de muita luta. Então, quando eu ganhei isso aqui, foi uma vitória. Foi um presente maior do mundo que eu tive foi esse lote, sabe? Hoje não tá bom não, mas é meu! Toda madrugada eu gosto de levantar e orar. Eu agradeço muito a Deus e peço que ele cuide de cada um, né, que ajudou a gente. A gente enfrentou a polícia. Meu marido [Diogo] foi preso por isso aqui, menino (Dora, entrevista, 26/01/2011, Goiânia).*

---

<sup>46</sup> A saber: FRANÇA, 1983 e DIÁRIO DA MANHÃ, 1987.

.....

*A gente já sofreu demais nessa vida, viu? Demais. Eu falo que aqui era a terra prometida, que Deus enviou pra gente. Porque aqui eu ingressei na luta, na comunidade, na igreja. Aqui eu aprendi o que é lutar pelos meus direitos. Eu aprendi que sou gente, né. Eu aprendi a valorizar também o meu próximo. Aprendi a servir a Deus. Pra mim foi uma benção. Então hoje, pra falar a verdade, a gente canta vitória, graças a Deus e graças às nossas lutas. Aqui tem tudo que a gente precisa (Arlete, entrevista, 30/09/2011, Goiânia).*

No começo do trabalho de campo minhas perguntas priorizavam, entre outras coisas: os caminhos percorridos pelos moradores mais antigos do bairro, desde a saída da terra natal até a transformação da ocupação em bairro; os contextos e experiências que sugeririam uma habitação urbana altamente espoliativa; suas impressões e reações frente a um cenário delineado por montanhas de lixo a céu aberto; as maneiras como eles lida(ra)m com os danos à estrutura de suas casas e, também, atribuem significados diversos à moradia sobre o lixo e aos possíveis riscos daí derivados. Porém, as narrativas dos moradores iam me indicando que a maior fonte do risco ali percebido atualmente não era o lixo, mas sim, a violência gerada pelo comércio de entorpecentes no bairro, responsável por vários assassinatos de jovens do Pq. Santa Cruz desde o final dos anos 1990.

Eu sempre lhes fazia uma mesma questão: “Se o lixo não é perigoso, então o que mais preocupa as pessoas que moram aqui no bairro?”. As respostas foram unânimes e ditas muitas vezes baixinho, com reservas, acompanhadas por um olhar atento e desconfiado ao redor, para ver se ninguém mais nos observava (*Cuidado!*, eles pareciam me alertar nessas horas): “São as drogas, com certeza”, “É essa matança aí”. É, igualmente, a possibilidade de ver os filhos “mexendo com coisa errada”, ou seja, consumindo ou traficando drogas. A recorrência dessa preocupação em todas as entrevistas exigiu de mim uma ampliação da abordagem às percepções de risco dos moradores. Inevitavelmente, seria preciso captar em suas falas não apenas as histórias a respeito do lixo, mas, também, aquelas que enfatizavam o medo de muitas famílias do Parque Santa Cruz relativo à violência urbana.

Tal medo estaria articulado à construção e seleção de riscos no bairro, de forma que o lixo em decomposição e os efeitos desse processo deixassem de ser considerados como ameaças à comunidade? O depoimento de Ângela foi o primeiro a chamar minha atenção para a necessidade de uma análise mais atenta dessa questão:

**Arthur:** *Esse lixo é perigoso pros moradores?*

**Ângela:** *Eu acho que não, porque eu nunca tive problema nenhum.*

**A:** *Qual é a maior preocupação dos moradores aqui do bairro?*

**Âng.:** *Ô menino, deixa eu te falar. O perigo que você quer saber, você já sabe muito bem. Não precisa d’eu te explicar. Porque todo mundo sabe que não é só num lugar. Você quer dizer isso, né? Agora eu tô criando minhas quatro netas, com fé em Nossa Senhora da Aparecida. Porque eu dou conselho direto: “Minhas filhas, não faça coisa errada. Pelo amor de Deus”. Então, o que eu queria falar não precisa d’eu falar, você já sabe. Dou conselho: “Minhas filhas, as coisas são assim, assim, assim. Não faça coisa errada”. Porque a gente não pode ficar só atrás do filho, só atrás do neto. Não pode! Falo: “Minhas filhas, vocês são ativa. Vocês tão vendo o erro, o perigo, na cara. Vocês caem se quiser. E se cair, fica lá. Criei, criei, tô criando. Não faça coisa errada. Porque se fazer coisa errada, fica lá. Não vem me procurar, não, porque eu não vou dar mais a mão”. Você entendeu? (Entrevista, 22/01/2011, Goiânia).*

Não quero afirmar aqui que os moradores não temem as rachaduras que aparecem e aumentam de tamanho, abalando as paredes e a laje das casas, e nem a possibilidade de uma explosão pelos gases formados no subsolo, ou do contato entre a água potável encanada e o chorume do lixo. Afinal, “é lógico que tem muito mais perigo aonde tem lixo do que aonde não tem” (Luiz). Todavia, ao elaborar conhecimentos e técnicas próprios referentes à construção e manutenção de imóveis num terreno instável, os moradores também desenvolveram a ideia de que o lixo estaria, portanto, controlado.

E a violência, ela é perigosa, pois não pode ser controlada? A resposta pode parecer óbvia, mas é preciso levar em consideração que quase todos os moradores entrevistados, ou seus familiares residentes no bairro, jamais sofreram qualquer tipo de agressão física por parte de usuários e traficantes de drogas. Por que então o destaque constante para os casos de violência, em detrimento dos graves problemas decorrentes da decomposição do material aterrado há mais de três décadas no Parque Santa Cruz?

O conceito de *perigo* deve ser melhor elaborado, pois é preciso compreender que os processos de construção, seleção e aceitabilidade de riscos, também podem ser vistos como uma reação coletiva àquilo que, simbolicamente, ameaça os modos de vida valorizados e estabelecidos nas diferentes formas de organização social (DOUGLAS, 1986 e 1991; DOUGLAS e WILDAVSKY, 1983). Partindo da noção de *impureza*, as interpretações da antropóloga Mary Douglas acerca das prescrições alimentares dos antigos Israelitas e da percepção do risco ambiental nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, trazem uma excelente discussão sobre as motivações culturais para a produção de riscos.

#### 4.1 *Perigo e sociedade*

O que é a impureza? Segundo a concepção ocidental e contemporânea, a ideia de impureza – ou de poluição – está vinculada às práticas de higiene que adotamos a partir de conhecimentos adquiridos com a bacteriologia e a patologia médica. A ausência de poluição para nós, “modernos”, corresponderia então à ausência de germes e bactérias que poderiam causar infecções e inúmeras doenças no organismo humano. Contudo, Mary Douglas observa que nossas concepções sanitárias de pureza são, também, simbólicas, pois as coisas não são impuras em si mesmas, mas antes, são assim classificadas por não estarem no lugar apropriado, o qual foi previamente definido no interior de um sistema cultural que ordena as coisas e as distingue (DOUGLAS, 1991: 49-50).

Por exemplo: mesmo que um sapato esteja limpo, ele será considerado impuro – ou sujo, conforme a perspectiva ocidental – se o colocarmos por cima da mesa onde são servidas as refeições, e não sobre o chão, onde se espera que os sapatos estejam. Ou então: não vemos problema algum se as cinzas de um cigarro são depositadas num cinzeiro, mas se o cabelo de uma pessoa estiver cheio delas, será preciso lavá-lo, do contrário dirão que o cabelo está sujo.

Quando tivermos abstraído a patogenia e a higiene das nossas ideias sobre a impureza, ficaremos com a velha definição nas mãos: *qualquer coisa que não está no seu lugar*. [...] A impureza nunca é um fenômeno único, isolado. *Onde houver impureza, há sistema*. [...] Esta interpretação da impureza conduz-nos diretamente ao domínio simbólico (DOUGLAS, op. cit.: 50; grifos meus).

Entretanto, a definição de impureza está além de uma questão de localização das coisas no interior de um sistema de classificação. Estar “fora de lugar” é, sobretudo, uma ofensa à ordem que identifica os elementos inadequados aos modos de vida mais caros a um modelo sociocultural específico. Sendo assim, impuros são as pessoas, os animais, objetos e atitudes que não estão apenas fora de lugar, mas que *não deveriam* (ênfase moral) permanecer nessa condição. Será preciso então diferenciá-los e separá-los do restante do grupo (DOUGLAS, 1991; WUTHNOW et. al., 1984). Uma vez inserida na dimensão moral e no debate político, constituidores do tipo de sociedade que se deseja ter, a impureza passa a ser perigosa. Vejamos como tal realidade se configura em dois contextos etnográficos bastante distintos, e analisados na perspectiva de Mary Douglas. Eles me ajudarão a refletir sobre os riscos construídos e percebidos no Parque Santa Cruz, mais a frente em meu texto.

Embora o Levítico<sup>47</sup> seja atribuído a Moisés, a sua elaboração se deu por meio de textos escritos por sacerdotes da tribo de Levi, ao longo de vários anos após a libertação do povo de Israel da escravidão no Egito (BÍBLIA, 1990: 116-147). Nele encontramos uma vasta lista de animais classificados pelo simbolismo judaico como impuros, ou abomináveis, sendo então proibidos de servirem como alimento a qualquer membro dessa nação, ou como oferendas em sacrifícios rituais. Contudo, qual o critério adotado pelos israelitas para distinguir os animais puros dos impuros? E mais: qual o fundamento destas abominações?

Por que são o camelo, a lebre e o texugo impuros? Por que serão alguns gafanhotos, mas não todos, impuros? Por que é a rã pura, enquanto o rato e o hipopótamo são impuros? Por que meter no mesmo saco os camaleões, as toupeiras e os crocodilos? [...] Que têm eles em comum? (DOUGLAS, 1991: 57).

Mary Douglas argumenta que para entendermos essas interdições alimentares e rituais, é preciso que voltemos ao Gênesis e à Criação, quando uma primeira classificação aparece com o objetivo de distinguir o universo entre: a terra, as águas e o firmamento. A partir desta tripla distinção, o Levítico estabelece uma seleção das criaturas cujo modo de locomoção deve ser o mais adequado a cada um dos elementos: “Ao firmamento, [são atribuídas] as aves voadoras com duas pernas. À água, os peixes escamosos que nadam com barbatanas. À terra, os animais de quatro patas e que saltam ou caminham” (DOUGLAS, 1991: 72).

Os animais cujos movimentos não obedecem por inteiro a essas regras serão considerados impuros, como é o caso: das enguias, que vivem nas águas, mas não possuem escamas e nem se deslocam por meio de barbatanas, como é *apropriado* aos peixes puros; dos crocodilos, que se rastejam sobre a terra, mas não caminham conforme o *adequado* a um quadrúpede; e daqueles pássaros que, mesmo voadores, ainda nadam ou mergulham muito bem – estes não se conformam estritamente a sua classe. Outros critérios rígidos de separação das criaturas em impuras e puras também aparecem no Levítico. O boi, o cordeiro e a cabra, por exemplo, são puros porque possuem a unha e o pé fendidos, e, ao mesmo tempo, ruminam. Não se pode comer a carne do camelo e nem a do coelho porque, embora ruminem, esses dois animais não possuem as fendas nos pés e na unha. Também é proibido comer a carne do porco, uma vez que apesar de possuir fendas, ele não ruma (idem, 1991: 58).

Ressalto aquilo que foi dito anteriormente a respeito da impureza: ela representa, igualmente, um perigo a um tipo de sociedade coletivamente almejado. Assim, ao comer um

---

<sup>47</sup> Terceiro livro do Antigo Testamento.

animal proibido pela lei, um israelita não estava apenas transgredindo uma espécie de dieta alimentar prescrita pelos sacerdotes. Ele colocava em risco todo um universo regido pelo ideal moral de *santidade* – como Javé, o hebreu deveria ser santo, isto é, ser capaz de “distinguir cuidadosamente as categorias da criação, [...] idear definições justas, [...] de discriminar e de ordenar” (DOUGLAS, op. cit.: 70).

No encontro com os animais e com cada uma das refeições, os israelitas colocavam em evidência o seu próprio cosmos. Este exigia que os membros imperfeitos da criação – seres cujas características físicas eram consideradas indefiníveis ou ambíguas – fossem separados daquilo que ameaça a plena capacidade de realizar distinções claras e visíveis, esperada por todos os membros que almejassem estar próximos à santidade.

E quanto a um caso mais próximo a nós: os Estados Unidos do século XX? Num período abrangendo a década de 1960 e a primeira metade dos anos 1970, os estadunidenses assistiram ao surgimento de inúmeros grupos ambientalistas em todo o país, que identificavam na poluição gerada pelas atividades de usinas nucleares e de indústrias químicas, ou petrolíferas, as principais fontes de perigo ao meio-ambiente. Considerando esse evento, em *Risk and Culture* (1983), Mary Douglas e Aaron Wildavsky buscaram identificar e analisar quais condições sociais específicas estavam articuladas às percepções de risco da população americana, de forma que ela passasse a priorizar, subitamente e amplamente, os riscos ambientais e tecnológicos neste momento de sua história.

[This] book is about why, at this time, [environmental] pollution has been singled out for especial concern. [...] What are Americans afraid of? Nothing much, really, except the food they eat, the water they drink, the air they breathe, the land they live on, and the energy they use. *In the amazingly short space of fifteen or twenty years, confidence about the physical world has turned into doubt.* [...] What could have happened in so short a time to bring forth so severe a reaction? (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1983: 8 e 10; grifos meus).

A produção de energia nuclear, as extrações de petróleo no fundo do mar e a emissão de gases tóxicos pelas indústrias nos EUA, já movimentavam a economia americana em anos anteriores ao espaço de tempo acima considerado. Os seus efeitos altamente poluentes, também. A natureza não estava poluída somente nestes 15 ou 20 anos. Contudo, a ampla preocupação de vários segmentos da sociedade americana com o meio ambiente, se concentrou de forma dramática exatamente naquele período (WUTHNOW et. al., 1984). Para compreender essa situação, Douglas recorre à conclusão tirada de suas reflexões sobre as crenças em poluição (*pollution beliefs* ou *danger beliefs*), desenvolvidas desde *Pureza e*

*Perigo*; a saber: que a investigação dos tipos particulares de perigos, de riscos<sup>48</sup>, definidos e classificados por um determinado grupo social, deve ser feita conjuntamente com a análise dos valores morais ali priorizados.

Segundo Douglas e Wildavsky (1983), os anos 1960 e 1970, particularmente, foram os mais traumáticos para a história dos Estados Unidos no último século. Num curto espaço de tempo, o país assistiu à eclosão de um amplo movimento pelos direitos civis, a inúmeros protestos estudantis, à derrota militar de seu exército na guerra do Vietnã e ao escândalo político no mais alto escalão do poder federal, o caso Watergate, provocando a renúncia do então presidente Richard Nixon. Acrescenta-se a isso o aumento exorbitante do preço do barril de petróleo, que os EUA importavam de países do Oriente Médio. É preciso lembrar ainda que, naquele intervalo de tempo, a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos no mundo, conquistada desde o fim da Segunda Guerra, começou a entrar em declínio (WUTHNOW et. al., op. cit.: 96).

Todos esses acontecimentos desembocaram em uma profunda ameaça ao *American way of life*. Simbolizando um estilo de vida de tradição liberal, “que tem como axioma a autonomia dos indivíduos dotados de vontade e responsabilidade por suas vidas e destinos” (SILVA TELLES, 2009), sua eficácia era ideologicamente garantida pelo imaginário da riqueza e do conforto materiais obtidos pelo trabalho árduo naquela ‘terra das oportunidades’.

A série de crises sociais nos EUA provocou, enfim, um colapso tanto da autoconfiança dos cidadãos quanto do respeito depositado por eles em suas principais instituições. A ciência e a tecnologia começaram a ser duramente criticadas, pois eram agora percebidas como fontes de risco, e não mais como instrumentos institucionais que garantiriam a segurança nacional (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1983). Como a nação reagiu a tudo isso? De acordo com Mary Douglas, a solução encontrada pela população e pelos grupos ambientalistas foi criar um tipo moderno de bode expiatório (*scapegoat*), ao qual seria atribuída a culpa de todos os males que a sociedade era vítima: as indústrias e instituições relacionadas à poluição do meio ambiente.

Portanto, embora a ampla e repentina preocupação dos estadunidenses com os riscos ambientais, nos anos 1960 e 70, fosse expressa através de um medo comum dos possíveis desastres provocados pela interferência tecnológica na natureza, a razão da atenção especial dada a esses perigos estava, na verdade, no medo coletivo em relação ao futuro incerto de um modelo de sociedade (WUTHNOW et. al., 1984: 96) que fundamenta as origens e a manutenção da identidade americana.

---

<sup>48</sup> “[...] the argument of *Purity and Danger* is put into terms of risk” (DOUGLAS, 1996: 4).

#### 4.2 *Violência, medo e estigma*

Em que medida as reflexões acerca das abominações do Levítico e dos riscos ambientais e tecnológicos nos Estados Unidos, podem ser úteis à minha análise dos perigos percebidos pelos entrevistados, a partir de suas experiências de moradia no Parque Santa Cruz? Em primeiro lugar, elas indicam que as percepções de risco não se ligam apenas à realidade material, tangível, da vida cotidiana, expressa seja nas rachaduras de paredes, nos gases poluentes emitidos por indústrias, ou na convivência com animais que se locomovem de forma “inadequada”. Depois, revelam a existência de valores morais compartilhados coletivamente por um grupo, os quais orientam seus membros a lidarem com as relações sociais classificadas como *perigosas* – ou seja, relações que poderão ameaçar seus padrões de vida “digna”, “boa” e “correta” (DOUGLAS, 1986: 82).

É necessário, então, identificar esses valores no contexto de minha pesquisa de campo. Por meio deles, os entrevistados manipulam e classificam tudo aquilo que se pensa sobre e se faz no Pq. Santa Cruz, com o objetivo de afastar pessoas e representações que, de algum modo, “mancham” a identidade assumida pela maioria dos habitantes do bairro.

Como foi dito anteriormente, apesar de muitos moradores do Santa Cruz terem a clareza da interferência do lixo na estrutura de suas casas, ele não é o principal motivo de suas preocupações, até porque (como muitos afirmaram) “se tivesse que acontecer alguma coisa, já teria acontecido”. O medo deles está concentrado na violência gerada pelas drogas. Mas, por outro lado, esse sentimento se mostrou não como uma resposta a uma agressão física da qual foram, de fato, vítimas. Ao tocar neste assunto durante as conversas, os entrevistados me diziam: “Ninguém nunca mexeu comigo”; “Os bandidos daqui não fazem nada contra a gente daqui”; “Eu no meu canto e eles no deles” ou “Aqui é muito tranquilo”.

Procurando entender o medo relacionado às drogas, os moradores me fizeram entrever uma dimensão da violência que se realiza não diretamente nos assassinatos e no uso de entorpecentes centrados no bairro, mas antes, por meio dos estigmas que recaem sobre todos aqueles que vivem no lugar, independentemente se são “pessoas de família”, “moradores de bem” ou “bandidos”. Do ponto de vista dos moradores do Santa Cruz, a discriminação sofrida provém de um olhar duplamente externo: o dos habitantes de bairros vizinhos como o Parque das Laranjeiras, a Chácara do Governador e o Parque Atheneu, e, sobretudo, o da mídia goianiense, que irá reforçar o preconceito (digamos) local e difundi-lo nas outras esferas da vida social dos entrevistados, como o seu ambiente de trabalho ou de lazer. Para as duas

visões, a representação é uma só: o Parque Santa Cruz é um “lugar perigoso, onde ninguém presta”.

*Se você falasse que morava no Santa Cruz, você não arrumava nem emprego. Se falasse, eles dispensavam. Era desse jeito. Teve uma vez que eu arrumei um emprego, comecei a trabalhar. Não tinha falado onde morava, não. Quando eu preenchi a ficha, que eu disse onde morava, no outro dia eles me dispensaram. [... O pessoal dos bairros vizinhos acha que] Todo mundo que mora aqui, não tem ninguém que presta aqui. Todo mundo que mora aqui mexe com droga, é traficante, é bandido, é assaltante, rouba. (Nadir, entrevista, 22/01/2011, Goiânia).*

.....

**Maria:** *Em todos os lugares que a gente vai [há discriminação]. Inclusive, o meu menino. A hora que o patrão soube que ele morava no Santa Cruz, ele falou assim: “Você mora no Santa Cruz?”. Aí pediu ele pra arrumar amigos dele pra trabalhar lá, mas que não fosse do Santa Cruz. Se fosse do Santa Cruz, a pessoa tinha que pegar o endereço de outro lugar. E isso tem o quê? Uns 5 meses, 6 meses, assim. Eu acho que não existe uma discriminação maior do que essa.*

**Sandro (esposo):** *Um dia, ela pegou um taxi na rodoviária. Quando falou que morava aqui, ele [o taxista] deixou ela lá em cima [na entrada da AGECOM, a uns 10 minutos, a pé, de sua casa].*

**M:** *Ele fez um desconto e me deixou lá. Disse que não entrava aqui (Maria e Sandro, entrevista, 26/01/2011, Goiânia).*

.....

**Samuel:** *[Uma vez,] eu fui pra um clube com um amigo da associação que eu participo, dos correios. Aí ele foi apresentar essa pessoa pra mim. Era um capitão lá da polícia militar. Daí meu amigo falou: “Ah, ele trabalha lá na sua região. É capitão da PM”. Aí eu falei: “Ah, legal”. [O policial] falou: “Onde você mora?”. Eu falei: “No Santa Cruz”. Ele falou: “Opa! Então deixa eu te dar uma revista aqui pra ver se você não tem nada”. Eu falei: “Calma rapaz!”. Então, tipo, é brincadeira que é ofensiva, sabe? Antigamente, quando eu era menor, todo mundo chamava o Santa Cruz de Kuwait.*

**Arthur:** *Kuwait? Por causa da Guerra do Golfo?*

**S:** *É. Se você perguntar pras pessoas mais da minha idade: “Ou, onde é que é o Kuwait?”. Aí eles vão falar: “É lá no Santa Cruz”. O pessoal lá da Chácara do Governador falava: “Nossa, você é do Santa Cruz? Vai apanhar, vai apanhar!” (Entrevista, 28/09/2011, Goiânia).*

.....

*O pessoal do Parque das Laranjeiras, por exemplo, eles tinham um preconceito muito grande. Muito grande mesmo, com a gente. Tanto que nem a igreja não se misturava. De jeito nenhum. A nossa igreja não tinha matriz. Aqui a gente é católico, né. Não tinha matriz porque eles não colocavam aqui, o Parque Santa Cruz, como uma comunidade (Márcia, entrevista, 22/01/2011, Goiânia).*

Através de uma pesquisa no sistema de busca dos dois principais jornais diários que circulam em Goiânia – *O Popular*<sup>49</sup> e *Diário da Manhã*<sup>50</sup> –, nota-se como as poucas notícias discutindo o processo de ocupação do bairro, bem como os prejuízos da habitação sobre o lixo, são contrapostas às frequentes matérias sobre a onda de criminalidade que atinge a região sudeste da capital, com uma ênfase especial no Parque Santa Cruz. Tanto os homicídios ligados a dívidas de drogas e à atuação de traficantes nas bocas de fumo, ou em bares, quanto as atividades assistenciais desenvolvidas pela ONG Polivalente São José com os jovens e suas famílias, de maneira a impedir o seu envolvimento no “mundo das drogas”, constroem em boa medida o imaginário dos não moradores com relação ao Santa Cruz.

Eu mesmo me surpreendi uma noite, em minha casa, com o comentário bastante negativo sobre o bairro, feito pelo apresentador de um telejornal local. Na ocasião (19 de julho de 2011), eu assistia ao programa *Goiás Record* (canal 4/Goiânia), quando o jornalista Carlos Magno descreveu a seguinte situação: Um homem e sua companheira foram presos no Parque Santa Cruz pela polícia militar, porque dirigiam uma motocicleta furtada. O dono do veículo o havia estacionado em frente a um bar, localizado na cidade de Aparecida de Goiânia, e deixado a chave na ignição da moto. Eu já ia desligando a TV, pois a notícia não despertava a minha atenção. Mas, não sei por qual motivo, decidi esperar até o fim da reportagem. Depois das imagens gravadas mostrando o repórter, a vítima, os denunciados e os policiais, a figura do apresentador no estúdio voltou a ocupar a tela. Ao invés de passar à próxima matéria, ele se deteve naquele caso e começou a fazer a seguinte consideração: que o Pq. Santa Cruz é um lugar violento desde as suas origens, há uns trinta anos atrás, e por ser um bairro “pequeninho”, talvez isso favorecesse a ação de bandidos. Em sua opinião, deveria haver no Santa Cruz, a exemplo do Rio de Janeiro-RJ, uma espécie de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) para ver se, assim, as autoridades “davam um jeito” no lugar.

Afinal, o imaginário social que categoriza o Parque Santa Cruz como um bairro “perigoso” está totalmente dissociado dos acontecimentos nele presentes? Não haveria uma correlação entre a construção social de seu estigma e, por exemplo, os índices de homicídios registrados ali?

Com base no conjunto de depoimentos colhidos durante o trabalho de campo, eu pude perceber que, na perspectiva dos moradores, a “má fama” (Miguel) do bairro se deve, sobretudo, a uma falta de *conhecimento* sobre a vida cotidiana e as relações sociais mantidas

---

<sup>49</sup> Arquivos do CEDOC/OJC. Acesso em: 11/05/2011.

<sup>50</sup> Disponível na página do jornal na internet: <www.dm.com.br>. Acesso em: 09 e 10/08/2011.

pela maior parte dos moradores daquele lugar. E, também, ao fato de as pessoas “que falam mal” (Lorena) não *frequentarem* o bairro. Comparativamente à pesquisa etnográfica de Setha Low (1999) em duas praças públicas na cidade de San José, Costa Rica, a autora identifica essa mesma percepção a propósito da *Plaza de la Cultura*: para os não usuários, a praça era descrita “as dangerous, frightening, and uncomfortable”. Já os seus usuários cotidianos a consideravam um espaço propício “for sitting, watching, talking – for music, meetings and groups” (LOW, op. cit.: 131).

A diferença das percepções elaboradas sobre um mesmo lugar é, igualmente, discutida por Sally E. Merry (1988) em sua pesquisa num conjunto habitacional multiétnico – *Dover Square*, Boston (EUA) –, onde foram registrados altos índices de criminalidade. Entre os residentes do conjunto há imigrantes chineses, hispânicos e sírio-libaneses, além de estadunidenses brancos e negros. Contudo, embora eles habitem o mesmo espaço geográfico, não há uma rede comum de interações entre os diferentes grupos étnicos. Fronteiras sociais são então estabelecidas, de forma que para os membros de determinado grupo, os do outro permanecem sendo considerados como *estranhos*, imprevisíveis e, portanto, potencialmente perigosos (MERRY, op. cit.).

A essa divisão intergrupar corresponde uma construção de mapas mentais representando as partes seguras e vulneráveis de *Dover Square*, conforme as informações que circulam na mídia, ou entre os amigos e vizinhos, e na própria experiência subjetiva. Naqueles espaços onde os moradores se conhecem, a percepção indica que ali há segurança. Porém, nos locais onde os contatos sociais são precários, não há um controle sobre as identidades alheias, reinando assim um sentimento de insegurança, cuja origem estará no medo do outro que mora “pra lá”, e não “aqui”.

Most people said that their side of the project was safe, but they feared to venture to the other, more dangerous side. Those who lived in the center of the project avoided the edges and those who lived on the periphery regarded the center of the project as a dangerous place to be carefully avoided. The victimization survey revealed *no differences in the rate of robberies on any one side of the project* (idem, 1988: 69-70; grifo meu).

No contexto etnográfico de *Dover Square*, ainda que seus moradores classificassem certas áreas como sendo mais ou menos perigosas, os indicadores obtidos pela pesquisadora revelaram uma homogeneidade na incidência de alguns crimes em todas as partes do conjunto. Agora, considere-se o caso do Parque Santa Cruz. Se tomarmos apenas os índices de homicídios ocorridos no bairro, e compará-los aos de bairros vizinhos, na região sudeste de

Goiânia, veremos as estatísticas confirmarem a percepção “estrangeira” de que o Santa Cruz é, sim, o bairro mais violento daquela redondeza.

Baseio-me aqui nos registros de boletins de ocorrências (BOs) policiais, referentes aos anos de 2006 a 2010, sistematizados pela Diretoria-Geral da Polícia Civil de Goiás e fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás<sup>51</sup>. Eles foram estruturados nas seguintes variáveis: delegacia (em que foi realizado o BO); natureza do crime; mês, ano, logradouro, bairro e cidade onde ocorreu o fato; nome(s) da(s) vítima(s), e histórico (curta narrativa sobre o crime). Os registros contemplam uma ampla gama de atividades criminosas, tais como: furto e roubo a pessoa, residência, estabelecimento comercial ou patrimônio público; uso, porte ou tráfico de entorpecentes; estupro; atentado violento ao pudor; lesão corporal; sequestro etc.

Na tabela abaixo, eu destaco apenas os índices de homicídios dolosos por bairro, ano e população, pois, de acordo com as narrativas dos entrevistados, é entorno dos assassinatos ocorridos no Parque Santa Cruz que se fundamentam as ideias acerca de uma periculosidade generalizada que marca o lugar. Os bairros listados a seguir indicam aqueles constantemente lembrados pelos moradores durante as nossas conversas.

**Número de homicídios dolosos registrados entre os anos 2006 e 2010,  
comparativamente à população de bairros da região sudeste de Goiânia**

Bairros	População	Nº de homicídios dolosos					Total	% <sup>52</sup>
		2006	2007	2008	2009	2010		
Parque Santa Cruz	3.939	4	8	11	4	1	29	51,0
Chácara do Governador	2.090	1	2	1	0	1	5	8,8
Parque das Laranjeiras	4.498	1	0	0	0	0	1	1,8
Parque Atheneu	16.681	2	2	4	3	4	15	26,2
Parque Flamboyant	840	1	4	0	0	0	5	8,7
Conjunto Fabiana	1.636	0	2	0	0	0	2	3,5
Parque Acalanto	1.738	0	0	0	0	0	0	0,0
<b>Total</b>		<b>10</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>57</b>	<b>100,0</b>

Fontes: SSP-GO.  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS, 2009.

<sup>51</sup> Os arquivos digitais contendo esses dados foram fornecidos ao projeto de pesquisa: *Violência Urbana no Estado de Goiás (2006-2009)*, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dalva Maria B. L. Dias de Souza (FCS/UFG). Agradeço a sua gentileza em tê-los disponibilizado, assim como à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Izabela Maria Tamasso (PPGAS/UFG) por sugerir o trabalho com os BOs, na ocasião de minha qualificação.

<sup>52</sup> Porcentual de homicídios em cada bairro, entre os anos 2006 e 2010, relativo ao número total (57) de homicídios registrados nos bairros listados na tabela.

Levando em conta os números de homicídios dolosos entre os bairros indicados na tabela, bem como as outras informações contidas nos BOs, chega-se a um quadro alarmante da violência na região sudeste da capital, cujo foco central é, inegavelmente, o Parque Santa Cruz. Vejamos alguns resultados e considerações. Somente no ano de 2006, 40% dos assassinatos ocorreram no Santa Cruz. Em 2007, aproximadamente 44,4%. No ano de 2008, o pico: 68,75% das mortes. Já em 2009, quase 57,1%. Com relação ao ano de 2010, a menor taxa registrada: 16,7%. Neste intervalo de tempo, o número de homicídios registrados no Pq. Santa Cruz (29) corresponde a cerca de 51% do total (57).

É importante destacar que a população do bairro é a terceira maior do conjunto considerado, sendo inferior apenas à do Parque das Laranjeiras (14,2% menor) e à do Parque Atheneu (423,5% menor). Entretanto, comparativamente a esses dois outros bairros, de 2006 a 2010, os homicídios no Santa Cruz foram 29 vezes superiores ao primeiro e 193,4% maior do que o segundo.

Outras informações importantes: *todas* as mortes registradas no Pq. Santa Cruz foram provocadas por armas de fogo, em circunstâncias nas quais os assassinos efetuaram vários disparos à queima-roupa. Embora a motivação do crime precariamente conste nos BOs, há várias indicações de que as vítimas fossem usuárias e/ou traficantes de drogas (crack, merla e cocaína, por exemplo) na região. Entre os 29 mortos (2006 a 2010), havia 27 homens e apenas 2 mulheres. Os jovens entre 15 e 25 anos foram os mais atingidos: 18 casos. Entre 26 e 43 anos houve 8 mortes, e em três casos a idade da vítima não foi identificada.

Se, ao invés de focarmos nos bairros supracitados, se ampliar as estatísticas de homicídios registrados pela Polícia Civil para toda a cidade de Goiânia, de 2008 até 06/07/2011, veremos que o Parque Santa Cruz é o único da tabela a figurar no *ranking* dos dez bairros “mais perigosos da capital” (ROUTE NEWS, 2011). No “roteiro da morte”<sup>53</sup>, o Santa Cruz ocupa a 10ª posição com vinte casos registrados. Por outro lado, restringindo os dados ao primeiro semestre de 2011, o Pq. Santa Cruz passará a ocupar o 2º lugar desse *ranking*, ao lado dos bairros Jardim Curitiba, Jardim Nova Esperança e Pedro Ludovico, com seis homicídios cada um<sup>54</sup> (idem, 2011).

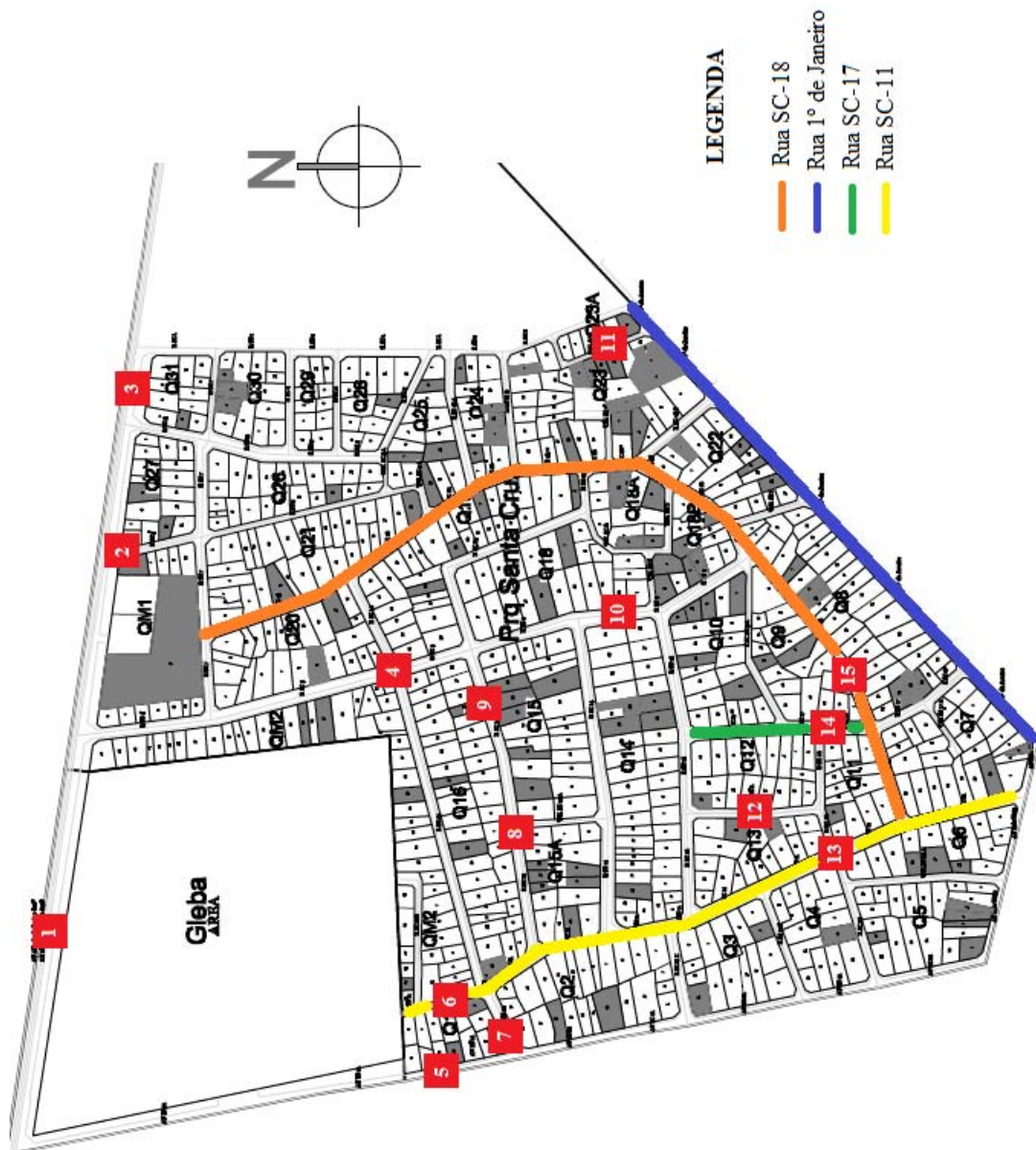
Nos boletins de ocorrência há, em alguns casos, a especificação dos locais onde aconteceram os crimes. Assim, será que é possível visualizar como se distribuem espacialmente os assassinatos no Parque Santa Cruz, entre os anos 2006 e 2010? No mapa

---

<sup>53</sup> Expressão encontrada em ROUTE NEWS, 2011.

<sup>54</sup> Na primeira colocação aparece o bairro Parque Amazônia, na região sul de Goiânia, com 10 mortes.

abaixo, eu destaco por meio de 15 quadrados vermelhos o local (rua, quadra e lote) exato ou aproximado, conforme descrito pela polícia, de 19 mortes registradas no bairro durante aqueles cinco anos. Usarei como base a planta de loteamento obtida junto à Agência Goiana de Habitação (AGEHAB). Ela é a mesma apresentada no capítulo 1, página 20, quando eu me referia ao recente processo de regularização fundiária do Pq. Santa Cruz.



**Mapa 4: Localização dos homicídios registrados no Parque Santa Cruz, entre os anos de 2006 e 2010**

Fonte: AGEHAB (outubro/2010) e SSP-GO.

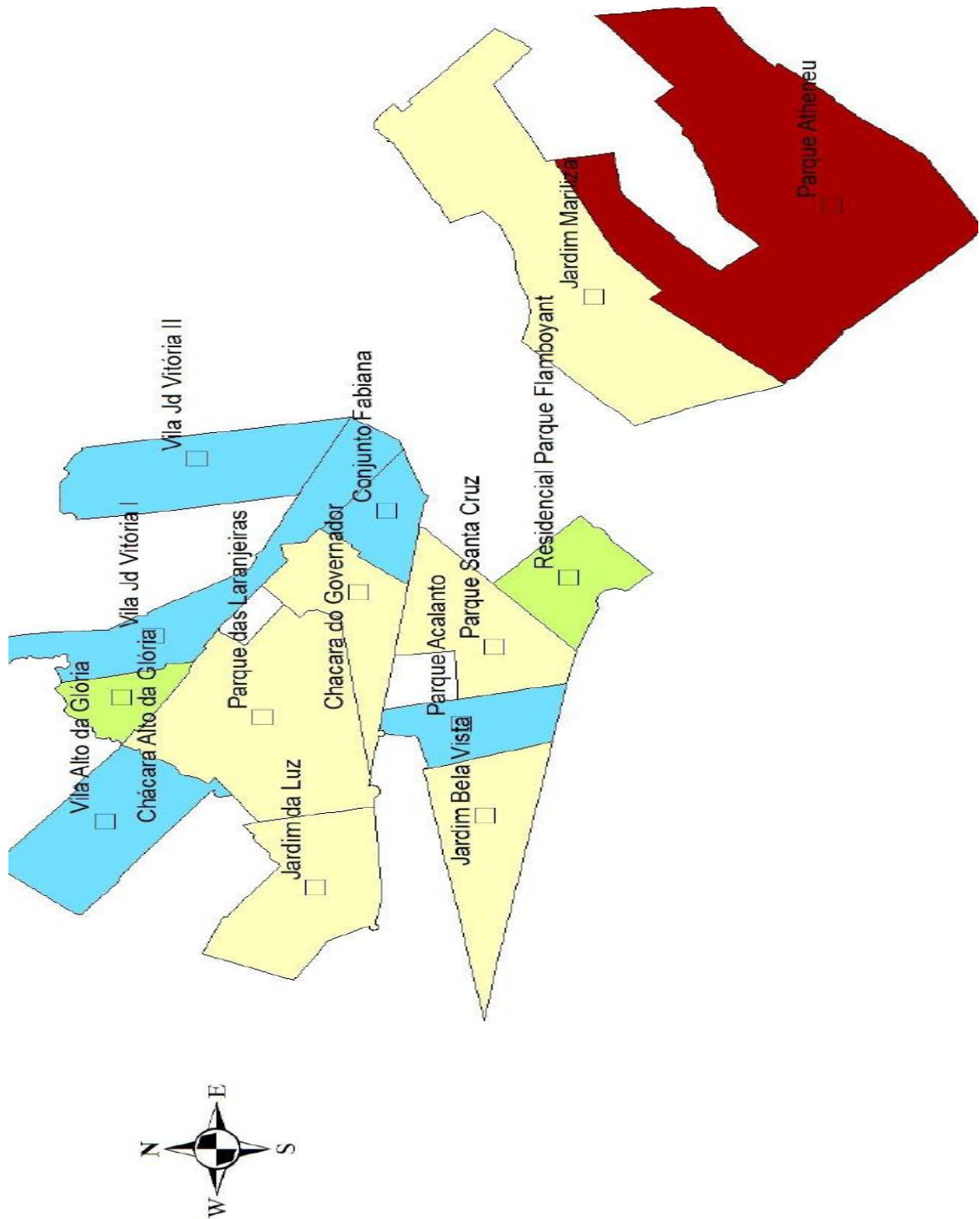
A numeração em branco corresponde aos seguintes logradouros:

- |  |   |
|--|---|
| 1) Avenida Contorno, em frente à portaria da Agência Goiana de Comunicação (AGECOM). | 7) Rua SC-10, entre as quadras 01 e 02. |
| 2) Av. Contorno com a rua SC-05.   | 8) Rua SC-12, quadra 15 lote 34.        |
| 3) Av. Contorno, entre as ruas SC-03 e SC-01.  | 9) Rua SC-12, quadra 16 lote 15.        |
| 4) Rua SC-09 com a SC-10.  | 10) Rua SC-09, Qd. 18 Lt. 23.           |
| 5) Avenida SC-01, quadra 01 lote 11.   | 11) VEL SC-A, Qd. 23 Lt. 15.            |
| 6) Rua SC-11, próximo ao terreno da AGECOM.  | 12) VEL SC-16A.                         |
|  | 13) Rua SC-11 com a SC-26.              |
|  | 14) Rua SC-17, Qd. 11 Lt. 09.           |
|  | 15) Rua SC-18, quadra 09 lote 02.       |

Nos demais casos, os policiais responsáveis pela narrativa do evento indicam apenas o nome da rua onde houve o assassinato, sem especificar a quadra, o lote ou qualquer ponto de referência. Quatro deles se sucederam na rua SC-18 (destacada na cor laranja) – inclusive, um triplo homicídio datado de janeiro/2008 – e outros dois na SC-11 (em amarelo). Há também um caso em algum ponto da rua 1º de Janeiro (azul), um na SC-17 (verde) e dois outros em endereços não definidos.

As altas taxas de crimes registrados no Parque Santa Cruz fazem parte de um aumento da violência urbana em toda a região metropolitana de Goiânia, nos últimos anos, mas, sobretudo, na região sudeste da capital (MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS, 2008: 6-7). Diante dessa situação, o MP-GO através de seu Centro de Apoio Operacional Criminal (CAO Criminal) instaurou, em 2008, um procedimento administrativo que objetiva a redução da criminalidade nos bairros da região (idem, 2008). Naquele ano, foi então elaborado, aprovado e apresentado o Projeto *Parceiros da Paz*, sendo implementado já no início de 2009.

O projeto busca envolver a coparticipação das seguintes instituições: a Secretaria Estadual de Segurança Pública, o Comando-Geral da Polícia Militar, a Diretoria-Geral da Polícia Civil, a Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (DENARC), a Secretaria Estadual de Educação, o Juizado da Vara de Infância e Juventude, a Secretaria Municipal de Esportes, a Secretaria Municipal de Cidadania e Trabalho, as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, além da PUC-GO e do SESI, SEBRAE, SENAC e do SENAR (idem, 2008: 11-15).



**Mapa 5: Distribuição de habitantes nos bairros da região sudeste de Goiânia**

Fonte: Extraído de *Diagnóstico Projeto Parceiros da Paz* – região sudeste de Goiânia (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, 2009:4).

### Legenda

#### População (No. Hab)

<span style="display:inline-block; width:15px; height:15px; background-color:red; border:1px solid black;"></span>	5001 - 16681
<span style="display:inline-block; width:15px; height:15px; background-color:yellow; border:1px solid black;"></span>	2001 - 5000
<span style="display:inline-block; width:15px; height:15px; background-color:cyan; border:1px solid black;"></span>	1001 - 2000
<span style="display:inline-block; width:15px; height:15px; background-color:lightgreen; border:1px solid black;"></span>	0 - 1000

Os coordenadores do projeto levantam algumas hipóteses para explicar o crescimento das ocorrências policiais na área. Tal fenômeno estaria relacionado a cinco situações:

- I. A falta de um policiamento militar ostensivo e de funcionamento regular da Delegacia de Polícia local;
- II. O fechamento das três escolas que funcionavam na Região em tempo integral;
- III. A proliferação de *lan houses*, sem o devido alvará de funcionamento expedido pelo Juizado;
- IV. A falta de opções de atividades saudáveis que ocupem as crianças e adolescentes [como], por exemplo, atividades de lazer e esporte, capacitação profissional, dentre outras;
- V. A estruturação de rede de traficantes na região (MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS, 2008: 8).

Com o *Parceiros da Paz*, o MP-GO visa um estreitamento da comunicação entre a instituição e a população local afetada pela violência, de maneira a dar viabilidade à intervenção e ao acompanhamento dos promotores criminais na execução de políticas de segurança pública voltadas a ela. Em fevereiro de 2009, vinte e quatro moradores dos bairros atingidos pelo projeto foram capacitados para atuarem como articuladores sociais em suas comunidades. Desde então, reuniões públicas são realizadas em cada bairro, contando com a participação de membros das associações de moradores, lideranças políticas e religiosas da região, educadores, jovens e suas famílias, conselheiros tutelares, parlamentares, juízes e promotores<sup>55</sup>.

A primeira reunião aconteceu no centro comunitário Dom Oscar Romero, Parque Santa Cruz, em 11/08/2009. Embora mais de cem pessoas tenham comparecido para o debate, eu penso que uma minoria delas não residia no bairro. Primeiro, porque em novembro/2011, o professor Fausto Miziara (FCS/UFG) – que conhece alguns dos integrantes do projeto – me contou sobre a dificuldade de convencer os moradores de bairros vizinhos ao Santa Cruz a participarem do encontro no local. “Ninguém queria ir para lá”, ele afirmou. Depois, porque os próprios moradores do Pq. Santa Cruz conhecem a desconfiança daqueles de fora com relação ao lugar: “Todos serão bem-vindos. Ninguém precisa ir de colete não, porque não serão recebidos a bala. O lugar é bom, não é o que a mídia diz, [defendeu uma moradora, dias antes da reunião no centro comunitário]”<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> Informação disponível em: <<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/7/noticia/33a5ad1ee1d52b7f4ba6381d07166695.html>>. Acesso em: 02 set. 2011.

<sup>56</sup> Depoimento disponível em: <<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/7/noticia/bc77d8b8dc6bb5d74c9b2c3456fc8e84.html>>. Ver também: <<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/7/noticia/b4de2d9e24a2790211edc4d5b5f6b5c1.html>>. Os dois links foram acessados em: 02 set. 2011.

De acordo com as notícias vinculadas na página do MP-GO na internet, durante as reuniões é aberto aos moradores um espaço de discussão, para que eles possam apresentar os problemas enfrentados no bairro e as cobranças por solução. Tanto no Santa Cruz quanto na Chácara do Governador, onde se deu a segunda reunião em 15/09/2009, parece ter sido massiva a denúncia da ausência do poder público na região sudeste de Goiânia.

Ausência que se expressa na falta de “opções de lazer, [...] quadras e praças de esporte, atividades culturais, emprego, escola integral, [...] oferta de cursos profissionalizantes [e] atendimento psicológico para jovens envolvidos com drogas”. Os participantes ainda reivindicavam “a inclusão de aula de música e de instrumentos musicais na grade curricular, aulas preparatórias para vestibular”, além de criticar as abordagens policiais no interior dos bairros: “Os policiais não respeitam e muitas vezes querem é nos humilhar”, disse uma adolescente. “Não somos respeitados nem na escola. Para eles, menina do Santa Cruz é ‘vagabunda’ e todo garoto um drogado”, afirmou outra<sup>57</sup>.

Na realidade, essas denúncias acabam confirmando os dados contidos no primeiro diagnóstico realizado pelos coordenadores do *Parceiros da Paz* (cf. MINISTÉRIO PÚBLICO, 2009). Se nos limitamos, entre outras coisas, ao levantamento dos serviços e equipamentos públicos e privados disponíveis no Parque Santa Cruz, será possível verificar o esquecimento do bairro pelas autoridades políticas de Estado e município. Por um lado, nenhum projeto de iniciação esportiva, ou voltado à saúde, recreação e ao lazer dos moradores, está sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde ou pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Por outro, não há sequer uma unidade de saúde no bairro, embora haja um Centro de Assistência Integral a Saúde (CAIS) na Chácara do Governador.

O Conselho Tutelar mais próximo está localizado no setor Universitário (região leste). Há um colégio estadual no bairro, que oferece os ensinamentos fundamental, do 5º ao 9º ano, e médio. Para atender os pais com crianças pequenas, foram construídos dois CEMEI (Centro Municipal de Educação Integral) no Parque Atheneu, um no Jardim Mariliza e outro no Jardim Vitória I, um na Chácara do Governador, mas nenhum no Pq. Santa Cruz. As duas unidades de polícia mais próximas estão no Pq. das Laranjeiras e no Pq. Atheneu.

Na falta de políticas públicas que atendam os moradores do Santa Cruz, três entidades filantrópicas, registradas no Conselho Municipal de Assistência Social, atendem a população mais carente do lugar. Todas elas estão ligadas a organizações religiosas com sede no próprio bairro: Polivalente São José (católico), Ministério Filantrópico Terra Fértil (evangélico) e

---

<sup>57</sup> As citações desse parágrafo foram retiradas de: <<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/7/noticia/2d56c08b97e88c99d85bc43f6c494add.html>>. Acesso em: 02 set. 2011.

Obras Sociais da Colônia Espírita Nosso Lar (kardecista). Agora, quanto ao número de bares, o Parque Santa Cruz ocupa a segunda posição entre os bairros da região sudeste, com 18 no total, só perdendo para o Parque Atheneu, com 24 – embora este tenha uma população quase quatro vezes superior a do primeiro.

Em um contexto urbano marcado pelos elevados índices de assassinatos associados à ineficiência do Estado, não é difícil identificarmos quais fatores provocam a percepção do Pq. Santa Cruz como um “lugar perigoso”. Se, como defendem os entrevistados, a violência atinge apenas uma minoria que “faz coisa errada”, talvez, para o olhar externo, a falta de proteção da população do bairro, pelo poder público, daria margem à formação de um local propício ao crime e aos criminosos. Mas essa relação causal também é destacada pelos próprios moradores, os quais veem na escassez de alternativas sociais e de atividades complementares à escola, o risco do *envolvimento* de crianças e adolescentes com aquelas pessoas, relações sociais e destinos ligados aos homicídios no bairro.

Ao mesmo tempo, na perspectiva do morador do Parque Santa Cruz, a existência da criminalidade no bairro não afeta a autoimagem valorativa, atribuída à maioria das pessoas que lá vivem.

*Muitas vezes, o que sai daqui são só notícias ruins, sabe? O que realmente tem: tráfico, violência, prostituição. Mas aqui, também, tem um movimento de pessoas anônimas, como se fossem formigas. Se você sair seis horas da manhã, você vai ver os pontos de ônibus, que tão em volta aqui, tudo lotado de gente que vai trabalhar. Então, essas pessoas não são notícia aqui, sabe? Essas pessoas vão trabalhar, tão na luta do dia-a-dia, tão indo pra faculdade, chegam onze horas da noite, mas eles não são notícia. Eles não dão ibope, não dão mídia pra ninguém (Samuel, entrevista, 28/09/2011, Goiânia).*

Samuel foi um dos últimos moradores de quem me aproximei durante o trabalho de campo. Eu não cheguei até ele pela indicação de outro entrevistado, mas sim, através de uma filmagem postada por ele mesmo no *YouTube*, em 18/05/2011. Em setembro daquele ano, fiz uma busca na internet utilizando a palavra-chave: “Pq. Sta. Cruz”. Encontrei assim o vídeo de uma pessoa que, enquanto dirigia, filmava com uma câmera digital na mão esquerda as casas e as ruas – com poças d’água formadas por uma chuva recente – de seu bairro, sob o lusco-fusco das primeiras horas da manhã<sup>58</sup>. Pelas imagens é possível ver o carro de Samuel subir a rua SC-18 (sentido sul-norte) até a “praça da feirinha”, depois, virar à direita na SC-07 e, por fim, mais uma vez à direita, na rua SC-01, até o portão de sua casa.

---

<sup>58</sup> Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=iRv6ZeYhuM8>>. Acesso em: 15 set. 2011.

Abaixo do vídeo, ele escrevera a seguinte mensagem: “Uma visão particular e crítica (ao som de LOS HERMANOS<sup>59</sup>) de um lugar contraditório, por ser assustador de longe, e encantador pra quem conhece sua alma... SANTA CRUZ!!!”. O meu interesse em conhecê-lo foi imediato. Alguns dias mais tarde, eu já estava batendo em seu portão. Logo me deparei com um rapaz nascido e criado no bairro, cuja reflexão acerca dos problemas e preconceitos enfrentados pelos moradores de lá, e, igualmente, de seu “comodismo”, é muito clara. Para Samuel, o não engajamento dos moradores na busca por benefícios coletivos para o bairro, era resultado tanto de uma falta de apego e identificação com o Pq. Santa Cruz, quanto de uma baixa autoestima, advindas quando se assume que “aqui é um lugar ruim”.

Na contramão do comodismo percebido, há vários anos ele trabalha como monitor e organizador nas *Colônias de Férias* realizadas pelo Polivalente São José, no período das férias escolares de julho. Durante duas semanas, crianças e adolescentes do bairro, com idade entre cinco e treze anos, são reunidas no pátio do Colégio Estadual Parque Santa Cruz e convidadas a criar e participar de atividades artísticas, tais como: teatro, música e dança. Além disso, em dias alternados, elas têm a oportunidade de ir a um clube da cidade e ao cinema.

Apesar de seu empenho para que a realidade social do Santa Cruz se modifique, assim como a “má reputação” do lugar, Samuel não está livre das ocasiões em que, como qualquer outro morador do bairro, se vê impelido a manipular a sua “identidade deteriorada”, ou melhor, seus estigmas (GOFFMAN, 1982). Uma característica sociológica comum prevalece entre os estigmatizados:

[...] um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um *estigma*, uma característica diferente da que havíamos previsto (idem, 1982: 14; grifo meu).

No caso em questão, esse traço distintivo se caracteriza pelo residir no Parque Santa Cruz, o que simboliza – segundo o estereótipo definido pelos moradores vizinhos ao bairro ou pela mídia – portar o papel de criminoso em potencial. Assim, se num primeiro momento a condição de ‘morador do Pq. Santa Cruz’ não é previamente conhecida (ou não é imediatamente evidente) por aqueles com quem se mantém contato, então a manipulação da própria identidade terá como objetivo *encobrir* o vínculo com o bairro e seus habitantes, pois

---

<sup>59</sup> Uma banda brasileira de rock.

é necessário não perder uma chance de trabalho, a vaga já conquistada, o afeto de um recém-conhecido e, enfim, o respeito da outra pessoa. A ideia é manter o seu *status* de sujeito *desacreditável* (GOFFMAN, op. cit.), de forma a impedir que o estigma quebre a estrutura da interação caso ele seja revelado.

**Samuel:** *Eu fiz parte de uma banda marcial, né. E eu fui tocar na banda do colégio Hugo de Carvalho Ramos. Aí sempre rolava de alguém perguntar onde você mora. Aí, eu até às vezes falava que morava no Parque Atheneu, né, pra não ficar dando tanta explicação de que eu não era bandido. Mas toda vez que eu falava: “Moro no Santa Cruz”, [os outros diziam:] “Nossa, mas lá só tem bandido, só tem morte. Como é que você tem coragem, como é que você dá conta?”*

**Arthur:** *Teve alguma outra vez que você deixou de falar onde morava, pra que isso não te causasse constrangimento?*

**S:** *Já, várias vezes. Assim, pra evitar ficar explicando, falando, sabe? Inclusive, assim, quando você vai arrumar uma namorada e aí tá conhecendo a primeira vez. Sei lá, porque as pessoas têm esse negócio. Tipo, você não conhece a pessoa, não sabe como que ela vai achar, quais são os princípios dela. Eu conheço muita gente boa que não tá nem aí pra nada, assim, só importa a pessoa. [Mas,] Muitas vezes, se você acha uma pessoa interessante, você tem que ir meio que **moldando a sua imagem**, né, pra chegar. Então, às vezes é **necessário mentir pra depois você arrumar** (Entrevista, 28/09/2011, Goiânia).*

Ao mesmo tempo, a minha presença em campo, abordando o morador e lhe fazendo perguntas que, inevitavelmente, tocam em questões relativas aos homicídios gerados pelo uso e tráfico de drogas no bairro, acaba modificando os seus planos de ação voltados à manipulação das informações sobre si mesmo. Diante dos entrevistados, eu não era apenas um estranho que desconhecia onde eles viviam e, portanto, não os julgava conforme o imaginário social que a sua condição de moradia pode suscitar. Enquanto alguém interessado em investigar a percepção dos moradores com relação à violência no Santa Cruz, indiretamente eu me apresentei a eles como uma pessoa que conhecia e poderia revelar o seu estigma.

Logo, na perspectiva dos entrevistados, talvez eles considerassem que eu os via como sujeitos *desacreditados* (GOFFMAN, 1982), e não mais como desacreditáveis. Por meio de seus depoimentos, seria preciso então restringir uma possível tensão gerada pela exibição do estigma, com o objetivo de desviar e *acobertar* (idem, 1982: 113-115) a minha atenção sobre ele. Na contingência de uma entrevista com o gravador ligado, eu notei que os moradores procuraram elaborar certas representações do lugar onde vivem, para que o seu atributo desqualificador não se tornasse o centro das informações sobre suas identidades.

Através de quais representações esse “moldar a imagem” de si e, imediatamente, a do bairro, foi expresso nas falas que registrei no Pq. Santa Cruz?

Segundo uma delas, a violência e as drogas não estão apenas no bairro, mas, antes, “estão em todo lugar”. Amplia-se, pois, essa realidade a todas as regiões de Goiânia e a outros municípios goianos, ou brasileiros, de maneira a concluir que “o problema não está só aqui”. Porém, a generalização da vulnerabilidade a que as populações urbanas, sobretudo as pobres, estão submetidas, produzida em reação à própria condição de morador do Santa Cruz, não se dá através de uma visão relativista. Ao diluir o próprio estigma, os entrevistados acabam apontando os lugares onde ele “realmente” deveria estar.

Assim, se de um lado se diz lá na Chácara do Governador que, no Parque Santa Cruz, “[o povo] matava dois e deixava três amarrados pro outro dia” (Miguel), para Nadir: “todos os bandidos já vazaram daqui. Eles já estão mais pro lado de Aparecida [de Goiânia]. Lá morre gente pro lado do vento”. Outro exemplo é Lorena. Apesar de não conseguir dormir por três dias consecutivos quando se mudou para o bairro, em 2003, devido ao medo que sentiu após seis assassinatos numa mesma semana, no seu ponto de vista: “Quem já ouviu falar em Santa Cruz, acha que [aqui] é praticamente a favela da Rocinha, [ou] o Morro do Alemão. Mas [aqui] é muito tranquilo”. Será que, em uma situação totalmente hipotética, um morador dessas comunidades cariocas poderia garantir com firmeza a outro pesquisador: “Pra quem acha que conhece a Rocinha/o Morro do Alemão, ela/ele é praticamente o Parque Santa Cruz. Mas aqui é muito tranquilo”?

A estigmatização do outro, todavia, não anula a gravidade dos vários homicídios registrados no bairro, como se pôde verificar na tabela e nas páginas anteriores. Se não basta dizer que o Santa Cruz está menos violento de uns anos pra cá, como me asseguraram muitos entrevistados, ou imaginar que os problemas derivados do comércio de entorpecentes estejam mais “pra lá” e muito pouco “aqui”, é preciso então dar diferentes sentidos às causas da má fama do lugar.

Daí a importância de resgatar nesse instante a noção de *lo barrial* (cf. GRAVANO, 2009), destacada no final do capítulo 2. Assim como o conceito de lugar, com seu duplo aspecto: ser socialmente produzido e construído (LOW, 1999)<sup>60</sup>, *lo barrial* contempla tanto uma dimensão material, cujo referente se encontra no espaço físico daquela parte da cidade conhecida como bairro, quanto uma dimensão simbólica, definida por um conjunto de valores morais compartilhados pelos moradores ao longo das experiências acumuladas no lugar. Dessa forma, podemos considerar que “[en] principio, no todo lo que se lleva a cabo dentro de

---

<sup>60</sup> Ver p. 49-51 desta dissertação.

un barrio cabe dentro de la categorización de práctica barrial, sino sólo aquello que se vincula con los valores de lo barrial” (GRAVANO, op. cit.: 237).

Tais valores aparecem no discurso das pessoas através de um conjunto de expressões e adjetivos, que indicam uma idealidade das relações sociais a serem construídas e mantidas no bairro onde se deseja viver. Do mesmo modo, os moradores entrevistados destacaram o quanto o Parque Santa Cruz é um bairro “tranquilo”, “família”, “onde todo mundo se conhece”, “de pessoas pobres, mas solidárias e honestas” etc. Todos esses valores morais vão, então, dar sentido e fundamento a uma identidade manifesta inúmeras vezes nos depoimentos, sempre quando o assunto drogas entrava em cena: a de “trabalhador”.

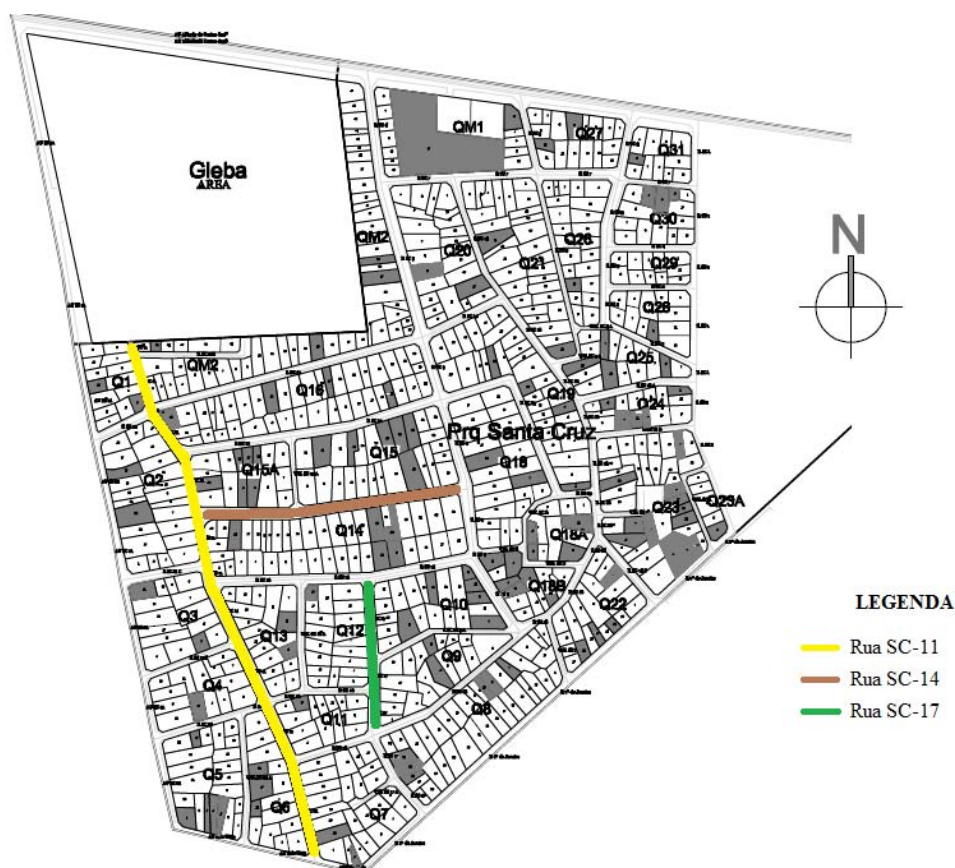
Na dimensão de *lo barrial*, os riscos podem estar associados aos indivíduos e às práticas e circunstâncias que, simbolicamente (sem ter havido qualquer atrito físico anterior), ameaçam os projetos e a imagem do “cidadão de bem”. Ao contrário do julgamento midiático e dos moradores de bairros vizinhos, responsável por “misturar” todo mundo, os entrevistados vão construir suas identidades em oposição à do “outro perigoso”: o “bandido”, “malandro” ou “mala” (ver ZALUAR, 2002: 13, 87-89 e 167-168, a propósito de Cidade de Deus). Num primeiro instante, a distinção entre as duas identidades é tão forte que se joga a origem da violência para fora dos limites espaciais do Santa Cruz: “Quando acontece [uma morte], pode saber que [o assassino] vem de fora” (Arlete), “É o traficante de outro bairro que entra e mata, por conta de rixa ou de dívida [de droga]” (Daiane).

Por outro lado, os assassinatos não ocorrem, sobretudo, porque, entre os moradores do bairro, há aqueles que traficam e/ou consomem drogas? Isto é, entre os bandidos não há os que *son de acá*<sup>61</sup>? Com referência ao bairro enquanto unidade territorial, de fato existem os malandros *de acá*, pois é no Parque Santa Cruz onde alguns deles residem e se ocupam em suas atividades – organizadas em casas funcionando como bocas-de-fumo. Por sua causa o bairro passa a ser percebido como um lugar “manchado”, apesar das tentativas dos entrevistados de definir e identificar as partes mais manchadas<sup>62</sup>: “são as áreas mais perigosas” (Darci); “lá as casinhas são mais fraquinhas, com as condições muito precárias pra morar” (Arlete); “onde rolava muito tráfico de droga [e] aquelas *blitz* forte da polícia” (Samuel); “mais pra lá, [onde] o povo usa... usava muita droga” (Jonas).

---

<sup>61</sup> Expressão de GRAVANO (2009).

<sup>62</sup> Valho-me aqui da noção de *mancha* elaborada e verbalizada pelos próprios moradores entrevistados, e não daquela definida em MAGNANI (1996): “São as *manchas* áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando-se – uma atividade ou prática predominante” (p. 40).



**Mapa 6: “Manchas” do Parque Santa Cruz**

Fonte: planta de loteamento cedida pela AGEHAB (outubro/2010).

Mesmo sendo possível visualizar no **mapa 4** (p. 96) que os locais das mortes no Pq. Santa Cruz, entre os anos 2006 e 2010, se distribuem espacialmente por todo o território do bairro, na percepção dos moradores entrevistados as manchas do bairro estão sempre “mais pra baixo” – em relação à localização de sua casa. Suas referências são as ruas SC-11 (em amarelo), SC-14 (marrom) e SC-17 (verde), conforme destacadas na imagem acima. Uma divisão interna ao bairro é daí estabelecida, pois “pra cima” estaria a parte mais tranquila do Santa Cruz, onde as casas são pensadas como sendo melhor estruturadas, e se pode caminhar sem medo à noite.

Mas é necessário lembrar que, para os entrevistados, os bandidos e as vítimas dos homicídios fazem/fizeram “coisa errada”. E os resultados dessa ação repercutem mal na (boa) imagem do trabalhador e de seu lugar de moradia. Por isso os “bandidos”, relativamente ao *barrial*, serem considerados, também, personagens que *non son de acá*. Expulsa-se assim esse tipo de (mau) morador do paradigma *de lo barrial* (GRAVANO, op. cit.: 143-144, 235-236),

tornando-o um outro “de fora”, perigoso e, logo, estigmatizado pelos próprios moradores do Santa Cruz.

Para se distinguir efetivamente do “malandro”, porém, não basta apenas que o morador “trabalhador” demonstre a existência de uma diferenciação entre os dois, no plano do discurso. Existe ainda todo um conjunto de atitudes e atributos que devem ser acionados pelo último, de maneira a garantir, na prática, a separação entre eles no cotidiano do Pq. Santa Cruz. Essas maneiras de se comportar, segundo a identidade *barrial*, possibilitam ao morador uma margem de controle sobre os riscos relacionados à violência no bairro. É como se fosse possível não ser afetado por ela apesar da má fama do lugar. A eficácia dos cuidados tomados pelo morador “de bem” seria, enfim, comprovada pelo seu contentamento de nunca ter sido abordado por uma polícia que, confundindo-o com um bandido, poderia desmoralizá-lo e humilhá-lo.

*Até hoje tem gente que tem medo de vim morar aqui no Parque Santa Cruz, por causa do comentário [ruim]. Mas, alguém que eu ver falar do Santa Cruz, negócio de morar, eu incentivo a pessoa. Porque não tem problema, desde que ele não vai mexer com droga. Desde que ele seja uma pessoa que trabalha, vai zelar da sua família. Não fica andando aí, meia-noite, de bar em bar. Não mexe com droga. Então, essa pessoa pode vim morar aqui que não tem perigo. Porque, se fosse assim, já tinha acontecido alguma coisa comigo. Eu vou pro meu trabalho. Dá a noite, eu vou dormir. Eu não bebo, eu não jogo. Eu não vou pra bar. Eu não fico nas esquinas aí. Polícia nunca garrou a mão em mim, nunca pôs eu na parede. Nunca deu busca em mim, nem aqui em Goiânia, nem lugar nenhum. Eu ando pra riba e pra baixo aí. Aqui, eu estou acostumado ver nêgo com a mão na parede, aí. E eu não. Mas, por quê? Porque eu não fico lá na esquina, conversando. Eu não ando mal vestido. Só pelo meu ritmo de vestuário, eles [os policiais] sabem que eu não sou malandro. Eu sentei aqui, igual você viu. Eu fico aqui, ninguém mexe comigo. Porque eu não tô mexendo com a vida de ninguém (Jonas, entrevista, 05/03/2011, Goiânia).*

.....

*Eu acho, assim, que a preocupação maior seria ter um bairro livre. Não ter esses drogados, essas coisas, né. [...] E acho também o seguinte: a segurança. Nós temos autoridade que ela vem. Mas ela vem e, muitas vezes, atrapalha! Chega, desmoraliza a pessoa. Chuta, bate. Não sabe chegar, identificar as pessoas. Pode ser um cidadão de bem, um trabalhador (Diogo, entrevista, 22/01/2011, Goiânia).*

.....

**Adélia (mãe):** *O problema aqui é a ação da polícia. Porque eles chegam e não querem nem saber. Já vão encostando, já vão dando ‘baculejo’. A humilhação. Eu acho que não é por aí. Eu acho que a polícia tem a obrigação de olhar e ver a aparência da pessoa, pra saber.*

**Lorena (filha):** *Mas eu até entendo a ação da polícia. Porque ninguém nasce com uma estrela na testa. Então, [os policiais] já estão tão malandros, que eles já sabem como é que é a aparência de uma pessoa que mexe com droga. [...] Eles já conhecem quem é e quem não é (Entrevista, 26/01/2011, Goiânia).*

Apesar dos elevados índices de homicídios com arma de fogo já registrados no Parque Santa Cruz, a separação realizada entre as identidades de trabalhador e bandido consegue, assim, transformar o bairro em um lugar “sossegado”, sob a óptica dos valores *de lo barrial*. Como conclui o antropólogo argentino Ariel Gravano a respeito de sua pesquisa em Lugano, um bairro de Buenos Aires:

Esta tranquilidad se asocia sólo a lo barrial, ya que dentro del barrio, y sin plantear contradicción alguna, se incluyen los balazos, la droga (asociada a balazos), [...] los robos. [...] *La tranquilidad del barrio*, entonces, incluye la violencia de [...] la droga (GRAVANO, 2009: 160-161; grifos meus).

As ideias do morador “de bem” a respeito do “malandro” do Santa Cruz, entretanto, não se constituem a partir de uma rigidez classificatória que impede qualquer tipo de proximidade ou, até mesmo, afetividade entre os dois. É certo que o estigma carregado pelo segundo contamina, por ser contagioso (GOFFMAN, 1982: 39-40), a identidade do primeiro, simplesmente porque ambos vivem no mesmo bairro. Mas suas relações “mostram-se muito mais complexas e ambíguas, tanto no plano das representações que a atividade criminosa tem para os trabalhadores, como no plano das práticas efetivas desenvolvidas entre eles” (ZALUAR, 2002: 132).

Afinal, muitos dos bandidos de hoje nasceram no Parque Santa Cruz. Quando eram crianças e adolescentes, brincavam com os filhos de outros moradores – inclusive de alguns dos entrevistados – nas ruas do bairro, crescendo junto a eles ou, talvez, estudando na mesma escola. Seus familiares mantêm vínculos de amizade e vizinhança no lugar. Esses bandidos têm rosto, nome e são filhos de alguém “que mora(va) logo ali”. Portanto, eles são pessoas reconhecidas e, apesar de sua imagem negativada, também pertencem ao *pedaço*.

Não basta [...] morar perto ou frequentar com certa assiduidade esses lugares: para ser do “pedaço” é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de [coleguismo,] parentesco, vizinhança e procedência. [...] é principalmente o lugar de moradia que concentra as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras, que [constitui] a base da particular identidade produzida no pedaço (MAGNANI, 1984: 137-138).

Os bandidos do pedaço impedem que os de fora, “realmente perigosos”, entrem no bairro para matar, assaltar ou violentar as famílias de trabalhadores. Na falta de um amparo policial efetivo, que respeite o morador, e de políticas públicas voltadas à população do Pq. Santa Cruz, o “malandro” do lugar é percebido como o principal defensor dos moradores.

Mas para que essa proteção aconteça, os moradores, por sua vez, devem cumprir certas regras de cumplicidade e reciprocidade, garantindo assim o anonimato dos autores de atividades ilícitas praticadas no bairro. Os entrevistados me contaram que a estratégia é não interferir na vida de usuários e traficantes de drogas. Por outro lado, deve-se evitar a completa indiferença – a partir da troca de cumprimentos, acenos, algumas poucas palavras ou, se for o caso, de uma companhia momentânea. Enfim, é preciso tratar “eles bem, porque eu tenho filhos dentro de casa” (Adélia).

**Daiane:** *A gente tem intimidade com todo mundo aqui. Todo mundo conhece todo mundo. Nunca ouvi falar do assaltante daqui do bairro vim assaltar o próprio morador.*

**Darci:** *Se assaltar, é pessoa de fora.*

**Daiane:** *Eles [os “malas”] não aceitam uma pessoa de fora vim mexer com mulher daqui. Eles não aceitam que traficante de fora entre na casa dos outros pra poder estuprar, ou pra roubar, matar. Mas, mexeu com eles, também não aceitam, não. Você não mexendo com a vida deles, tudo bem. Você anda aqui pra cima e pra baixo, eles não mexem com você. Muitos traficantes que morreram aqui, eu conheci. A gente conversava com eles direto: Leléu, Galinha, todos. Vamos supor que passa uma viatura aqui. Pra quê que eu tenho que entregar eles, né? Eu acho que não é porque eles são o que são, que a pessoa tem que ir lá e entregar. Eu já vi caso, aqui dentro, de morador entregar eles e, realmente, eles ir lá e fazer [obs.: se vingar de quem os denunciou]. Então, assim, é uma coisa deles, é problema deles. A pessoa não tem que ir lá, correr e denunciar, não.*

**Darci:** *Já aconteceu d’eu vir umas onze, meia-noite, da rua e uns colegas meus descerem comigo. E é mala, é usuário. Desceu comigo pra me proteger até chegar em casa, entendeu? (Entrevista, 28/09/2011, Goiânia).*

#### 4.3 O lixo e o passado ainda dão as caras

Eu me detive até agora àqueles estigmas relacionados, diretamente, ao grande número de homicídios no Pq. Santa Cruz. Entretanto, o imaginário social, responsável por confundir “trabalhadores” e “bandidos” numa só pessoa, toma como seu referente apenas a violência resultante do uso e tráfico de drogas no bairro? Outros fatores não exercem influência na determinação (externa) do Santa Cruz como um “lugar de gente perigosa”? Durante um certo tempo, essas questões não foram por mim contempladas com a merecida atenção. Mas aos poucos, voltando e me atendo àquilo que era dito sutilmente, de passagem, pelos entrevistados, concluí que respondê-las seria, antes de tudo, refletir sobre a minha própria percepção de risco. Não se podia ignorar aquilo que, no capítulo anterior – quando o meu foco se concentrava nas discussões acerca da polissemia da noção de *risco* –, eu mesmo admiti

como sendo verdadeiro: a definição, seleção e aceitabilidade de riscos escapam a qualquer tentativa de construção livre de motivações subjetivas e políticas.

Nas diversas histórias registradas no Parque Santa Cruz, os entrevistados iam me revelando contextos de vida urbana altamente espoliativa. A ausência de alternativas habitacionais e, também, de garantias sociais e financeiras, havia levado muitos deles a ocupar o lixão e lá permanecerem, apesar de todos os incômodos que o lixo em decomposição provocava e das tentativas de remoção da população, incentivadas por autoridades públicas. A regularização fundiária da ocupação apenas amenizou um primeiro obstáculo enfrentado pelos seus moradores. Eles ainda tinham que conviver com rachaduras nas paredes de diversos imóveis; com uma possível contaminação da água encanada pelos resíduos aterrados; com o medo das drogas, ameaçando o tempo todo “envolver” seus familiares, e com o preconceito dos habitantes de bairros vizinhos e da mídia goianiense. Essa realidade cotidiana repercute de tal maneira, que os moradores do Pq. Santa Cruz se veem forçados à difícil e, muitas vezes, humilhante, manipulação da “identidade deteriorada” (cf. GOFFMAN, 1982) em diferentes circunstâncias de sua vida social.

Como não se sensibilizar com as carências, os desejos e as reivindicações dos entrevistados, e não querer se transformar num “porta-voz” (CARDOSO, 1988: 95) da comunidade? O certo é que havia um estranhamento de ambas as partes, centrado em minha figura enquanto um estranho no *pedaço*. Conforme comentou Dora, antes de começar a entrevista: “Eu vi você passando, de um lado pro outro, na frente da minha casa. Fiquei pensando: ‘O quê esse rapaz tá querendo?’”. Além disso, eu era alguém que não compartilhava das “condições de existência [dos moradores do Parque Santa Cruz] – de sua pobreza [e] de suas dificuldades concretas em garantir a sobrevivência cotidiana” (DURHAM, 1988: 26). Sabe-se que apesar dessa distância, ela não impede a identificação do pesquisador com os anseios e verdades do grupo estudado. Todavia, o processo de aproximação com o sujeito da pesquisa pode gerar uma armadilha metodológica (cf. DURHAM, op. cit.; CARDOSO, op. cit.), a qual, até certo momento, eu não conseguia visualizar e, portanto, evitar.

Faz-se necessário [...] manter, de alguma forma, esta situação de “estranhamento”, pois à medida que o desconhecido vai se tornando familiar, corre-se o risco de prestar atenção apenas a questões supostamente mais importantes (MAGNANI, 1984: 10).

Familiarizado com a evidente preocupação dos entrevistados a respeito do comércio de entorpecentes e dos assassinatos no Pq. Santa Cruz, eu comecei a perceber os riscos

ligados ao lixo em decomposição como um problema menor, quando comparado à violência no bairro. De tal forma a afirmar, no meu diário de campo, que: *Os moradores minimizam ou, mesmo, ignoram uma provável contaminação da água e do solo e, também, os problemas na estrutura de suas casas. Pois, como pode ser o lixo “perigoso”, se foi através dele que muitos conquistaram seus direitos à cidade de Goiânia? O risco estaria, então, nas relações sociais que ameaçam seus ideais de vida digna e correta, construídos pelos moradores durante sua difícil trajetória até o/no Santa Cruz.*

Esta consideração preliminar não estava totalmente incorreta, porque ela é um produto de minha convivência com os entrevistados e dos depoimentos apresentados até aqui. Porém, o lixo se mostrou perigoso por outros caminhos, e sempre associado a duas outras características do Parque Santa Cruz: ser um bairro pobre, cujas origens retratam o passado de um espaço urbano que já foi uma *invasão* ou, nos termos do não morador, uma favela<sup>63</sup>.

Anteriormente ao trabalho de campo no bairro, meu conhecimento sobre o processo de ocupação do Santa Cruz era baseado, somente, numa matéria de jornal (MARCOS, 2010) e no depoimento do professor Horácio Antunes (em 28/12/2010), que havia vivido quase dois anos por lá, no início dos anos 1980. Mas a informação de que o lugar fora produzido sobre um lixão não poderia ser um dado *a priori*. Eu teria de explorá-la e aprofundá-la com os entrevistados. Assim, entre as dúvidas iniciais, eu lhes perguntava: “É verdade que aqui já foi um lixão, antes de o pessoal vim e ocupar?”. Todos concordaram. Em seguida: “O lixo pegava todo o bairro, ou apenas parte dele?”. Da mera satisfação à curiosidade do pesquisador, as variadas respostas à última questão indicavam, na verdade, a aproximação de um tema incômodo aos moradores.

Ao contrário da violência percebida como um fenômeno externo ao *barrial* (GRAVANO, 2009), atingindo “tudo quanto é canto, e não só aqui” (Diogo), o lixo é um elemento inerente ao processo de produção social (LOW, 1999) do Santa Cruz, e não ao da Chácara do Governador, do Parque das Laranjeiras, Parque Atheneu etc. Fisicamente escondido, ele ainda permanece dentro dos limites do bairro. Mas do ponto de vista simbólico, os resíduos aterrados não ficam parados. Eles se movimentam por toda a área, de modo a jogá-lo sempre “pra lá” e afastá-lo “daqui”, quando for possível. Se, inevitavelmente, as rachaduras na própria casa, os resíduos retirados do quintal e a desativação da cisterna

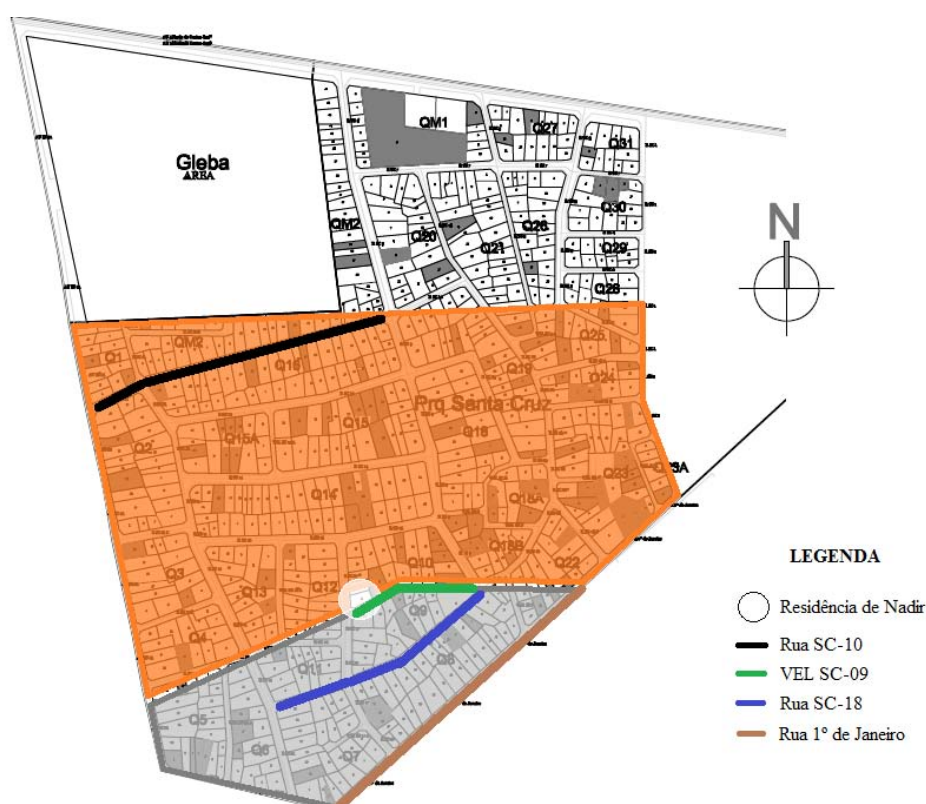
---

<sup>63</sup> Em FRANÇA, 1983, a repórter utiliza os termos “favela” e “favelados” para se referir, respectivamente, ao Pq. Santa Cruz e aos seus moradores. Segundo KOWARICK (2009b: 81): “Refiro-me [...] às favelas – entendidas como ocupação de terra alheia, pública ou privada, cujas unidades habitacionais, barracos de madeira ou casas de alvenaria, estão presentes em boa parte das cidades médias e grandes do Brasil, muitas situadas em zonas insalubres ou em áreas de risco”.



Inicialmente, a percepção de Nadir (moradora desde 1981) situava o lixo numa região delimitada pelo polígono cinza, do **mapa 8**, abarcando no sentido norte-sul a viela SC-09 (linha verde) e as ruas SC-18 (azul) e 1º de Janeiro (marrom), respectivamente. À medida de minha insistência no assunto, o lixo começou a abranger outra área ainda maior, representada pelo polígono laranja. No sentido sul-norte, os resíduos agora começavam a subir: VEL SC-09 → rua SC-10 (preto) → até o limite sul da gleba onde está a sede da AGEKOM.

Contudo, apesar de haver resíduos aterrados no interior dessas áreas: “aqui onde eu estou não tem lixo, [porque era o caminho] onde o caminhão [com terra] passava. [...] Aonde eu furei dentro do meu quintal, não tem lixo”. Uma curiosidade: a estrutura da casa de Mário, seu vizinho de muro, é uma das mais comprometidas do bairro – dentre as residências que eu pude conhecer. O círculo branco indica o lote de Nadir.

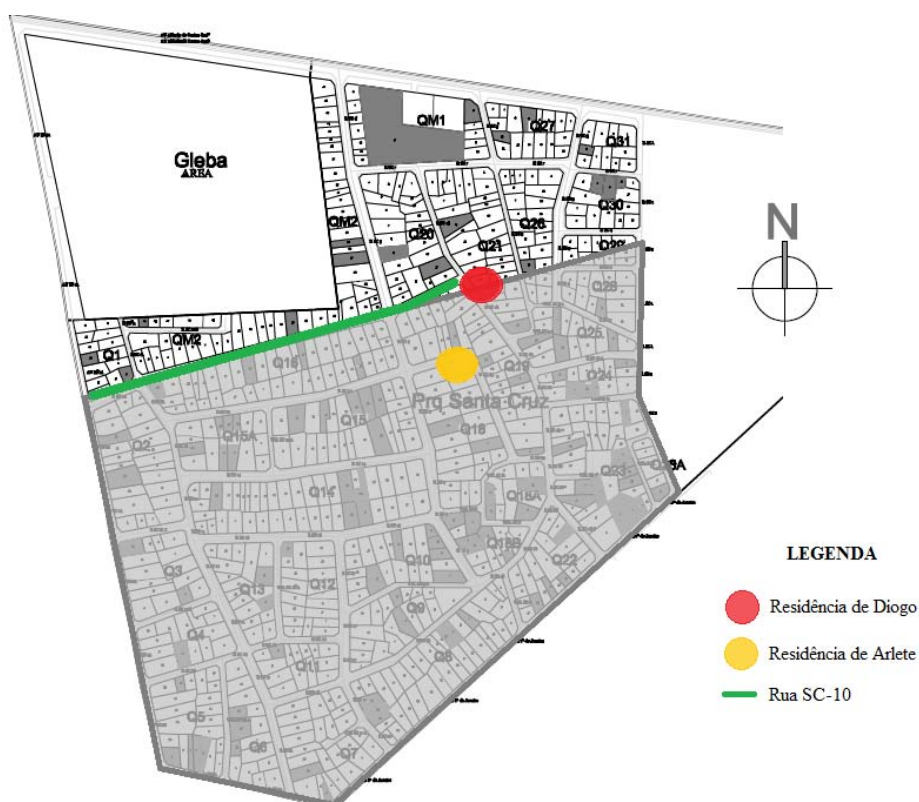


**Mapa 8: Abrangência do lixo, conforme Nadir**

Fonte: AGEHAB (outubro/2010).

Arlete chegou ao Santa Cruz em 1983. Ela foi a última moradora entrevistada e quem me descreveu mais detalhadamente a sua vivência no bairro. Nossa conversa durou quase duas horas. Porém, somente ao final da entrevista, quando o gravador já tinha sido desligado e eu ia me despedindo, ela me confessara um pesadelo que volta e meia a importunava, há muitos anos atrás. No sonho, o chão de sua casa se abria por causa do lixo, puxando ela e sua família para dentro da terra. Quando se mudou para o Pq. Santa Cruz, Arlete tinha medo de que isso realmente pudesse acontecer algum dia. Também a ela eu perguntei se o lixo cobria toda a área do bairro: “Não, só da [rua SC-] 10 pra baixo”.

No capítulo 2, eu trouxe uma narrativa de Diogo sobre o seu enorme esforço para retirar o lixo que havia em seu lote. Foi um trabalho de vários dias até a terra estar totalmente separada dos resíduos. Mas de acordo com a lembrança de Arlete: “a gente buscava água pra beber e fazer comida numa cisterna lá no Diogo, onde não deu lixo. [...] a água lá era boa porque não teve depósito de lixo”. No **mapa 9**, os círculos amarelo e vermelho indicam as residências de Arlete e Diogo, respectivamente. A rua SC-10 é destacada por uma linha verde.



**Mapa 9: Abrangência do lixo, na percepção de Arlete**

Fonte: AGEHAB (outubro/2010).

Os entrevistados elaboraram ainda uma outra diferenciação interna ao bairro, tomando sempre como referência o seu local de moradia: *Pra cima* é a parte “melhor”, onde tem menos (ou, para alguns, nenhum) lixo x *Pra baixo* é a parte “mais bagunçada”, onde há uma maior concentração do material aterrado. Seja no varrer o lixo para o lado (sobretudo, para baixo), ou na divisão do lugar em duas partes distintas, a intenção é contrapor-se a um imaginário que, embora formulado nos primeiros anos da ocupação, associa o lixo ao caráter dos moradores do Pq. Santa Cruz:

**Arthur:** *Tinha preconceito na época em que você veio pra cá? Era por causa de quê?*

**Arlete:** *Tinha. Era porque a gente morava no lixão. Ah, aquela Rose Cruvinel. Vivia atrás do povo, fazendo o Parque Santa Cruz de colégio eleitoral. E vivia discriminando, falando que o povo daqui era uma **pudriquera**, tudo uma **sujeira**. [...] O Parque Acalanto, Parque das Laranjeiras, Parque Atheneu, tudo discriminava (Entrevista, 30/09/2011, Goiânia).*

.....

**Márcia:** *A gente já ouviu muitas vezes, passando pra ir trabalhar, falar que o pessoal daqui era o gado, né. O gado do Santa Cruz. A gente sofreu muito preconceito!*

**Arthur:** *E por que o pessoal falava mal aqui do Santa Cruz?*

**M:** *No início é porque aqui era um lixão, né. A gente morava no lixo (Entrevista, 22/01/2011, Goiânia).*

Num certo momento da entrevista com Nadir, ela destacou o forte mau cheiro no bairro em dias quentes e úmidos, logo após um período chuvoso. Lorena estava conosco e escutara Nadir comentar: “Eu falei pra [um vizinho]: ‘Você viu o tanto que esse bairro é fedido, nojento?’ Ele falou: ‘Você mora aqui e fica difamando o bairro. Eu não vou ficar zombando do bairro’. Mas, gente, eu não tô falando nenhuma mentira”. Analisando com maior cuidado a sua afirmação, pareceu-me que, para Nadir, o mau cheiro ultrapassava o problema dos gases expelidos na decomposição do lixo. Como expressão de um duradouro desgosto pela moradia no Pq. Santa Cruz, talvez ela percebesse o lixo como uma espécie de defeito moral tanto do bairro quanto de seus moradores.

A exemplo do vizinho, eu acredito que Lorena se sentiu ofendida pelo comentário, pois na mesma hora ela rebateu: “Uma coisa é falar a verdade, outra coisa é exagerar, né?”. Ao “difamar” o bairro, Nadir também difamava a autoimagem positiva construída por Lorena, acentuando ainda mais a sua posição enquanto sujeito *desacreditado* (GOFFMAN, 1982) diante de minha presença ali, naquele momento constrangedor para ambos. Foi preciso, então, que ela manipulasse o estigma exposto por Nadir. Quatro dias após o nosso primeiro

encontro, quando nós dois passávamos em frente à casa de Nadir, Lorena tentou desqualificar a validade dos argumentos da outra moradora: “Minha mãe me contou que a dona Nadir ficou meio doida, depois que a filha dela saiu de casa”.

Até o momento, vimos que o lixo em decomposição aterrado sob as casas do Pq. Santa Cruz, o uso e tráfico de drogas no bairro, e os vários homicídios relacionados a essas atividades, são percebidos pelos entrevistados como fatores que colocam em risco a manutenção de uma identidade *barrial* (GRAVANO, 2009), construída a partir de valores morais compartilhados pela maioria dos moradores, agregados à imagem do lugar e expressos em termos como: trabalho, honestidade, tranquilidade e solidariedade. Contudo, somado àqueles fatores, o passado vinculado às origens do Santa Cruz parece também “manchar”, segundo a perspectiva dos entrevistados, a sua atual identidade.

No plano jurídico-institucional, a legalização do Parque Santa Cruz, em 1985, transformou a ocupação em mais um bairro de Goiânia. Desde então, o aterramento completo do lixo, o asfalto, a identificação de ruas, quadras e lotes – dando aos moradores um endereço reconhecido pelo poder público –, a ligação com a rede de água tratada e esgoto, e a proliferação dos imóveis de alvenaria, pareciam garantir uma mudança na maneira como os não moradores pejorativamente se referiam ao lugar: favela ou invasão. Os próprios moradores queriam modificar esse estatuto. Diogo foi um daqueles que, na época da medição dos lotes, vislumbravam “organizar as ruas, as avenidas. Pra tirar o *efeito de favela*. Fazer, como se diz, uma coisa mais ou menos estruturada. Como se fosse uma cidade normal” (entrevista, 05/03/2011).

Ele tinha um forte motivo para desejar a padronização urbanística do Pq. Santa Cruz: “Os bairros que já foram invasão são discriminados. Por quê? Porque dizem que lá é onde começa a droga. [...] a gente não conseguiu apagar isso da mente da sociedade goianiense”. De fato, as favelas carregam consigo um simbolismo bastante negativo, que coloca em suspeita todos os seus moradores. Seja em Goiânia, no Rio de Janeiro, nas *villas miseria* de Buenos Aires, ou em qualquer outra cidade, o imaginário social e sua expressão midiática associam a precariedade e irregularidade das condições de moradia a espaços “caóticos”, onde vivem pessoas “potencialmente perigosas”. Uma série de termos-sínteses discriminatórios define seus moradores (GRAVANO, op. cit.: 26-28, 188-192; KOWARICK, 2009a: 10, 48-49, 54-55, 90-91 e 2009b: 85, 91, 151-152, 224, 268, 273). Eles serão conhecidos como: delinquentes, vagabundos, promíscuos, desordeiros, preguiçosos, vadios e imorais.

Com o passar dos anos, os moradores do Pq. Santa Cruz conseguiram se dissociar desses estigmas? Provavelmente, não. A presença deles se faz sentir ainda, por exemplo, no

depoimento de Arlete, quando ela me contou, aborrecida, que a sogra de um de seus netos, ao tentar insultá-lo, o chamou de favelado. Ou mesmo, na seção de comentários a respeito do vídeo postado por Samuel no *YouTube*, onde se lê que “aí [o Santa Cruz] é favela”.

Neste último capítulo, a minha própria percepção de risco foi evidenciada. Mesmo sendo uma pessoa estranha às redes de relações sociais mantidas no Santa Cruz, foi inevitável que eu – no papel de pesquisador inserido em seu campo – tocasse em assuntos bastante delicados aos entrevistados, tais como: os preconceitos associados aos vários casos de assassinatos no bairro e ao seu passado enquanto “lixão” e, depois, “invasão”, e os efeitos persistentes do lixo sobre a estrutura de suas casas. Reagindo ao olhar externo percebido como uma fonte da “má fama” do bairro, mas, também, às minhas perguntas, durante as entrevistas os moradores colocaram em cena algumas classificações e distinções voltadas à manipulação de seus estigmas. Diante de tal processo, não havia como eu deixar de “ser afetado” (FAVRET-SAADA, 2005) pelas diferentes narrativas e, portanto, de conduzir uma revisão constante de minha análise sobre a construção, percepção e aceitabilidade de riscos no Parque Santa Cruz.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a noção de *risco* como o eixo central articulador dos dados e das discussões presentes nesta dissertação, minha análise das diferentes percepções de risco elaboradas por vários atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente, na definição da moradia no Parque Santa Cruz, partiu de uma abordagem antropológica desse bairro de Goiânia-GO, tomando-o como um *lugar* produzido e construído socialmente (cf. LOW, 1999).

Assim, eu procurei explorar as trajetórias de vida e os contextos habitacionais, que levaram centenas de famílias a tomar posse de um antigo lixão da capital e por lá se estabelecerem, desde o final dos anos 1970. Foram colocados em destaque: as relações dos moradores com o lixo, o difícil processo de confecção de suas casas no local e, igualmente, os problemas gerados pela decomposição dos resíduos aterrados há mais de trinta anos – como, por exemplo, a desestabilidade da fundação dos imóveis, as rachaduras de pisos e paredes, a contaminação da água retirada de cisternas domésticas, o mau cheiro em dias quentes e úmidos, e os vazamentos dos canos da rede de água tratada que abastece o bairro.

Também busquei evidenciar o processo de transformação do lixão em um bairro. Nesta perspectiva aparecem os inúmeros conflitos de interesses relacionados ao debate sobre a viabilidade, ou não, da permanência das famílias no Santa Cruz, mas, também, à disputa pelo apoio da população. No intervalo entre os primeiros anos da ocupação e o fim de meu trabalho de campo (em setembro/2011), algumas caracterizações vão ser atribuídas ao bairro e recordadas pelos entrevistados, de maneira a perceber o Parque Santa Cruz enquanto um lugar em construção. Inicialmente, a sua nomeação se liga às impressões e experiências dos primeiros moradores diante de um cenário constituído por inúmeros pés de mamona e outros frutos, mato, minas d'água e toneladas de lixo a céu aberto. Daí ele ser conhecido como “lixão” ou “Parque das Mamoneiras”. Mais a frente, devido aos inúmeros obstáculos transpostos na conquista da casa própria e regularizada, o bairro ganha uma identidade que simboliza os tempos difíceis e o sofrimento de cada morador: “Santa Cruz”.

Se essas três nomeações revelam, sobretudo, o pertencimento dos entrevistados ao bairro onde vivem e constroem suas sociabilidades, por outro lado, outros nomes também irão compor a imagem do Parque Santa Cruz, de maneira a percebê-lo e defini-lo como um lugar em *perigo* (cf. DOUGLAS, 1991; DOUGLAS e WILDAVSKY, 1983). É assim que, quando

pensado sob a óptica da habitação sobre o lixo, ele passa a ser classificado como uma “área de risco”, por técnicos e representantes dos poderes públicos de Estado e município. Em referência às altas taxas de homicídios registrados no Pq. Santa Cruz – comparativamente a outros bairros da região sudeste de Goiânia –, cujas motivações ligam-se ao tráfico de entorpecentes, surge ainda mais um nome, atribuído dessa vez pelas crianças que brincavam com Samuel durante a sua infância: “Kuwait”, em alusão à Guerra do Golfo (1990-1991).

Por fim, outras duas identidades serão associadas ao Santa Cruz, evocando dessa vez a ilegalidade da forma como se deu a sua ocupação, a pobreza dos moradores, a precariedade das habitações ali existentes e a disposição espacial autoproduzida de seus lotes, quadras, ruas e vielas. Apesar de ser um loteamento urbanizado e juridicamente reconhecido desde 1985, os termos “invasão” e “favela” aparecerão para trazer às lembranças dos moradores, as origens do bairro.

Esses quatro últimos termos agregam toda uma série de argumentos e representações formulada pelo olhar externo do não morador (segundo o ponto de vista dos entrevistados), cuja intenção é contestar o estatuto do Pq. Santa Cruz como um lugar onde se pode viver com segurança. Na contestação do bairro por conta da presença do lixo aterrado sob as suas casas, do possível envolvimento de jovens moradores em atividades criminosas e dos vários casos de assassinatos, certos estigmas também irão ser construídos: assim como o lixo, “o povo daqui era [considerado] uma *pudriquera*, tudo uma *sujeira*” (Arlete); “[o pessoal de fora acha que] não tem *ninguém que presta* aqui. Todo mundo que mora aqui mexe com droga, é traficante, é bandido, é assaltante, rouba” (Nadir).

Ao tentarem se contrapor a essa visão que “mistura” todos os moradores, eles manipulam a sua identidade deteriorada (cf. GOFFMAN, 1982), elaborando categorias e distinções que visam afastar deles os possíveis riscos de se viver no Santa Cruz. Portanto, se alguém foi assassinado, é porque era “malandro” e estava fazendo “coisa errada”. O “morador de bem” fica “quieto no seu canto” e, por isso, convive num lugar percebido como “de família”. Estando a violência sempre “pra lá”, e nunca “aqui”, constrói-se assim dois “Parques” Santa Cruz, convivendo mutuamente sem contradição alguma: o bairro violento (do “bandido”) e o bairro “tranquilo” (do “trabalhador”), onde predominam os valores morais de *lo barrial* (GRAVANO, 2009).

Durante a manipulação dos estigmas, há ainda uma remoção simbólica do lixo sob o lote ocupado, tendendo a jogá-lo, geralmente, “para baixo”, na região sul do bairro, que é a parte “mais bagunçada” (Jonas), e não “para cima”, a parte “melhor” (Daiane), onde há pouco ou nenhum lixo – conforme me disseram alguns entrevistados. Se, entretanto, as rachaduras

nas paredes da própria residência indicam que ela foi erguida por cima do lixo em decomposição, seu impacto é então amenizado, pois existem recursos técnicos disponíveis a fim de ir “corrigindo” (Luiz) a casa.

Encerro aqui esta dissertação, na expectativa de que os resultados apresentados tragam uma contribuição tanto às ações coordenadas pelas Agência Goiana de Habitação e Agência Municipal de Meio Ambiente, e pelo Ministério Público de Goiás, no objetivo de regularizar os imóveis de 113 famílias do Parque Santa Cruz, quanto às políticas habitacionais futuras voltadas a toda população do bairro. Minha pesquisa pretendeu fornecer subsídios empíricos a uma discussão e análise dos processos de seleção e atribuição de sentidos aos riscos, acionados pelos moradores do lugar em seu esforço de reinterpretar constantemente a própria condição de moradia.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Joice M. de e GÜNTHER, Wanda M. R. Riscos à saúde em áreas contaminadas: contribuições da teoria social. In: *Saúde e Sociedade*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo/Associação Paulista de Saúde Pública. Vol. 18, n. 2, 2009, p. 312-324.
- BECK, Ulrich. *Risk Society: towards a new modernity*. London: Sage Publications, 1993 [1986].
- BERNARD, H. Russel. *Research methods in Cultural Anthropology*. London, New Delhi: SAGE, 1988.
- BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução de Ivo Storniolo, Euclides M. Balancin e José Luiz G. do Prado. São Paulo: Edições Paulinas, 1990 (Edição Pastoral).
- BITTENCOURT, Luciana A. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e MOREIRA LEITE, Míriam L. (organizadoras). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papyrus, 1998, p. 197-212.
- CARAM, Mariana e PÉREZ, Soledad A. Entre el riesgo ambiental y el riesgo social: buscando una salida a la tenencia irregular. In: *Revista Argentina de Sociología*. Año 4, n. 6, 2006, p. 50-64.
- CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: DURHAM, Eunice R. et. al.; CARDOSO, Ruth C. L. (organizadora) *A Aventura Antropológica – teoria e pesquisa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1988, p. 95-105.
- CASTIEL, Luis D. Vivendo entre exposições e agravos: a teoria da relatividade do risco. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, vol. III (2), Jul-Out 1996, p. 237-264.
- DA SILVA, Telma C. *Corpos em perigo: uma análise sobre percepção de risco em caso de desastre radiológico*. Comunicação pessoal apresentada no GT: Pessoa, Corpo e Saúde, durante o XII Encontro Anual da ANPOCS realizado em Caxambu - MG, outubro de 1998.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Tradução de Sônia Pereira da Silva. Lisboa, Edições 70, 1991 [1966] (coleção Perspectivas do Homem, n.º 39).
- \_\_\_\_\_. *Risk Acceptability According to the Social Sciences*. New York: Russell Sage Foundation, 1986 (Social Research Perspectives: occasional reports on current topics; 11).
- \_\_\_\_\_. *Risk and Blame: essays in cultural theory*. London: Routledge, 1996 [1992].

DOUGLAS, Mary e WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press, 1983 [1982].

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: DURHAM, Eunice R. et. al.; CARDOSO, Ruth C. L. (organizadora) *A Aventura Antropológica – teoria e pesquisa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.17-37.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In: Revista *Cadernos de Campo*, n. 13. São Paulo: Departamento de Antropologia Social – FFLCH/USP, 2005, p. 155-161.

FREITAS, Carlos M. de. A contribuição dos estudos de percepção de riscos na avaliação e no gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. In: SISINNO, Cristina Lucia S. e OLIVEIRA, Rosália M. de (organizadoras). *Resíduos Sólidos, Ambiente e Saúde: uma visão multidisciplinar*. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 111-128.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de M. L. Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982 (coleção Antropologia Social).

GRAVANO, Ariel. *Antropología de lo barrial: estudios sobre producción simbólica de la vida urbana*. 1º reimpression. Buenos Aires: Espacio, 2009 [2003] (colección Ciencias Sociales).

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Culture, power, place: ethnography at the end of an era; Beyond “culture”: space, identity, and the politics of difference. In: *Culture, Power, Place: explorations in critical anthropology*. Edited by Akhil Gupta and James Ferguson. Durham and London: Duke University Press, 1997, p. 1-29 e 33-51.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009a.

\_\_\_\_\_. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009b.

LEONARD, Karen. Finding one’s own place: Asian landscapes re-visioned in rural California. In: *Culture, Power, Place: explorations in critical anthropology*. Edited by Akhil Gupta and James Ferguson. Durham and London: Duke University Press, 1997, p. 118-136.

LOW, Setha M. Spatializing culture: the social production and social construction of public space in Costa Rica. In: *Theorizing the city: the new urban anthropology reader*. Edited by Setha M. Low. New Brunswick, New Jersey, and London: Rutgers University Press, 1999, p. 111-137.

MAGNANI, José G. C. *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José G. C. e TORRES, Lilian de L. (organizadores) *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 1996, p. 12-53.

MALKKI, Liisa H. National geographic: the rooting of peoples and the territorialization of national identity among scholars and refugees. In: *Culture, Power, Place: explorations in critical anthropology*. Edited by Akhil Gupta and James Ferguson. Durham and London: Duke University Press, 1997, p. 52-74.

MERRY, Sally E. Urban danger: life in a neighborhood of strangers. In: *Urban Life: readings in urban anthropology*. Edited by George Gmelch and Walter P. Zenner. Second edition. Illinois: Waveland Press, 1988, p. 63-72.

MOREIRA LEITE, Míriam L. Texto visual e texto verbal. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e MOREIRA LEITE, Míriam L. (organizadoras). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998, p. 37-49.

MOURA, Cristina P. de. A fortificação preventiva e a urbanidade como perigo. *Série Antropologia*. Brasília: Departamento de Antropologia, DAN/UNB. Vol. 407, 2006.

RODMAN, Margaret. Beyond built form and culture in the anthropological study of residential community spaces. In: *The cultural meaning of urban space*, edited by R. Rotenberg and G. W. McDonogh. Westport, Conn.: Bergin and Garvey, 1993, p. 123-138.

ROTENBERG, Robert. Introduction; On the salubrity of sites. In: *The cultural meaning of urban space*, edited by R. Rotenberg and G. W. McDonogh. Westport, Conn.: Bergin and Garvey, 1993, p. xi-xix e p. 17-30.

SANTOS, Regina B. dos. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: Editora UNESP, 2008 (col. Paradidáticos. Série Poder).

SILVA, Gláucia. A (di)gestão do risco nuclear na França: o caso das Comissões Locais de Informação. In: *Mana – estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 2, outubro de 2007, p. 441-470.

\_\_\_\_\_. Expertise e participação da população em contexto de risco nuclear: democracia e licenciamento ambiental de Angra 3. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Vol. 52, n. 3, 2009, p. 771-805.

SILVA TELLES, Vera da. Prefácio. In: KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 9-17.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas; Cultura de classe média – reflexões sobre a noção de projeto. In: *Individualismo e Cultura – notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a [1981], p. 13-37 e 103-109.

\_\_\_\_\_. Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b, p. 97-105.

WUTHNOW, Robert et. al. The cultural anthropology of Mary Douglas. In: *Cultural analysis: the work of Peter L. Berger, Mary Douglas, Michel Foucault, and Jurgen Habermas*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1984, p. 77- 132.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2002 [1985].

### Fontes:

ASSIS, Deire. Um bairro inteiro sobre o lixo: casas de bairro que nasceu sobre depósito de rejeitos, inclusive hospitalar, apresentam várias rachaduras. *O Popular*. Goiânia, 21 de outubro de 2006.

BARBOSA, Rusembergue. Áreas de risco: dívida social que envergonha. *Diário da Manhã*. Editorias/Opinião. Goiânia, 19 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.dm.com.br#!/230776>>. Acesso em: 09 ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Tragédia de Nova Friburgo e bairros sobre lixões em Goiânia. *Diário da Manhã*. Editorias/Opinião. Goiânia, 24 de Janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.dm.com.br#!/254859>>. Acesso em: 09 ago. 2011.

DIÁRIO DA MANHÃ. Moradores têm pressa na ligação do esgoto. *Bairros – Parque Santa Cruz*. Goiânia, 28 de novembro de 1987.

FILHO, Francisco Alves. A morte no lixão. *ISTOÉ – Independente*. Rio de Janeiro, 09 abr. 2010. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/64153\\_A+MORTE+NO+LIXAO](http://www.istoe.com.br/reportagens/64153_A+MORTE+NO+LIXAO)>. Acesso em: 27 out. 2010.

FRANÇA, Lisa. O dilema dos moradores no Santa Cruz. *Diário da Manhã*. Goiânia, 23 de janeiro de 1983.

GLOBO.COM. Em todo o Brasil, milhares de pessoas vivem sobre lixões. Rio de Janeiro, 14 abr. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL1568682-16020,00-EM+TODO+O+BRASIL+MILHARES+DE+PESSOAS+VIVEM+SOBRE+LIXOES.html>>. Acesso em: 27 out. 2010.

GOIÁS (Estado). Agência Goiana de Habitação – AGEHAB. Capacitação de cadastradores: Parque Santa Cruz, Aroeiras e Chácara do Governador. Goiânia, 2010. 51p.

MARCOS, Almiro. Mais de 5 mil pessoas moram sobre lixões na Grande Goiânia. *O Popular*. Goiânia, 10 de abril de 2010, p. 6.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO GOIÁS. Centro de Apoio Operacional Criminal. Projeto Parceiros da Paz – o Ministério Público e a sociedade no combate à criminalidade. Goiânia, 2008. Disponível em: <[http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/projeto\\_parceiros\\_da\\_paz.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/projeto_parceiros_da_paz.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Centro de Apoio Operacional Criminal, Superintendência de Informática, Departamento de Segurança e Administração de Dados, Geoprocessamento. Diagnóstico Projeto Parceiros da Paz – região sudeste de Goiânia. Goiânia, 2009. Disponível em: <[http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/apres.diagnostico\\_parceiros\\_da\\_paz\\_maio\\_2009.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/apres.diagnostico_parceiros_da_paz_maio_2009.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2011.

O ESTADO DE S. PAULO. Lições do Morro do Bumba. *Opinião*. São Paulo, 15 abr. 2010. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100415/not\\_imp538467,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100415/not_imp538467,0.php)>. Acesso em: 27 out. 2010.

POLIVALENTE SÃO JOSÉ. *A Sementinha*: a voz da comunidade “Dom Oscar Romero” – Parque Santa Cruz (Informativo). Ano 10, n. 70. Novembro/Dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. *A Sementinha*: a voz da comunidade “Dom Oscar Romero” – Parque Santa Cruz (Informativo). Ano 11, n. 72. Março/Abril de 2011.

REDAÇÃO ÉPOCA. Prefeito de Niterói afirma que não conhecia tamanho do risco. *Revista Época*. Rio de Janeiro, 11 abr. 2010. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI132336-15223,00.html>>. Acesso em: 27 out. 2010.

REINA, Eduardo. 17 mil vivem sobre lixões na Grande SP. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 13 abr. 2010. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100413/not\\_imp537554,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100413/not_imp537554,0.php)>. Acesso em: 27 out. 2010.

ROUTE NEWS. Violência: homicídios estão relacionados ao consumo de drogas, principalmente o crack. Goiânia, 12 jun. 2011. Disponível em: <[routenews.com.br/index/?p=7454](http://routenews.com.br/index/?p=7454)>. Acesso em: 21 nov. 2011.

**ANEXO A – Ofício encaminhado à presidência da AGEHAB**

À Presidente da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB  
Urbanista Silmara Vieira da Silva

Goiânia, 30 de agosto de 2010.

Prezada Presidente,

Sou mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG), onde desenvolvo o projeto *Vida coletiva e percepção da moradia entre os habitantes do Parque Santa Cruz (Goiânia)*, sob a orientação da Dra. Telma Camargo da Silva. Os moradores do Parque Santa Cruz, situado na região sudeste do município de Goiânia, se constituem como a população definida para a realização do meu estudo. No momento, a minha pesquisa está direcionada para a caracterização e contextualização do lugar definido como Parque Santa Cruz.

Por esta razão, senhora presidente, venho através deste solicitar o acesso aos documentos textuais e cartográficos disponibilizados no arquivo da Agência Goiana de Habitação, que venham contribuir com esta caracterização sócioespacial. Mais especificamente, tendo conhecimento de que os imóveis deste bairro passam por um processo de regularização fundiária, peço-lhe o acesso aos relatórios técnicos, elaborados pela equipe técnica da AGEHAB, voltados para o diagnóstico social da comunidade e referentes a dados empíricos tais como: condições de moradia, critérios para a seleção da demanda (obtenção de escrituras), infraestrutura, equipamentos públicos, serviços urbanos, arborização e acessibilidade. Por fim, gostaria de obter informações relativas ao processo de capacitação dos cadastradores para a atuação no Parque Santa Cruz, e à metodologia de trabalho do Programa Moradia Digna.

Contando com o apoio da Agência Goiana de Habitação e de sua presidência no acesso aos dados solicitados, fundamentais para o sucesso de minha pesquisa, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

Arthur Pires Amaral

**ANEXO B – Carta de apresentação**

À Presidente da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB  
Urbanista Silmara Vieira da Silva

Goiânia, 30 de agosto de 2010.

Prezada Presidente,

Através deste, apresento o estudante ARTHUR PIRES AMARAL, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFGO), onde desenvolve o projeto *Vida coletiva e percepção da moradia entre os habitantes do Parque Santa Cruz (Goiânia)*, sob minha orientação.

Na fase atual de sua pesquisa, Arthur necessita fazer o levantamento de dados que constam do acervo da AGEHAB. Por esta razão, senhora presidente, solicito a gentileza de permitir o acesso do meu orientando aos arquivos desta instituição.

Certa de contar com a sua colaboração e acolhida a esta solicitação, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

  
Prof.ª Dra. Telma Camargo da Silva

Integrante do Corpo Docente do Programa de Mestrado em Antropologia Social (PPGAS)  
Faculdade de Ciências Sociais  
Universidade Federal de Goiás